

ALAVOURA

VIRIBUS UNITIS

SUMMARIO

O alcool motor como solução para o problema da industria assucareira	pag. 1
A fenação e as seccas	pag. 9
A classe agronomica e a questão da herança para fins de credito agricola	pag. 12
O algodão nos Estados Unidos	pag. 17
Segunda Semana do Leite	pag. 24
Escola de Horticultura	pag. 25
Uma visita aos campos de trigo do planalto central do Brasil	pag. 27
O registo das sociedades agricolas no Minist. de Agricultura	pag. 31
Aspecto atual da industria de lacticínios no Brasil	pag. 33
Conselho Federal de Comercio Exterior	pag. 34
O pão mixto	pag. 36
Plantas silvestres do Brasil que devem ser injensificadas	pag. 38
Considerações sobre a regulamentação da enologia nacional	pag. 40
Escola de Horticultura Wenceslau Bello	pag. 46
As semanas da Sociedade Nacional de Agricultura	pag. 68

ORGAN DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA
E DA
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

CRIADORES!...

ALIMENTAE:

AS VACAS LEITEIRAS com Torta Completa N. 1

Uma boa vaca leiteira só pôde produzir grande quantidade de leite são e manter-se em boa saúde, com uma alimentação **completa e equilibrada**. O melhor leite **para a humanidade** é o que não é pasteurizado, isto é crú, tal qual a vaca produz. Só uma vaca **sã e bem alimentada** pode dar esse melhor leite...

OS PORCOS com Torta Completa N. 2

A melhor carne e de maior valor é sempre a do animal que se aproxima da fase adulta no menor tempo possível. Só com uma ração de suplemento se consegue esse typo ideal de carne de açougue.

OS PINTOS com Torta Completa N. 3

O desenvolvimento embrionario acelera e fixa a precocidade. Em avicultura o **tempo gasto** entre o nascer e a realização da função, representa "deficit". Uma ração científica, reduzindo essa fase de crescimento, resolve economicamente o problema.

OS FRANGOS com Torta Completa N. 4

Não é aceitavel em frangos, carne magra e dura. Uma ração concentrada e completa, dá boa divisão de gorduras, carne macia, tecidos maiores e maior peso.

AS GALINHAS com Torta Completa N. 5

A "raça" por si só, sem auxilio de uma alimentação intensa e completa, nada quer dizer na pratica... Uma poedeira com desequilibrio não produz ovos em quantidade; se os dá fica anêmica, tuberculosa, perde o seu valor.

CAVALOS E MUARES com Torta Completa N. 6

O **esforço-trabalho** que se pede de um cavalo ou muar só pôde sêr **ativo e voluntario** n'um animal que esteja bem alimentado! Um cavalo deve ser um **meio de condução** para o homem e não um **tropêço** a ser conduzido por ele...

As rações em forma de TORTAS COMPLETAS são A ÚLTIMA PALAVRA NA ARTE DE BEM ALIMENTAR ANIMAES.

As Tortas Completas tem sempre uma composição igual de saco para saco e em qualquer epoca, são de grande conservação e armazenagem.

Fabricação
do

Moinho da Luz

RUA DO ROSARIO,
160 - Rio de Janeiro

A LAVOURA

REVISTA MENSAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente do Sociedade Nacional de Agricultura
Dr. ARTHUR TORRES FILHO

Director
Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA — Redactor-Secretario L. MARQUES POLIANO

Assignatura annual 20\$000 — Numero avulso 2\$000 — Numero atrasado 3\$000

Toda a correspondencia deve ser dirigida para a Redacção, Largo de S. Francisco, 3-2.º, Salas 202-6
RIO DE JANEIRO

ANNO XLI

RIO DE JANEIRO

Julho-Dezembro de 1937

O alcool motor como solução para o problema da industria assucareira

ARTHUR TORRES FILHO

As condições do paiz são altamente favoraveis á industria assucareira, pois grande tem sido o concurso prestado pela cultura de canna, desde os tempos coloniaes, á civilização brasileira.

Succede, porem, que o assucar é um dos productos que maior crise soffre no mercado mundial. Sendo a politica de todas as nações do augmento da producção e o cerceamento da importação, o assucar, forçosamente, virá a soffrer os effeitos dessa politica autarchica.

Desde 1929, que a capacidade de absorpção da producção mundial de assucar, de canna e de beterraba, se tornou insufficiente dando logar a aguda crise. Realisou-se, em 1931, a conferencia de Bruxellas que estabeleceu a limitação de exportação, a que não adheriram todos os paizes productores.

Não foi possivel alcançar-se o combate á superproducção.

A Conferencia Internacional de Assuca que, sob a presidencia de Mac Donald, vem de ter logar em Londres, alcançou maior acceitação para o fim de conseguir a limitação mundial com a manutenção do equilibrio "entre a offerta e a procura no mercado mundial", tendo tambem por objectivo não prejudicar "os interessados consumidores". Por esse accordo, coube ao Brasil a quota de 60.000 toneladas metricas, quota que é maior apenas do que concedidas a Portugal, Belgica, Hungria e Haiti.

Em 1935 exportamos 85.267 toneladas no valor de 361.000 libras ouro; em 1936, 90.174 valendo 342.000 libras ouro.

O que occorre com o assucar retrata bem a situação do commercio mundial, no qual prevalece o regimen dos contingentes para as importações, procurando cada paiz supprir-se com a propria producção.

Por isso mesmo, o Brasil tem de adoptar uma politica commercial de franca reciprocidade e cuidar com energia do fortalecimento do seu mercado interno, de 50 milhões de consumidores, desenvolvendo, em seu territorio, tudo aquillo que ainda recebe do estrangeiro.

Será esta uma politica de letigima defesa dos mais altos interesses nacionaes.

No caso de termos de recorrer á exportação do assucar, só podemos contar com o mercado inglez. Mas, mesmo a Inglaterra orientada pela autarchia, alem do concurso de suas Colonias, está desenvolvendo o cultivo da beterraba em seu territorio continental. E essa directriz está sendo por ella seguida tambem em relação á pecuaria e outras producções para não ficar de todo sujeita ao abastecimento externo.

Cultivada, embora, em todo o territorio nacional vale a canna de assucar e subsequentemente, da industria assucareira, depende principalmente a vida economica financeira de dezoito Estados da Federação. Infelizmente, com ella não podemos contar para larga exportação, concorrendo assim para a melhora da balança commercial, a menos que com o sub-

producto do alcool, consigamos diminuir a aquisição de combustivel estrangeiro, enquanto não tivermos o petroleo.

Tornava-se, portanto, preciso, em defesa da nossa economia interna, encontrassemos meios de não cercar a expansão da cultura da canna. A orientação que vinhamos seguindo, de acudir às crises periodicas facilitando as exportações mediante quotas de sacrificio do excedente das safras, não offerecia garantias á expansão da industria assucareira.

A directriz adoptada pelo Governo, fazendo substituir a quota de sacrificio para exportação, com prejuizo do excedente, pela producção de alcool combustivel, foi uma iniciativa feliz e de alta significação economica.

Em 1935, a producção de assucar foi de 19.280.700 saccos e em 1936 (estimativa) de 19.517.500.

Em 1936 trabalharam 398 usinas, ainda existindo 22.261 engenhos, sendo que só em Minas Geraes existem 9.944. O Instituto de Assucar e do Alcool tem como fonte de renda a arrecadação de 3\$000 por sacco de assucar de usina e \$300 para o assucar produzido nos engenhos.

Pelo decreto n. 17.717 de 20 de Fevereiro de 1931, foi estabelecida a aquisição obrigatoria de alcool, na proporção de 5 % da gasolina importada. Essa medida tornou-se de difficil applicação pela deficiencia da producção de alcool, principalmente de alcool anhydrido.

Posteriormente, pelo decreto n. 22.981, de 28 de julho de 1933, devido á queda vertiginosa dos preços internos do assucar, o Governo foi levado á limitação da producção das usinas, vindo depois o decreto 22.981 que fundiu numa só orientação quanto ao assucar e ao alcool, regulamentando o Instituto do Assucar e do Alcool. Esse Instituto funciona hoje como aparelho regulador da industria do asucar e seus derivados, sua acção se fazendo sentir na estabilidade dos preços e na limitação do volume da producção.

E' grande a producção de aguardente, que se eleva a 110.625.000 litros, em 1935, para 56.777.000 de alcool.

O Instituto do Assucar e do Alcool está estimulando a installação de distillarias para o preparo de alcool anhydrido proprio para combustivel, tendo destinado para esse fim a importancia de 32.392:6000\$. Tres grandes distillarias centraes estão sendo feitas, em Campos, Pernambuco e Minas.

O consumo do alcool motor está augmentando e é assim que de 14.630.859 litros em 1934 passou a 47.521.474 em 1935. A actual formula de 10 % de alcool absoluto ou anhydrido e 90 % de gasolina tem dado os melhores resultados, com accettazione por parte dos automobilistas.

Havendo cuidado com a qualidade da gasolina importada essa percentagem de 10 % poderá ser elevada até 25 %.

Embora o supprimento de alcool anhydrido ainda seja insufficiente para attender ás necessidades do consumo, até mesmo desta Capital, onde se tem dado interrupções no supprimento, é de crer possa essa falha ser reparada em futuro proximo. As repartições e serviços federaes tem tido seus supprimentos feitos regularmente pelo Instituto.

Enquanto não se consegue fazer com que o excesso da producção de assucar seja convertido em alcool motor, que, desse modo, se tornará de facto a valvula de segurança da industria assucareira, o Instituto do Assucar e do Alcool tem recorrido á limitação da producção e feito a exportação de excedentes mediante quotas de sacrificio para estabelecer o equilibrio no consumo interno. Na safra 1935-36 foi feita a exportação de 1.727.501 saccos, no valor de 46.620:583\$500, cujo producto da venda pela liquidação de cambias, importou 32.619:351\$400 que, a mais a despesa de 4.971:368\$250.

O debito do Instituto com o Banco do Brasil era em 1936 19.802:028\$000, o qual foi coberto pelo penhor do assucar armazenado no valor de 20.648:152\$600. A arrecadação do Instituto proveniente da taxa de 3\$ por saccode assucar de usina foi, em 1936, de réis 49.602:673\$846 e a proveniente da taxa de \$300 sobre assucar de engenhos de EDRSDRJP, representando o total de 50.151:153\$946.

Os preços do assucar nas principaes praças do paiz no anno de 1936 não foi alem de 48\$, sobrevindo, entretanto, nos ultimos mezes desse anno, forte elevação, em consequencia da secca do Norte, para alcançar preços excessivos no correr de 1937.

Em 1936, houve a exportação de assucar demerara no volume de 87.334.440 kilos, no valor de 42:808:348\$000, em sua quasi totalidade para a Inglaterra. Essa exportação corresponde á quota de sacrificios.

Em sessão de 19 de Maio de 1937, o Instituto do Assucar e do Alcool resolveu "liberar excessos numa percentagem de 20 % sobre a fabricação autorizada de cada usina. Essa percentagem se adicionará nessa safra e tão sómente para ella, sem que possa nos annos vindouros ser invocada como razão e como precedente para majoração dos limites definitivos que continuam sendo os já approvados as quotas normaes de producção". Essa liberação attingiu os seguintes Estados:

Estados	Limites	Liberação de 20 %	Produção autorizada safra 1937-38
Bahia	685.201	137.040	822.241
Espirito Santo	50.000	10.000	60.000
Rio de Janeiro	2.016.916	403.383	2.420.299
Minas Geraes	347.669	69.533	417.202
Matto Grosso	28.669	5.733	34.402
São Paulo	2.071.439	414.287	2.485.726
Santa Catharina	26.422	5.284	31.706
Rio Grande do Sul	1.318	262	1.580
Totales	5.227.634	1.045.622	6.273.156

A liberação total será, como se vê, de 1.045.522 saccos.

Addicionada a produção autorizada para a safra em curso nos Estados constantes do quadro acima, com a dos demais Estados productores — essa segundo as estimativas do Instituto, a produção total previsível se apresentará de accordo com as cifras seguintes:

Pará	9.265
Maranhão	9.320
Piauhý	2.678
Ceará	15.000
Rio Grande do Norte	40.000
Parahyba	150.000
Pernambuco	2.500.000
Alagoas	850.000
Sergipe	550.000
Bahia	822.241
Espirito Santo	60.000
Rio de Janeiro	2.420.299
Minas Geraes	417.202
Matto Grosso	34.402
São Paulo	2.485.726
Santa Catharina	31.706
Rio Grande do Sul	1.580
TOTAL GERAL	10.399.419

Com os stocks existentes, essa previsão de produção não só assegura amplamente as necessidades do consumo, como permittirá, ao termo da safra agora iniciada, verificar-se a existencia de stocks capazes de assegurar a absoluta normalidade do mercado, segundo a orientação do Instituto.

Vê-se que a produção de assucar do paiz ascende a 10.399.419 saccos, produção essa contida pela limitação imposta pelo Instituto do Assucar e do Alcool. Essa quantidade, evidentemente, está mutio aquem da possibilidade de nossa produção deante das condições off-recidas pelo paiz ao desenvolvimento da cultura da canna de assucar. Ao assucar deve o Brasil inestimavel concurso prestado á sua civilização, pois desde 1516, já D. Manoel determinava á Casa da India providencias no sentido de ser fundado o primeiro engenho de assucar no Brasil. E essa industria encontrando condições favoraveis permittia que, em 1600, existissem

70 engenhos em Pernambuco. E, portanto, uma exploração rural interessando fundamentalmente a vida do paiz, embora hoje esteja o seu concurso limitado quasi ao abastecimento do mercado interno, fechado como se acha, em grande parte, o mercado exterior.

Afigura-se-me como muito relevante, no problema assucareiro nacional, a existencia de 22.261 engenhos segundo o registo de 1935 do Instituto do Assucar e do Alcool.

Esses engenhos são productores de assucar bruto e de rapadura. Desse total 66, 6% pertencem a engenhos com a capacidade annual até 50 saccos; de 51 a 100 saccos, 11, 8%; de 101 a 200 saccos, 8,1%; de 201 a 300 saccos, 3,3%; de 301 a 500 saccos, 3,7%; de 501 a 1.000 saccos, 2,9%; de 1.001 a 2.000, 2%; de 2.001 a 3.000 saccos, 0,77%; 3.001 a 5.000 tem-se 0,43% dos engenhos.

O iniciativa do Governo Provisorio creaaando o combustivel nacional, pela mistura do alcool com a gasolina, teve em vista abrir perspectivas novas á industria assucareira, atendendo á sujeição em que estamos em relação ao combustivel estrangeiro. O Brasil importou, em 1936, 325.402.000 kilos de gasolina, no valor de 155.965:708\$000. Enquanto isso, a produção de alcool anhydrido foi de 13.737.307 litros; de alcool rectificado de 35.054.946 litros, e de alcool bruto de 8.558.999 litros, nototal de 57.351.252 litros.

Ainda muito se tem de caminhar para conseguir que o alcool possa dar vassão aos excessos da produção de assucar, facilitando a liberdade no plantio da canna.

Assim reza o art. 28 do Instituto do Assucar e do Alcool :

Até que a installação das distillarias centraes ou aperfeiçoamento das distillarias particulares existentes nas usinas torne possivel a automatica regulação da produção do assucar pela applicação do excesso de materia prima á produção do alcool, o limite de produção das usinas, engenhos, bengues, meio aparelhos ou quaesquer outras installações destinadas ao fabrico do assucar, será fixado pelo Instituto do Assucar e do Alcool, de accordo com a capacidade dos machinismos e a área das lavouras actuaes.

Paragrapho unico. — Si o limite da produção estabelecido neste artigo não corresponder ás condições do consumo, poderá soffrer redução, a juizo do Instituto do Assucar e do Alcool."

Os industriaes de assucar, em seu proprio interesse, deverão procurar apparellhar-se, como já vão fazendo de modo a desviarem parte da materia prima para o fabrico do alcool uma vez que esse seja remunerada. E a intervenção do Estado deverá pautar-se por grande cautela, fazendo-se sentir mais na coordenação das iniciativas particulares. O problema é sem duvida complexo, mesmo porque, a limitação da produção do assucar, attingindo até modestas installações do pequeno productor do interior dos Estados (onde não poderá chegar o assucar das usinas), poderá acarretar o encarecimento da vida. Num paiz vasto como o Brasil, de condições precarias de transporte, portanto de difficil circulação das mercadorias, carecemos estar attentos na applicação de medidas ante-economicas.

O superior interesse nacional deverá ser harmonizado entre os productores e consumidores.

Conclusões :

I — Os preços do assucar sempre estiveram sujeitos á fortes oscillações no mercado interno por effeito da especulação commercial e da superprodução. A exportação, por outro lado, alem da limitação dos mercados compradores, tem contra si a concorrência da industria da beterraba e do assucar de canna de procedencia colonial, beneficiado, este ultimo, com tantas preferencias por parte das Metropoles.

II — Evidentemente, a nossa industria assucareira vinha arrostando vida precaria, sem poder expandir-se livremente e sem operar a modernização de sua apparellhagem. Os preços multantes no exterior nos obrigava, como ainda occorre, a exportar os excessos das safras mediante quotas de sacrificio. Pode-se dizer que não tínhamos encontrado meios de sahir de uma crise permanente na industria do assucar.

III — Foi deante de uma situação como essa, que affectava a vida economica de deztoit Estados da Federação, que o Governo Provisorio pelo decreto n.º 20.841, de 15 setembro de 1931 iniciou o amparo á industria assucareira, tendo por fim "conciliar, da melhor forma possivel, varios interesses dos productores de assucar, dos plantadores de canna, dos

commerciantes desse genero e dos seus consumidores" e alludindo a que a situação mundial obrigava o "Estado, em proveito dos interessesgeraes, a seguir uma politica de intervenção defensiva do equilibrio de todos os interesses em jogo". Essa intervenção se faria forçosamente, no momento, ou pelo menos até que dèssanova orientação á cultura de canna, pela intervenção no mercado interno, retirando os excessos e fazendo a exportação. Seguiu-se a necessidade do financiamento dos productores pelo auxilio bancario, o que veio a se dar pelo decreto 20.761 instituindo a taxa de 3\$ por sacco de 60 kilos para todo o assucar produzido nas usinas do paiz.

A base do auxilio seria o do preço de 39\$ por sacco de 60 kilos de assucar crystal no Districto Federal ou 30\$ nos centros de producção. O assucar seria Warrantado na base de um adeantamento de 70%.

Deu-se, por esse decreto, limitação da producção porque a Comissão de Defesa do Assucar "ficou com poderes para verificar a capacidade de producção de cada usina num trabalho maximo de cento e cincoenta dias" e não poder essa producção exceder "o computo maximo que for estabelecido". Houve a preocupação de evitar que, com os melhores preços, se desse a elevação excessiva da producção.

IV — Muito providentemente, o Governo Provisorio, pelo decreto n.º 19.728, de 20 de Fevereiro de 1934, estabeleceu a aquisição obrigatoria do alcool na proporção de 5% da gasolina importada. Embora assumpto de longadata agitado nos meios industriaes do paiz, nenhum Governo havia ainda encarado com energia esse aspecto relevante da nossa industria assucareira — o da producção em alta escala do alcool combustivel. A acção perseverante do Governo nesse particular e que vem sendo mantida até hoje, torna-se, por isso mesmo, digna dos melhores louvores das classes productoras do paiz. A mistura carburante, tendo por base o alcool motor, está se generalizando em todo mundo. Alem do que se dá na Allemanha, na França e em outros paizes em que ella é obrigatoria, até mesmo nos Estados Unidos começa a despertar interesse. Com a utilização do alcool motor logra-se alcançar o melhor aproveitamento de um sub-producto agricola e, segundo observações technicas, se consegue optimo carburante para misturas com a gasolina.

Tem sido a seguinte a marcha da producção do alcool motor entre nós;

1932	19.265.909	litros
1933	14.630.854	"
1934	27.285.269	"
1935	47.524.474	"
1936	138.611.595	"
TOTAL	247.318.101	"

(Entenda-se por alcool-motor a mistura alcool-gazolina e outras substancias)
Quantidade de alcool entrada na misturas

1932	12.147.957	litros
1933	12.963.002	"
1934	14.115.963	"
1935	16.741.945	"
1936	24.340.393	"
TOTAL	80.309.260	"

Elevou-se em 1936 a percentagem de augmento do consumo de alcool-puro nos motores de explosão a 45,39% e o valor correspondente á gasolina substituida a 8.519:138\$000.

V — Finalmente, pelo decreto n.º 29.789, de 1 de Dezembro de 1933, foi creado o Instituto do Assucar e do Alcool, ficando dèss'arte fundido em um só organismo a defesa da industria assucareira objectivando o equilibrio interno das safras annuaes de assucar com o desvio de uma parte dessa producção para o fabrico do alcool motor. Estabeleceu-se, assim, a orientação permanente da industria assucareira. Cabe, hoje, ao Instituto, controlar os preços dentro das oscillações legais de venda e garantir a producção e o consumo. Quanto á limita-

ção da produção, ficou a mesma estabelecida, até que, pela instalação de distillarias centraes e do melhor aparelhamento das usinas, se torne possível destinar o excesso da materia prima para o fabrico de alcool.

Tres grandes distillarias centraes estão sendo montadas nos Estados do Rio. Pernambuco e Minas Geraes.

Em todo territorio nacional ficou prohibida a montagem de novas usinas, banguês ou instantaneos, sem consulta prévia e approvação dos planos pelo Instituto do Assucar e do Alcool.

Se não fôra a acção decisiva do Governo Provisorio e o constante interesse pessoal do actual Presidente da Republica, sempre prompto a remover os obices apresentados, pode-se dizer que não se teria conseguido fazer penetrar na consciencia de todos aquelles que se dedicam á industria assucareira a convicção, dia adia mais arraigada, de que a sorte dessa industria está ligada, neste instante, á do desenvolvimento da utilização do alcool como combustivel. O assucar é um dos productos que maior crise soffre no mercado mundial e, portanto, um dos de mais difficil solução, obrigados como foram, todos os paizes, a limitar suas exportações.



A FENAÇÃO E AS SECCAS

Pelo Geologo HORACE E. WILLIAMS

O autor destas linhas, tendo passado uma parte consideravel de uns trinta annos, numa ou outra região de Nordeste, sujeita aos effeitos de Secca Periodica, tem observado as condições que se succedam ali em todas as suas modalidades. Tendo elle originado numa região nos Estados Unidos onde o clima sujeita os habitantes a situações muito analogas, lembra elle que os meios adoptados para vencer uma situação angustiosa podem ser adoptados com vantagem no nosso Nordeste.

A construcção de açudes, a abertura de centenas de kilometros de estradas de ferro e de rodagem etc., tem contribuido para melhorar as condições de vida na região assolada pela secça periodica. Mas os methodos empregados, os gastos avultados feitos, não alcançam o fim almejado! Isto é, tornar o sertanejo um tanto livre de prejuizos quaes os soffrimentos pessoasas nessas ge, muito menos a segurançadeve ser saomuito conservadores em habitos e processos. Por isso é preciso ensinar a mocidade nas escolas e impregnar-lhes com os conhecimentos necessarios, das facilidades e vantagens destes novos processos, e o fim almejado, e facilmente alcançavel, pelo emprego e aproveitamento destes mesmos processos.

Nesta tentativa, deve-se concentrar toda a força, todo o esforço, todos os meios possiveis, no assumpto de fenação e os instrumentos e aparelhos necessarios para o seu desenvolvimento entre os do Nordeste. Com o desenvolvimento deste plano aqui suggerido, consegue-se, o melhoramento das condições da vida nesta região, tornando a haverãdeccada SECCA e livre do flagellatir forragem nos silos, nas medas, ou enfiadada. Nestas condições, a vida do rebanho continua augmentando normalmente, fornecendo leite e queijo e carne sadia para o seu dono; precisando de dinheiro, elle tem o que vender e a bom preço.

O Nordeste é particularmente rico em plantas forageiras, capins de qualidades admiraveis e productivas. Nas campinas o capim commum é quasi inesgotavel durante a estação das aguas. O guiné, o provisorio, em cercados crescem até dois metros ou mais de altura. Durante a estação, o capim pode ser cortado mensalmente, produzindo de 1 a 2 toneladas de feno por tarefa, cada corte.

Em terras irrigadas, a planta aconselhavel por excellencia, é a alfafa, planta mun-

dial, que produz maravilhosamente em todas os os climas, em todas as terras, uma vez que estas sejam alcalinas.

O unico cuidado necessario para garantir o successo da plantação de alfafa, é que a terra seja bem alcalina; pois a semente não brotará em terra acida. Por isso, deve-se aubar com antecedencia as terras destinadas a esta plantação, empregando para isto bastante cal. Em boas condições, pode-se fazer um corte mensalente, produzindo assim em terras irrigadas cerca de doze cortes durante o anno. Em outros paizes, cada corte de alfafa, produz de 1 a 2 toneladas por tarefa, digamos 2,5 a 5 toneladas por hectare, seja 25 a 50 toneladas por anno ao menos. Perspectivas de futuro, tem, convidati- do perigo, go, que é um perigo real para a meda. Uma vantagem de meda é que o gado pode comer quando queira, à vontade, emquanto com o silo, é preciso sempre ser retirada a ração, à mão, de vez em quando durante o dia, operação que alguns podem acahr fastidiosa. Uma vantagem do silo, é que o gado se conserva em melhor estado e condição de carnes com a silagem, do que com o feno secco simples.

A construcção dum silo é facil. O mais simples da construcção é pela abertura de um poço largo de quatro a cinco metros de diametro por trez a quatro de profundidade rebocando o fundo e as paredes com areia ou cime, e a parte sendo assim já aptas para o plantio de alfafa.

O problema a resolver entre nós é o mesmo que enfrenta a pecuaria em altas latitudes, como no Canadá, nos Estados Unidos, na Europa etc., porém, ali em grão maior. Ali a situação é annual e absoluta; si não preparar e armazenar para a estação fria durante a qual o animal não possa obter alimento nos campos abertos sua perda é certa e infallivel; emquanto entre nós, as condições estão tão amenas que passa-se a estação normal sem grandes perdas. Sómente, depois de alguns annos normaes ha um ou mais em que faltam as chuvas e vem a desgraça; Então os rebanhos perdem-se quasi por completo; o gado, faminto, esquelético, doentio, não se presta como alimento, nem

tem valor. Só resta ao sertanejo a retirada forçada, deixando a esmo tudo o que é seu.

No tempo de Shakspeare não se praticava a fenação em grande escala; naquelle tempo, quando o gado fôr gordo no outomno, fazia-se a matança, guardando e salgando a carne para quando precisar della. O corte de capim com o alfange é uma operação penosa mesmo para um homem robusto; até uns cem annos atraz, todos os cereaes eram ceifados assim; mas com a intervenção da segadeira, mudou-se a situação. Desta data em diante, a questão tornou-se não uma *produção* mas antes disso uma *transporte*; com facilidade podia-se ceifar cereaes para encher o mundo. O corte de cereaes e forragens, pezadissimo para o homem, facilimo era para o cavallo. Desenvolveram-se methodos e processos para a sua conservação e transporte; appareceu a *meda*, o *silo*, a machina de *enfardar*. Estes processos e methodos estão conhecidos a todos menos ao Sertanejo do Nordeste. As machinas, os instrumentos, osapparelhos precisos desconhecidos.

demos conseguir que elle aprenda o manejo e uso dessas machinas, seu aproveitamento e valor real?

Num caso quasi identico, achamos a resposta para a primeira questão na acção daquelle grande Governador de Minas Geraes que era João Pinheiro. Para arrancar a lavoura do seu estado da rotina do *cabo da enxada*, aquelle grande administrador comprou no mercado manufactureiro a machinaria agricola que o seu Estado precisava; comprou em grande quantidade por preço baixo e com frete baixo, introduziu-a no Estado; estabelecendo grandes depositos destes apparelhos, consistindo de arados de toda sorte, grades, carroças, etc., etc.

Para conseguir a sua distribuição pelo Estado vendia esses apparelhos ao fazendeiro a custo. O resultado não se fez esperar. O augmento na produção agricola era immediato. Logo nos annos seguintes a estatistica do thesouro accusava uma renda augmentada ultrapassando em muito os gastos feitos nesta louvavel tentativa.

Da mesma maneira, encontramos no



poupado ao homem e sua afastado da mente do pensador, le tempo previsto por Bentam, quando a produção de comestiveis não bastaria para o consumo da população augmentada do mundo.

Bradamos! A segadeira é o apparelho de maior importancia para o Nordeste! Na segadeira, sabia e universalmente empregada no Nordeste, reside a maior defeza do sertanejo, a maior protecção para a sua familia e para o seu rebanho! Tendo este apparelho, elle está armado contra a "secca" mais apertada!

O nosso problema então resolve-se na resposta a estas duas questões: Como podemos conseguir que o sertanejo se prepare para esta lucta, adquirindo os apparelhos e instrumentos necessarios? Como po-

custo, consegue-se a sua collocação em toda a região. Havendo na região, frequentes *Campos de Experiencia* nos centros principaes onde se demonstra os apparelhos no corte e preparo de feno, se diffundem grandemente os conhecimentos necessarios ao sertanejo, o manejo do apparelho e os varios passos e o valor do processo.

Ao mesmo tempo que se procede assim nos Campos de Experiencia regulares, deve-se installar cursos ou preleções occasionaes ou ambulatorios sobre o assumpto de *fenação* nas escolas communs da região. Escolha-se um lote proprio na vizinhança da escola onde pode-se fazer uma pequena plantação de capim qualquer, então a titulo de pic-nic, faz-se o corte cada vez que cresça

suficientemente e pratica todas as operações necessárias para completar o processo, seccagem, recolhimento, etc., a *meda* o *silo*, e o *fardo*; tudo o que fôr possível sobre o assumpto. Na ocasião do corte, cada aluno deve occupar o assento da segadeira durante alguns minutos ao menos para aprender o manejo das alavancas etc., para acostumar-se ao aparelho, e para perder o medo do desconhecido! Logo que aprendam, cada uma destas crianças tornar-se-á em fervoroso adepto do processo, assim espalhando a boa nova!

Nas escolas de Agricultura na região, o curso de *fenação* deve ser o da maior importância e professado com a maior insistencia. As escolas particulares devem ser subvencionadas para que ensinem especialmente a *fenação* durante o curso, especializando na pratica.

O sertanejo é muito trabalhador, não conhece a preguiça e age com vigor quando os resultados estão promettedores. Mas em toda parte, a lavoura e pecuaria estão prezas a rotina antiquissima. Não conhece o alfange, muito menos a segadeira. Os velhos são muito conservadores em habitos e processos. Por isso é preciso ensinar a mocidade nas escolas e impregnar-lhes com os conhecimentos necessários, das facilidades e vantagens destes novos processos, e o fim almejado, e facilmente alcançavel, pelo emprego e aproveitamento destes mesmos processos.

Nesta tentativa, deve-se concentrar toda a força, todo o esforço, todos os meios possíveis, no assumpto de *fenação* e os instrumentos e aparelhos necessários para o seu desenvolvimento entre os do Nordeste. Com o desenvolvimento deste plano aqui sugerido, consegue-se, o melhoramento das condições da vida nesta região, tornando a independente da SECCA, e livre do flagello!

Com uns hectares de campo limpo, cerca do para evitar estragos pelo gado durante o periodo de crescimento, livre de tocos e pe-

dras para não atrapalhar o aparelho, o dono estará habilitado a fazer um corte mensal durante a estação das aguas, assim conseguindo pelo menos dois a tres toneladas de feno por hectare e por corte.

Em operação, a segadeira, puxada por uma parelha de cavallos ou muares, precisa apenas de uma pessoa para guiar os animaes atravez do campo. Isto é um serviço leve, uma creança o pode fazer; assentado commodamente nobanco do aparelho, debaixo de guarda-sol, si quizer, se faz o corte de um hectare em menos de tres horas, ou tres horas, ou tres a quatro hectares por dia, sem esforço physico.

Logo como possível depois de corte, recolhe-se o capim cortado por meio de ancinhos tambem puxados a cavallo, e empilha-se em montes ou *medas*, encobrimdo-os com o proprio capim para os proteger das chuvas. Porém, o melhor methodo para guardar o feno é no *silo* onde se conserva sem perder o peso, ou suas qualidades nutritivas, durante annos, ao mesmo tempo, sempre livre do perigo de fogo, que é um perigo real para a *meda*. Uma vantagem de *meda* é que o gado pode comer quando queira, á vontade, enquanto com o *silo*, é preciso sempre ser retirada a ração, á mão, de vez em quando durante o dia, operação que alguns podem acahr fastidiosa. Uma vantagem do *silo*, é que o gado se conserva em melhor estado e condição de carnes com a silagem, do que com o feno secco simples.

A construcção dum *silo* é facil. O mais simples da construcção é pela abertura de um poço largo de quatro a cinco metros de diametro por trez a quatro de profundidade, rebocando o fundo e as paredes com cal e areia ou cimento, as beiradas sendo levantadas um metro ou mais acima do chão, e protegido contra a entrada de agua, no tempo das enchurradas.

Na *segadeira* e na *fenação* reside a salvação do Nordeste!

Moveis, Estores, Cortinas e Tapetes

OS MAIS MODERNOS, CHICS E CONFORTAVEIS

Só na CASA A. F. COSTA

Os de maior successo pelas vantagens que oferece em acabamento, conforto, preços e qualidade garantida

VISITEM NOSSAS EXPOSIÇÕES

CASA A. F. COSTA

27 — RUA DOS ANDRADAS — 27

A classe agronomica e a questão da peritagem para fins de credito agricola

A Sociedade Nacional de Agricultura, attendendo a um pedido do Syndicato Brasileiro de Agronomos e da Sociedade Brasileira de Agronomia, dirigiu ao Snr. Presidente da Republica, ao Snr. Ministro da Fazenda e ao Director do Banco do Brasil, o seguinte officio:

Sr. Presidente da Republica.

"A Sociedade Nacional de Agricultura teve a honra de receber, na sua ultima reunião, a visita do Dr. Ulysses Cavalcanti, Secretario do Syndicato dos Agronomos Brasileiros, que, perante a Directoria reunida em sessão semanal, fez uma exposição acerca da conveniencia de ser dado cumprimento aos dispositivos da lei 23.196, de 12 de Outubro de 1933, que regula o exercicio da profissão agronomica, cuja promulgação a classe deve a V. Excia.

A Sociedade acolheu o apello e o encaminha a V. Excia., não só por que foi a pioneira daquella regulamentação, como, tambem, da questão do credito agricola, a ser posto em breve, em execução atravez a Carteira Agricola do Banco do Brasil e onde, como justiça, deveriam os agronomos exercer a sua actividade na parte da peritagem e cadastragem das propriedades rurais, para os effeitos da avaliação e credito.

A justa pretensão da classe dos agronomos brasileiros se baseia no artigo 11 do citado decreto, conforme as seguintes alíneas:

"v) determinação do valor locativo e venal das propriedades rurais para fins administrativos ou judiciaes na parte que se relacione com a sua profissão;

"x) avaliação e peritagem das propriedades rurais, suas installações, rebanhos, de colheitas pendentes, para fins administrativos, judiciaes ou de credito;

"z) avaliação dos melhoramentos fundiarios para os mesmos fins da alinea x)";

O referido agronomo, por ocasião do Congresso Brasileiro de Agronomia, de Piracicaba, teve occasião de apresentar uma these a respeito do assumpto, em vista de, não só nos Estados como, na Capital da Republica, assistir a classe aos trabalhos de peritagem, de natureza economico-agricolas, feitas por profissionais de outras

profissões liberais, em detrimento da classe dos agronomos brasileiros. A Caixa Economica, por exemplo, possui uma Carteira de financiamento rural e não dispõe, no seu corpo de peritos, de um só agronomo. Pernambuco obteve muitos milhares de contos daquella Caixa, todos elles baseados em pericias executadas por profissionais alheios á agronomia.

De accordo com a exposição do Dr. Ulysses Cavalcanti, em tempo, foi levantada uma certa duvida na que se refere á interpretação daquella texto legal, o que levou os agronomos a solicitar a illustre jurisconsulta Dr. Clovis Bevilacqua um parecer, cuja conclusão foi inteiramente favoravel, ficando, ademais, provado que os serviços de peritagem são attribuidos em caracter privativo á classe dos agronomos.

Realmente, quem melhor do que um agronomo, pôde dar parecer criterioso, consciencioso e verdadeiramente orientador das administrações dos institutos de credito, dentro do terreno da economia agricola?

Nestas condições, a Sociedade faz sua aspiração da classe dos agronomos brasileiros, qual a de ser attribuida aos agronomos, na actual Carteira de Credito Agricola do Banco do Brasil, em caracter privativo da profissão, o serviço de peritagem e avaliação das propriedades para os effeitos do credito, dentro das attribuições que lhe são conferidas pelo decreto citado.

Certos da melhor acolhida, antecipamos agradecimentos e aproveitamos o ensejo para lhe apresentar os protestos de elevada consideração e distinta apreço".

Em resposta recebeu os seguintes officios, respectivamente do Director do Expediente e Pessoal do Ministerio da Fazenda e da Direcção Geral do Banco do Brasil:

"Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura — Em referencia ao memorial dessa Sociedade, datado de 16 de Outubro ultimo, cabe-me declarar-vos, de conformidade com o despacho do Sr. Secretario Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Fazenda, que o Sr. Presidente do Banco do Brasil, a quem foi presente o alludido memorial, communicou, por officio de 18 de Novembro p. findo, que a pretensão dos agronomos, nelle exposta, de lhes serem

confiados, em caracter privativo da profissão, os serviços de peritagem e avaliação de propriedades, por occasião do funcionamento da Carteira de Credito Agricola e Industrial daquelle Banco, será examinada com todo o interesse e merecerá a melhor attenção do citado estabelecimento.

Apresentando-vos os protestos da minha estima e consideração. — O Director, **João da Cruz Ribeiro.**"

"Senhor Presidente. — Levamos ao conhecimento de V. S., em resposta ao seu officio 101.224, de 13 de Outubro ultimo, que as disposições do decreto n.º 23.196, de 13 de Outubro de 1933, só conferem aos agronomos, em caracter privativo da profissão, a organização, direcção e execução de serviços technicos officiaes, federaes, estaduais ou municipaes, categorias em que se não comprehendem os deste Banco.

Mas, para o Banco, por si mesma se evidencia a conveniencia de que certos serviços, que a Carteira de Credito Agricola e Industrial tenha de organizar e dirigir, venham a ser executados por quem seja technicamente capaz de os realizar.

Resolvemos, assim, sem prejuizo do aproveitamento das pessoas que ha longos annos nos vem prestando bons serviços, como fiscaes ou administradores de propriedades — dar preferencia, nas avaliações ruraes, aos agronomos brasileiros de competencia comprovada pelo exercicio effectivo e capaz da profissão, e que, além disso, tenham a indispensavel idoneidade moral. Cordiaes saudações. — Banco do Brasil".

Mais tarde, em 17 de Dezembro recebeu a Directoria da Sociedade, do Presidente do Syndicato Nacional de Agronomos, o seguinte officio, capeando o memorial que tambem vae transcripto e cujos conceitos foram integralmente esposados pela Sociedade:

"O Syndicato Nacional de Agronomos tem a honra de encaminhar á elevada apreciação de V. Excia. uma copia do memorial que dirigiu ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil, referente á organização e execução de serviços decorrentes da instituição da Carteira de Credito Agricola e Industrial, que se relacionam com o exercicio da profissão agricola em nosso paiz.

Confiantes na justeza dos seus propósitos e na elevada conceito em que V. Excia. tem a numerosa classe aqui representada, este Syndicato ousa solicitar os imprescindiveis e bons officios de V. Excia., junto ao Sr. Presidente daquelle instituição de credito, no sentido de apoiar as medidas que foram alvitadas no memorial em apreço".

Eis o memorial:

"Exmo. Sr. Dr. João Marques dos Reis M. D. Presidente do Banco do Brasil.

O Syndicato Nacional de Agronomos tem a subida honra de submeter á elevada apreciação de V. Excia. os factos que passa a expor, sendo-lhe sobremaneira grato antecipar o conhecimento da atmosphera de franca sympathia e anciosa expectativa reinante no seio da numerosa classe aqui representada, pelas providencias que V. Excia. houver por bem determinar em face dos mesmos, uma vez devidamente considerados, por quem de direito, em suas characteristics legaes o outras.

REGULAMENTO DA CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

Como se verifica á fls. 23.483, do Diario Official de 27 de Novembro de 1937, por despacho de 2 de Outubro do mesmo anno, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda approvou o Regulamento da Carteira de Credito Agricola e Industrial, apresentado pelo Banco do Brasil.

Essa Carteira, como se infere do art. 1.º, foi instituida com o objectivo de fomentar o incremento da riqueza nacional, **com assistencia financeira directa á agricultura, á pecuaria e ás industrias** (o grypho é nosso).

Definindo quaes sejam alguns dos fins dessa assistencia financeira, diz o art. 2.º:

- "a) aquisição de adubos, sementes, gado destinado a criação e melhora do rebanho e animaes de serviço para os trabalhos ruraes;
- "c) custeio de entre safras;
- "d) reforma ou aperfeiçoamento de machinaria das industrias de transformação".

Os artigos 3 e 4 especificam que só os agricultores, criadores ou as cooperativas agricolas e pecuarias, legalmente constituídas, poderão transigir com a Carteira, e, bem assim, que **essas operações serão sempre realizadas por meio de contractos e garantias especiaes, como o penhor rural.**

Por seu turno, o artigo 6 estatue:

"o montante de qualquer adiantamento rural não poderá exceder de **um terço do valor em que fôr estimada a safra immediatamente seguinte á realização da operação.**"

E os dois paragraphos, desse mesmo artigo, dizem:

"§ 1.º — Entende-se por safra um cyclo completo de producção vegetal ou animal.

"§ 2.º — O financiamento para aquisição de gado destinado á criação ou melhora de rebanho, reproductores, animaes de serviço para os trabalhos ruraes e machinas agricolas, não deverá exceder o equivalente a 40 % do seu custo real, salvo quando outras garantias especiaes forem offerecidas, respeitada, em qualquer dos casos, a limitação estabelecida neste artigo."

Por sua vez, para que não possam pairar duvidas, a respeito da natureza das garantias consideradas como penhor rural, os artigos 11 e 12, depois de se referirem á Lei n. 492, de 30 de Agosto de 1937, que regulou o penhor rural e á cédula pignoratícia, definem claramente que podem ser recebidas:

a) **em penhor agricola:**

- 1) — machinas e instrumentos agricolas;
- 2) — colheitas pendentes ou em vias de formação no anno do contracto, quer resultem de prévia cultura, quer de producção expontanea do sólo.

b) **em penhor pecuario:** Os animaes que se criam pascendo para a industria pastoril, agricola ou de lacticinios, em qualquer de suas modalidades ou que sejam elles simples accessorios ou pertences de sua exploração.

Finalmente, o artigo 17, de cujo elevado entendimento e criteriosa applicação vae depender, em grande parte senão na quasi totalidade, a justa avaliação dos bens que servirão de garantia especial como penhor rural, determina:

"OS BENS OFFERECIDOS EM GARANTIA SERÃO AVALIADOS POR PESSOAS DA CONFIANÇA DO BANCO, CORRENDO AS DESPESAS RESPECTIVAS POR CONTA DO PROPONENTE."

Certamente V. Excia não ignora os dispositivos regulamentares que vêm de ser citados; mas, a este Syndicato pareceu conveniente focalizar, de preferencia, todos os que se encontram directamente relacionados com a profissão agronomica em nosso paiz, que foi regulada pelo decreto 23.196,

de 12 de Outubro de 1933, de que annexamos um exemplar, em separata publicado pela Directoria de Estatistica da Producção, do Ministerio da Agricultura.

Regulamento da Profissão Agronomica

De accordo com o estatuido no artigo 1 do decreto acima referido e na forma das attribuições nelle estabelecidas **o exercicio da profissão de agronomo ou engenheiro-agronomo, em qualquer dos seus ramos, só é permittida aos profissionais diplomados:**

- a) por escolas ou institutos de ensino agronomico officiaes, equiparados ou officialmente reconhecidos;
- b) em agronomia, por escolas superiores estrangeiras, após curso regular e válido, para o exercicio da profissão no paiz de origem, que tenham revalidado seus diplomas, de accordo com a legislação federal ou que tenham satisfeito as exigencias legais referidas no artigo 2.

Além disso, como determina o artigo 4 sejam quaes forem as circumstancias, **os diplomados em agronomia só poderão exercer a profissão, após haverem registrado seus titulos ou diplomas na Directoria Geral de Agricultura**, hoje Departamento da Producção Vegetal, do Ministerio da Agricultura, **devendo as autoridades exigirem o certificado de registro ou a apresentação do titulo registrado para o exercicio da profissão e desempenho de quaesquer funcções a esta inherentes**, como determina o artigo 5.

Dentre as muitas attribuições que o artigo 6 conferiu aos agronomos ou engenheiros-agronomos, destacam-se as seguintes:

- "s) avaliações e pericias relativas ás ali-neas anteriores letras a) e r), todas pertinentes a serviços que exigem conhecimentos da agricultura, de industria animal ou das que lhes são correlactas);
- "u) peritagem e identificação, para desembaraço em repartições fiscaes ou para fins judiciaes, de instrumentos, utensilios e machinas agricolas, sementes, plantadas ou partes vivas de plantas, adubos, insecticidas, fungicidas, machinismos e accessorios e, bem assim, outros artigos utilizaveis na agricultura ou na instalação de industrias ruraes e derivadas;
- "v) determinação do valor locativo e venal das propriedades ruraes, para fins administrativos ou judiciaes, na parte que se relacione com sua profissão;

- "x) AVALIAÇÃO E PERITAGEM DAS PROPRIEDADES RURAES, SUAS INSTALAÇÕES, REBANHOS E COLHEITAS PENDENTES, PARA FINS administrativos, judiciais ou DE CREDITO;
- "z) AVALIAÇÃO DOS MELHORAMENTOS FUNDIARIOS PARA OS MESMOS FINS DA ALINEA x) ."

Por seu turno, com o fim de excluir qualquer duvida, que por ventura pudesse pairar sobre as attribuições conferidas aos diplomados em agronomia, o artigo 9 determina expressamente:

"CONSTITUE TAMBEM ATTRIBUIÇÃO DOS AGRONOMOS OU ENGENHEIROS AGRONOMOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, não especificados no presente decreto QUE POR SUA NATUREZA, EXIJAM CONHECIMENTO DE AGRICULTURA, DE INDUSTRIA ANIMAL OU DE INDUSTRIAS QUE LHE SEJAM CORRELACTAS".

Finalmente, estabelecendo sanções para os contraventores do regulamento da profissão agronomica em nosso Paiz, o artigo 11 determina:

"Os individuos que exercerem a profissão de agronomos sem serem diplomados ou sem haverem registrado, dentro do prazo de seis mezes, no Ministerio da Agricultura, o seu titulo ou diploma, incorrerão na multa de 200\$000 (duzentos mil reis) a 5.000\$000 (cinco contos de reis), que será elevada ao dobro em caso de reincidencia."

Considerações complementares

Da simples leitura dos dispositivos regulamentares, que acabam de ser enunciados, relativamente á organização da Carteira de Credito Agricola e ao exercicio da profissão agronomica, desde logo, decorrem os seguinte elementos de convicção:

a) que, apesar da regulamento da Carteira ter baixado quatro annos depois daquelle que dispõe sobre o exercicio da proxima entre ambos, sendo digna de nota a intima connexão ou a identidade dos serviços nelle previstos;

b) que os serviços de avaliação e peritagem, para fins de penhor rural, seja elle agricola ou pecuario, a serem organizados pela Carteira já eram e continuam sendo attribuições da competencia exclusiva dos diplomados em agronomia;

c) que a unica restrição existente no regulamento da Carteira, relativamente á execução dos serviços de avaliação e peritagem acima referidos, é a constante do artigo 17, que determina sejam os mesmos executados por pessoa da confiança do Banco, o que, como se torna obvio evidenciar não invalida nem poderia invalidar os dispositivos legais anteriormente existentes e que prescrevem a sua execução por pessoas diplomadas em agronomia, arti. 6 e 9).

Mas, como não seja a defesa das prerogativas de classe o unico escopo deste Syndicato, visto como a legislação sobre as organizações syndicaes do Paiz lhe prescreve a faculdade de collaborar, tão efficientemente quanto lhe fôr possível, na organização dos serviços que envolvam actividades pertinentes ou relacionadas com as attribuições conferidas aos diplomados em agronomia, certamente não constituem uma impertinencia e se farão objecto da valiosa e attenta apreciação de V. Excia., os comentarios a seguir.

Como se deprehende do disposto da letra "a" do artigo 26 do Regulamento da Carteira existem ou deverão existir "chefes de departamento", aos quaes será attribuida a execução dos serviços a que ficam ou ficarão subordinados ao director ou directores da Carteira. Por seu turno o artigo 27 do mesmo Regulamento, entre outras attribuições conferidas á directoria da Carteira, incumbem-lhe ainda a de superintender:

- "a) a organização do cadastro rural e industrial do paiz;
- "d) a confecção da estatística mais completa possível da produção nacional;
- "e) os serviços de avaliação das safras, com a maior approximação possível."

Ora, como já foi evidenciado anteriormente, os serviços de avaliação das safras (rebanhos e colheitas pendentes) são da exclusiva competencia dos diplomados em agronomia (artigos 9 e 6, letra x). Por sua vez, o artigo 7 do Regulamento da profissão agronomica determina textualmente:

"TERÃO PREFERENCIA, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, OS AGRONOMOS OU ENGENHEIROS-AGRONOMOS QUANTO A PARTE RELACIONADA COM A SUA ESPECIALIDADE, NOS SERVIÇOS OFFICIAES;

- "b) padronização e classificação dos productos de origem animal;

- "c) inspecção, sob o ponto de vista de fomento da produção animal, de estabulos, matadouros, frigoríficos, fabricas de banha e de conservas de origem animal, uzinas, entrepostos e fabricas de lacticínios, e, de um modo geral, de todos os productos de origem animal, nas suas fontes de produção, fabricação ou manipulação (relewa assignalar que o artigo 1.º do Regulamento da Carteira diz ter sido esta creada com o fim de fomentar o incremento da riqueza nacional);
- "d) ORGANISAÇÃO E EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE RECENCEAMENTO, ESTATISTICA E CADASTRAGEM RURAES;
- "e) fiscalisação da industria e commercio de adubos, fungicidas e insecticidas".

CONCLUSÃO

Em face do exposto, salvo melhor juizo, parecem a este Syndicato de toda procedencia e dignas das providencias que se fizerem necessarias, por parte de quem de direito, as seguintes conclusões:

- a) que a instituição e regulamentação da Carteira de Credito Agricola, bem como o disposto na Lei n.º 492, de 30 de Agosto de 1937, que regulamentou o penhor rural, crearam para o Banco do Brasil a obrigação legal e imprescindivel de organizar e executar serviços que, pela sua natureza, exigem conhecimentos de agricultura, de industria animal, ou das que lhe são correlactas;
- b) que a organização e execução dos serviços dessa natureza, em virtude de lei anterior são revogados por razões de ordem axiomática, são da competencia exclusiva ou preferencial dos profissionais em agronomia;
- c) que em tal emergencia e nessa mesma ordem de ideias, conviria

que a Directoria do Banco do Brasil expedisse as ordens que se fizerem necessarias no sentido de:

- 1.º) GARANTIR, DESDE LOGO, AOS DIPLOMADOS EM AGRONOMIA, NA ESFERA DE SUAS ACTIVIDADES E NA PARTE RELATIVA AOS FUTUROS TRABALHOS DA CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA, O PLENO DIREITO E LIVRE EXERCICIO DAS ATTRIBUIÇÕES EXCLUSIVAS OU PREFERENCIAES QUE LHE FOREM CONFERIDAS POR LEI;
- 2.º) ORGANISAR, OPPORTUNAMENTE, UM DEPARTAMENTO AGRICOLA OU DEPENDENCIA QUE OUTRO NOME MELHOR MEREÇA, ONDE PUDESSE FICAR ACAUTELADO O INGRESSO DE DIPLOMADOS EM AGRONOMIA E QUE SE INCUMBIRIA DOS NOVOS ENCARGOS ATTRIBUIDOS AO BANCO, COM A INSTITUIÇÃO DA CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA.

Dando a esta ultima conclusão o caracter de uma solicitação, para a qual não occulta o maximo empenho nella collocado, este Syndicato não teve em mira, apenas, o justo porém restricto interesse de classe; mas, principalmente, com a devida venia e de accordo com a legislação syndical em vigor collaborar com as autoridades federaes, na grandiosa obra de soerguimento economico do paiz, nos moldes iniciados e impostos pela Carta Constitucional de 10 de Novembro, onde assumiu notavel relevo e mereceu especial carinho a acção dos technicos, no campo de suas respectivas profissões ou especialisações.

Attenciosas saudações.

PRESIDENTE (Assignado) Waldemar Rayte

SECRETARIO (Assignado) Ulysses Cavalcanti de Mello.

THESOUREIRO (Assignado) João Baptista Cortes.

ATELIER DE GRAVURAS

SILVA

&

43, AVENIDA GOMES FREIRE, 43

BARRETO

TELEPHONE 22-6894

RIO DE JANEIRO

GRAVADORES

O ALGODÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Em uma das ultimas reuniões da Sociedade Nacional de Agricultura, o Sr. José Maria Fernandes fez a seguinte comunicação:

"Afim de que fique consignada na acta das reuniões desta Sociedade a comunicação verbal que fiz na ultima quinta-feira sobre o grande esforço que está sendo feito na America do Norte para que aquelle paiz volte á sua antiga posição de fornecedor de mais de 60 % da materia prima consumida pela industria nacional de algodão, apresento aqui algumas notas mais detalhadas sobre o assumpto, retiradas das ultimas revistas americanas, empenhadas nesse movimento.

Vejamos, por exemplo, o que diz um annuncio de uma grande firma exportadora no "The Cotton Ginners Journal", numero de Abril de 1937: "Não fazem muitos annos que um fardo de algodão do Texas e Oklahoma, sendo considerado um producto de boa qualidade, alcançava sempre um premio nos mercados mudiaes. Os industriaes que desejassem algodão de uma pollegada, boa resistencia e sedosidade, evidenciavam sempre uma definida preferencia pelo "Texas" e "Oklahoma". Nestes ultimos annos, no emtanto, a qualidade do algodão do Texas e Oklahoma tem degenerado de tal maneira que não passa hoje de um indesejavel em todos os mercados. Clausulas especiaes o excluem sempre nos contractos de compra e venda. (That Texas and Oklahoma cotton **shalla not** be delivered in filling the sale).

Por esse motivo o algodão americano, nem só vem perdendo a sua antiga preferencia nos mercados estrangeiros como a propria industria americana tem sido obrigada a importar fibras de maior comprimento para os seus artigos mais finos ou de maior resistencia, como por exemplo a empregado na fabricação de pneumaticos, etc. De fornecedor de cerca de 65 % em 1932, a America do Norte não concorre hoje senão com 42 % do consumo total da industria mundial de fição.

Sendo a producção mundial este anno de 30.700.000 fardos e o consumo total de 30.900.000 fardos, os Estados Unidos concorrem com 13.100.000 fardos e os outros productores com 17.800.000 fardos, a que deixou o stock (carryover) de 6.118.000 fardos para o algodão americano e 6.721.000 fardos de outras procedencias,

sabendo-se que o saldo accumulado em annos anteriores era de 6.962.000 e 6.111.000, respectivamente.

Apezar do augmento constante do consumo interno na America do Norte nestes ultimos annos, os saldos accumulados de suas safras anteriores ainda attingem mais de 6.000.000 de fardos, tendo sido de 13.263.000 em 1933. Por outro lado o "carryover" do algodão de outras procedencias, que em 1935/36 era de 5.534.000 subiu para 6.721.000 em 1937, o que quer dizer que o consumo desses algodões não vem acompanhando o augmento da producção verificada nesta ultima safra.

Afim de resolver essa situação afflictiva, considerada de vida e de morte, por isso que o Texas é o maior productor da America do Norte (de 4 a 5 milhões de fardos) os dealders de varias phases da cultura e industria do algodão do Texas e Oklahoma, organizados num "Cotton Improvement Committee" vem estudando, com vital interesse, um plano de melhoramento da qualidade do algodão americano e do augmento da producção, pelo uso de sementes seleccionadas, adoptando-se o systema de uma unica variedade standartizada para cada municipio, tudo isso seguido dos mais efficientes processos de culturas e outros para evitar a erosão e conservar a fertilidade do solo.

Fazem parte dessa commissão de melhoramento o presidente do "National Cottonseed Products Association", Snr. W. F. Pendleton, de Dallas; B. L. Andersson, de Fort Worth, representando os reprensadores; A. L. Lockett, de Vermon, representante dos descaroçadores; J. S. Sharp, de Paris, representando os agricultores; T. F. Bush, de Waco, representando os commerciantes; F. M. Law de Houston, representante dos banqueiros e Walter Hogg de Dallas, representando a industria de fição e tecelagem. Esse Committee conta ainda com o auxilio de todas as Escolas de Agricultura, repartições publicas federaes e estaduais, jornaes, revistas, etc., etc.

Depois de varias investigações e estudos, esses technicos chegaram á conclusão final de que o processo de pagamento de um preço médio nos mercados primarios ou locais por qualquer qualidade de producto entregue pelo agricultor ("hog round or average system of buying", o que corresponde entre nós a "comprar em casca e não") tem sido o factor principal de dege-

nerescencia da qualidade do algodão americano. Realmente, não havendo um incentivo qualquer para a cultura de variedades de qualidades apreciadas pelos industriaes, será inteiramente inutil todo e qualquer esforço dos "breeders" na selecção dessas variedades.

Assim os membros da commissão de melhoramentos estão convencidos de que a adopção geral de um processo de compra de algodão pela qualidade (onits merits), nos mercados primarios ou locais terá o mais positivo effeito sobre a descontinuidade da preferencia do plantio de variedades de fibras curtas e de qualidade inferior, como o "half and half", cujas vantagens unicas são a grande productividade e maior percentagem de fibras. Dahi o seu nome (metade metade) ou 50 % de fibra e 50 % de caroço.

"Estamos convencidos" diz ainda aquella referida firma, "que quando o pagamento do valor real de uma fibra de boa qualidade for largamente adoptado pelo commercio nos mercados primarios e um desconto proporcional applicado aos algodões de fibra inferior a 7/8 de pollegadas, será sómente uma questão de dois a tres annos para que o algodão do Texas e Oklahoma volte á sua antiga posição de destaque nos mercados mundiaes".

Devo ainda accrescentar que os resultados do "Cotton Improvement Committee" são bem promissores nestes dois ultimos annos, estando realmente bastante empenhados em sua effectivação, nem só os grandes fazendeiros, commerciantes e firmas exportadoras, como tambem os jornaes, collegios agricolas e todos quanto dependem, directa ou indirectamente, da cultura, commercio e industria do algodão nos Estados Unidos.

"O Texas Cotton Improvement Committee" foi organizado no dia onze de novembro de 1936, dia do armisticio, que marca o termino da grande guerra europeia mas que será tambem o inicio de outra grande guerra para exterminar o algodão de qualidade inferior, conforme apregoam.

O programma adoptado desde essa primeira reunião abrangia os seguintes pontos:

1.º — Escolha de um unico descaroador, em cada municipio para beneficiar o algodão proveniente de sementes seleccionadas, registradas e cultivadas em areas nuncas inferiores a 3.000 acres;

2.º — Cada uma dessas installações deveria apparellhar-se com modernos limpado-

res, seccadores e armazens para a devida conservação das sementes destinadas ao plantio ou industria de oleo da região;

3.º — Os fazendeiros utilizando-se de sementes seleccionadas, receberiam do governo federal um premio de dois dollares por acre cultivado, submettendo-se ainda ao programma de defesa da erosão e conservação da fertilidade do solo;

4.º — O "Seed and Plant Board" do Texas tomaria a seu cargo o controle official sobre todas as mentes seleccionadas produzidas pelos agricultores, especialmente registrados para esse fim;

5.º — As Escolas Agricolas cooperariam de todos os modos com os agricultores, descaroadores, commerciantes, estabelecendo cursos especializados de cultura e classificação commercial de algodão, etc.;

7.º — Os bancos financiariam as installações escolhidas para o beneficiamento em cada municipio, na aquisição e distribuição das sementes seleccionadas;

7.º — O Departamento de Agricultura estabeleceria commissões officiaes de classificação em todos os mercados organizados de cada municipio.

Varias outras medidas estão sendo tomadas pelo governo americano para rehabilitar o seu algodão nos mercados mundiaes e reduzir o mais possivel o seu stock existente que vem se accumulando de um anno para outro e que depois de attingir o record de 13.263.000 fardos em 1932/33 baixou para 6.118.000 em 1937, devido principalmente á grande propaganda para o maior consumo pelas proprias industrias nacionais. O contrario vem se verificando com os algodões de outras procedencias que apesar de um consumo sempre crescente tem accumulado um saldo que passou de 4.773.000 fardos em 32/33 para 6.721.000 em 1937.

É por isso que somos favoraveis á pretensão do syndicato paulista de uzineiros de algodão quando pleitearam a liberação do saldo de suas safras, não sendo aconselhavel a retenção de stocks de uma safra para a outra, o que além da paralysação de avultados capitales poderia crear para nós, em poucos annos, a mesma situação de super-produção de outros paizes productores. Sómente essa liberação deveria abranger todos os Estados productores, para os stocks actuaes ou futuras exportações que excedessem o volume da exportação dos ultimos annos, o que viria estimular tambem o aug-

mento das safras futuras ou recompensar, em parte, as possíveis baixas de preço.

No numero de Abril do mesmo Jornal encontra-se o resultado do "Improvement Programm" verificado no municipio de Capuland. Vinte e tres fazendeiros assentaram plantar unicamente a variedade de algodão chamada "Açala", cuja produção media passou de 112 libras por acre para 138, numa área de 2.600 acres. Houve portanto o acrescimo de 135 fardos e 121.500 libras de sementes e cujos preços alcançaram mais 4 dollares por fardo sobre os preços de outras variedades. Em outras casos a produção de pequenos lotes experimentaes, adubados e bem cultivados tem alcançado 500 e até 1.500 libras de fibras, o que corresponde de um a tres fardos por acre, com o custo de produção inferior a quatro cents. por libra, amparado com a produção média, normal de 180 a 200 libras por acre e custo de produção de 12, 18 e até 24 cents por libra.

Outra providencia que está tomando grande attenção da "Cotton Improvement Committee" é o estabelecimento de serviços officiaes de classificação junto aos mercados organizados de cada municipio.

É natural que o agricultor deva se interessar na qualidade do algodão que produz, além da quantidade por unidade de superficie, uma vez que receba um premio proporcional a qualquer esforço extraordinario, no entanto, o conhecimento exacto das diversas qualidades de algodão exigidas pelos industriaes e pelas quaes pagam preços distinctos, exige um longo periodo de aprendizagem e habilidade technica que somente os classificadores profissionais podem adquirir. Dahi a necessidade e conveniencia dos serviços imparciaes de classificação, que possam offerecer aos agricultores a oportunidade de conhecerem a qualidade do algodão antes de sua venda, sem a desconfiança de má intenção que sempre attribuem aos compradores, até aqui unicos conhecedores das preferencias dos industriaes.

Julgo ainda aqui bem opportuno fazer um breve relato sobre os processos usados na America do Norte para a classificação commercial do algodão, agora que se discute na Camara e Senado Federaes, um Decreto de classificação compulsoria para os productos agro-pecuarios destinados á exportação, cuja discussão tem provocado controversias varias e opiniões completamente discordantes da verdadeira situação dos serviços de classificação dos productos agricolas, especialmente do algodão, attribuindo-se ainda hoje ás Bolsas de Mercado-

rias o papel insubstituivel da classificação dos productos nella negociados e respectiva emissão dos certificados.

De inicio, realmente, era essa uma das funções das Bolsas, no entanto, nos ultimos tempos foi considerado indispensavel o controle imparcial do Governo Federal nesses serviços, como unica meio de conseguir-se a confiança de grande numero de interessados, especialmente dos agricultores, que sempre consideravam as Bolsas como simples casas de jogo, prejudiciaes portanto aos seus interesses.

Foi justamente em virtude de uma investigação do Congresso americano sobre allegações de manipulações artificiaes dos negocios effectuados nas Bolsas de algodão e ainda para indispensavel uniformização e redução dos varios padrões utilizados nos diversos Estados da America do Norte que foram promulgados pelo Governo americano, em 1916, o Cotton Future Act e o Cotton Standard Act, que tornaram obrigatorio o uso dos padrões officiaes organizados pelo Departamento de Agricultura de Washington e que toda a classificação para os negocios a termo fosse effectuada por commissões federaes de classificadores, "Boards of Cotton Examiners" localizados em pontos estrategicos do Cotton Belt, taes como os de Charleston, Savannah, Mobile, New Orleans, Galveston, Houston, Washington, New York e Norfolk. Estas commissões classificam e certificam nem só o algodão vendido a termo nas Bolsas de Algodão sendo as amostras extrahidas sobre a direcção de funcionario do Departamento de Agricultura, como tambem para qualquer interessado, mediante taxas previamente estabelecidas.

Além destas Commissões funcionam em quasi todas as cidades do Cotton Belt americano, classificadores licenciados pelo Departamento da Agricultura, sob cujo controle e fiscalização ficam subordinados, que classifica e certificam algodão para o commercio em geral, mediante taxas fixadas pelo Departamento Official do Ministerio da Agricultura.

Outros serviços de classificação commercial de algodão na America do Norte são prestados pelo "Bureau of Agricultural Economics" aos agricultores e commerciantes, pelas varias commissões encarregadas de avaliar todos os annos, a qualidade das safras, a medida que se vae effectuando o descaroçamento de cada fardo. Uma instalação de beneficiamento é escolhida em cada municipio, que fica com a obrigação de enviar uma amostra de cada fardo pren-

sado á commissão official mais proxima, em cuja classificação é baseada a estimativa da qualidade da safra em toda a região. Como recompensa por esse serviço, o Departamento de Agricultura emite gratuitamente um certificado official de classificação para cada fardo examinado, que remette ao proprietario do algodão, por indicação do uzineiro. O beneficio desta informação para o agricultor tem sido bem consideravel, nem só com a obtenção de melhores preços, como ainda por chamar a attenção para os principaes defeitos da colheita e do proprio beneficiamento, a ponto de provocar o estudo de um novo decreto federal, estabelecendo a classificação official em todos os descarçadores do Cotton Belt.

No Brasil, a classificação commercial do algodão já é attribuição exclusiva do Ministerio da Agricultura desde 1925, quando a pedido dos proprios interessados reunidos em um congresso no Rio de Janeiro e do qual faziam parte as Bolsas de São Paulo, Rio e Recife, foram installadas varias commissões de classificadores nos Estados, que inspeccionaram e classificaram desde então todo o algodão destinado á exportação, emittindo os respectivos certificados. Em 1933 foi creada officialmente na Directoria do então Serviço do Algodão uma Secção de Padronização e Beneficiamento, legalizando assim as commissões já existentes. A propria classificação do algodão paulista para a exportação é hoje effectuada por uma Commissão Federal do Ministerio da Agricultura, que, por simples conveniencia do serviço funcçãoa junto á Bolsa de Mercadorias, baseando-se em amostras retiradas de cada fardo, nos proprios descarçadores, por funcionarios da Secretaria da Agricultura. São, tambem, do Ministerio da Agricultura os padrões adoptados, que são uniformes para todo o algodão brasileiro, e bem assim os respectivos certificados de exportação.

De maneira que a grande inconveniencia apontada pelo illustre senador, da orientação canhestra do Ministerio da Agricultura, da installação de commissões em todos os Estados, com funcionarios necessarios e desnecessarios, e bem assim, as taxas cobradas por esses serviços, já é historia antiga no desenvolvimento do Serviço do Algodão do Ministerio da Agricultura.

O actual decreto vem simplesmente facilitar os trabalhos das commissões federaes nos Estados, sempre prejudiciaes pela falta de verba e restricções intransponiveis do Codigo de Contabilidade, por não poderem

acompanhar o desenvolvimento sempre crescente das safras e das exportações nestes ultimos annos, prejudicando assim a sua efficiencia.

Encaminhado ao Poder Legislativo em 19 de Novembro de 1935, pelo Snr. Presidente da Republica, fazendo-o acompanhar por fundamentada mensagem elaborada no Conselho Federal de Commercio Exterior e com o parecer favoravel do Ministerio da Agricultura, somente agora vae ser enviado á sanção presidencial, depois de quasi dois annos de vae e vens entre a Camara e o Senado onde recebeu emendas que modificaram completamente a sua estrutura de amplas attribuições, se o Snr. Presidente não eliminar com o seu veto providencial, as excrescencias que lhe foram adicionadas durante esse tão longo percurso.

Em 1936 as commissões classificadoras do Ministerio da Agricultura já installadas no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Geraes, São Paulo, Paraná e Districto Federal inspeccionaram e clasificaram 1.760.397 fardos de algodão para a exportação, com o peso total de 292.812.481 kilos, tendo sido recolhido aos cofres publicos uma renda superior a 2.500 contos.

Voltando novamente ao recente programma de racionalização da cultura algodoeira na America do Norte, com o fim de recuperar aquelle paiz, em poucos annos, a sua antiga posição de fornecedor de quasi 70 % da materia prima utilizada pela industria mundial de fição e tecelagem, desejo ainda chamar a attenção desta Sociedade para a coincidência das medidas propostas pela commissão de technicos americanos, com o programma por mim suggerido em 1929, em um pequeno trabalho publicado pela antiga Superintendencia do Serviço do Algodão, quando estudei a qualidade da safra brasileira daquelle anno, de accordo com os typos padrões adoptados officialmente pelo Ministerio da Agricultura, em comparação com a qualidade do algodão americano.

Pelo quadro apresentado nessa occasião a proporção dos typos baixos era ainda muito grande, especialmente nos Estados do Maranhão e Alagoas. Os typos 4, 3, 2 e 1 não alcançaram mais do que 41 % emquanto que os typos baixos de 5 a 9 e re-fugo foram além de 58 %.

Aponteí então como principal defeito do algodão brasileiro o pesado funcionamento dos descarçadores que em logar de beneficiar maleficiavam a fibra, conforme

disse o Snr. Arno Pearse, Secretario Geral da Associação Internacional dos Fiadores. Demonstrei ainda que os prejuizos causados pela deficiencia do trabalho dos descarçadores podiam ser avaliados em cerca de 200\$000 por fardo, tomando-se por base o calculo americano para o algodão daquela procedencia. Sendo portanto de cerca de 600.000 fardos a producção do Brasil nesse anno, esse prejuizo se elevou a mais de 120.000.000\$000, prejuizo esse que se multiplica hoje por 4 si considerarmos a producção deste anno, de mais de 2.000.000 de fardos de 180 kilos.

Para remediar essa situação propuz o controle official do beneficiamento do algodão em todos os Estados, com a necessaria centralização em determinados pontos, para tornar a medida economica e a mais efficiente possivel.

Calculando-se o rendimento médio de uma serra de 12 pallegadas, a 400 rotações por minuto, em cerca de 3 kilos de fibra por hora, teremos que um descarçador de 80 serras poderia beneficiar 2.400 kilos por dia de dez horas; 60.000 por mez, descontados os domingos e um dia para a limpeza; 300.000 kilos em cinco mezes, ou ainda, 600.000 kilos trabalhando em duas turmas, de dia e de noite. Uma installação de quatro descarçadores poderia beneficiar assim 2.400.000 kilos em cada safra, bastando 15 a 20 installações para attender toda a producção de Pernambuco ou da Parahyba que actualmente não vae além de 40.000 toneladas.

As vantagens desse systema, dizia então nesse trabalho, seriam innumeradas, contando-se entre as mais importantes as seguintes, que peço repetir aqui por serem ainda opportunas:

1.º — Todo o algodão do Brasil seria realmente beneficiado, isto é, devidamente preparado para o mercado, sem prejuizo de suas qualidades intinsecas.

2.º — O algodão seria melhorado, separando-se tudo quanto pudesse depreciar-o, como terra, folhas seccas, capulhas immaturos ou atacados de pragas, etc., com grande beneficio para o agricultor e valor total da producção.

3.º — A prensagem seria bastante melhorada, feita em fardos uniformes e já do typo de exportação, evitando-se o reenfardamento nos portos de embarque o que viria diminuir os fretes e facilitar o transporte desde o interior.

4.º — Os agricultores poderiam vender o seu producto já descarçado, enfardado, e devidamente classificado, com reaes vantagens para a sua economia.

5.º — O Serviço de Algodão poderia melhor controlar a distribuição de sementes seleccionadas de accordo com cada região.

6.º — As sementes não aproveitadas no plantio seriam empregadas para a extração de oleo, em uzinas annexas.

7.º — Cada uzina central seria um verdadeiro mercado regional de algodão onde os compradores, em concorrência, seriam forçados a pagar aos agricultores os preços reaes do mercado.

8.º Seria feito o registro dos agricultores de algodão, facilitando ao Serviço do Algodão qualquer acção junto aos mesmos, como o fornecimento de machinas agricolas, insecticidas, informações diversas, premios, etc.

9.º — A estatística da producção poderia ser feita semanalmente, a medida que o algodão fosse descarçado, como se faz nos Estados Unidos da America do Norte.

10. — Poderia ser feito, com toda a segurança, a warrantagem dos fardos em deposito nos armazens das uzinas centrais, servindo para esse fim os talões de entrega.

Todas essas vantagens estimulariam bastante os nossos agricultores, que, alcançando resultados proporcionaes aos esforços empregados, ampliariam as suas culturas em seu proprio beneficio e de todo o Paiz.

Como se verifica pelo que ficou dito acima, muitos dos pontos fracos do problema algodoeiro na America do Norte e que os interessados pretendem resolver em tres annos, são praticamente os mesmos já estudados entre nós, em congressos e conferencias, nacionais e internacionais e varias vezes apontados pelos nossos technicos, mas que infelizmente aguardam identica situação de calamidade publica que justifique as medidas de excepção, de grandes sacrificios e responsabilidades, tão do nosso feitio, e que somente pessoas de inteira confiança do Governo, da noite para o dia improvisados em technicos, podem executar.

Em 1934, por intermedio desta Casa demonstrei novamente ao Conselho Federal de Commercio Exterior que os principaes defeitos do algodão brasileiro estavam no seu beneficiamento descuidado, cuja racionalização definitiva viria resolver muitos outros pontos fracos desse nosso producto

de exportação e, recentemente, em outro parecer tecnico sobre o assumpto manifestei-me ainda no mesmo sentido, cuja transcrição peço venia para acrescentar nestas notas, por ser de revelante oportunidade, agora, que se verifica um certo accumulo de typos baixos de algodão que está encontrando difficuldades para a exportação a preços normaes.

"Com o desenvolvimento da cultura do algodão no Brasil e a necessidade de exportarmos grande parte de nossa producção, o factor qualidade e uniformidade dos fardos e dos lotes, torna-se, cada vez mais, de importancia capital.

Para que o algodão brasileiro, especialmente do Norte, possa concorrer com vantagem com o dos demais paizes productores é imprescindivel melhorar o seu preparo para o mercado, isto é, a seu beneficiamento. Somente produzindo um artigo de boa qualidade, uniforme e a baixo custo, poderá o Brasil conservar a sua posição de destaque que vem occupando nos ultimos annos, logo que volte a normalidade dos mercados, actualmente um tanto estimulados artificialmente pelos Estados Unidos da America do Norte, com a protecção aos agricultores, sob a forma de defesa contra a erosão e conservação da fertilidade do solo, mas cujo fim principal é reduzir a área cultivada e dar oportunidade para o escoamento do stock existente, actualmente superior a seis milhões de fardos. Outras medidas no emtanto estão sendo tomadas pelo governo americano no sentido de melhorar a qualidade e augmentar a producção por unidade de superficie cultivada, com o fito de produzir o mais economicamente possivel e assim, devidamente organizados, retomarem os Estados Unidos a sua antiga supremacia nos mercados mun-

diaes, grandemente ameaçada pela concorrência de outros paizes productores, concorrência essa que só poderá existir com os preços altos actuaes.

A regulamentação e controle official do beneficiamento, com a substituição dos actuaes descarçadores individuaes, estragados ou incompletos, por uzinas centraes, de trabalho mais efficiente e economico, seria um agigantado passo na organização systematica dessa cultura, o que trazia em consequência directa a regulamentação dos mercados primarios ou regionaes, outro ponto que está merecendo a attenção dos technicos americanos.

O descarçador é o ponto obrigatorio de concentração e o primeiro contacto do agricultor com o commerciante e por isso mesmo, o melhor local para a acção educativa e protectora dos governos contra as explorações indebitas de alguns negociantes inescrupulosos, que conseguem sempre tirar lucros superiores aos que recebem os agricultores, verdadeiros creadores dessa riqueza que é o ouro branco.

Devido geralmente a grande distancia em que se encontra dos mercados consumidores, o beneficiamento do algodão nunca foi tomado na devida consideração e, no emtanto, representa um papel importante na valorização de cada kilo de algodão produzido pelo agricultor, para cuja efficiencia não pode concorrer, em vista de seus pocos recursos.

A venda a peso, sem qualquer bonificação para os typos melhores, tira aos agricultores todo e qualquer estímulo para um maior esforço em produzir um artigo bom e limpo, tão desejado pelos fabricantes.

Obrigadas a garantir a fiel execução de seus contractos, o que depende das boas entregas, algumas firmas exportadoras fo-

CRIADORES

Evitem o prejuizo de seus rebanhos — Tratamento seguro e economico

Vaccina anti-rabica — Vaccina contra o carbunculo hematico, vaccina contra o carbunculo symptomatico (peste manqueira) — Vaccina contra a pneumo-enterite dos bezeros — Vaccina contra a cholera das gallinhas — Vaccina contra a spirilose das gallinhas — Vaccinas contra o ephthelioma contagioso das aves — Soro contra o garotillo — Sora contra a diarrhéa dos Bezerros — Soro contra a batiderra dos porcos — Soro norma do cavallo — Soro polivalente — Soro anti-tetânico — Soro antirgangrenoso veterinario — Soro contra o carbunculo symptomatico — Tuberculina, Malleina, Figueirina, Antimorbina, Bernicida e Vermifugos

Peçam informações ao

LABORATORIO DE BIOLOGIA VETERINARIA

CASTRO & CIA. LTDA. ●● Mathias Barbosa ●● E. F. C. B. ●● E. de Minas

ram forçadas a intervir no preparo rigoroso do algodão que exportam, installando grandes uzinas, adquirindo ou controlando indirectamente grande numero das já existentes. É um systema que certamente trará grandes vantagens aos agricultores, pela concorrência directa de maior numero de exportadores, mas que poderá também constituir privilegios injustificaveis, algumas vezes prejudiciaes e até perigosos aos interesses dos agricultores e do proprio paiz.

O ideal seria tornar o beneficiamento do algodão uma função publica de interesse geral, tendo em vista exclusivamente facilitar a movimentação das safras, sem outras vantagens além da necessaria á conservação e manutenção das uzinas. Seria o caso das cooperativas de beneficiamento ou uzinas municipais, a cargo dos agrônomos regionaes, substituindo em pouco tempo, todas as machinas velhas e estragadas por uzinas modernas e capazes de levantar bem alto o nome do algodão nordestino nos mercados estrangeiros e afastar ao mesmo tempo os monopolios que tanto amedrontam os nossos homens de negocios do interior.

Ao terminar, Snr. Presidente, desejava ainda sugerir novamente um plano para resolver definitivamente, em bases seguras e permanentes a posição do Brasil como grande fornecedor da materia prima necessaria á industria mundial do algodão.

Seriam installadas em cada municipio algodoeiro dos Estados productores, uma uzina modelo de beneficiamento com 2 a 4 descarçadores de 80 serras e provida de todo o aparelhamento moderno de limpeza e classificação do algodão, antes do descarçamento.

Estas uzinas ficariam a cargo de agrônomos especializados e assumptos algodoeiros (cultura, beneficiamento, classificação, etc.), que orientaria technicamente toda a produção, beneficiamento e commercio de algodão e m seu municipio.

A installação destas uzinas seria financiada pelo Banco do Brasil para pagamento em 5 a 8 annos com as taxas cobradas pelo beneficiamento do algodão dos agricultores ou commerciantes locais. Depois desse prazo as uzinas seriam transferidas a uma cooperativa organizada entre os agricultores, na proporção da quantidade de algodão beneficiado de cada um ou a razão de 1 quota para cada 10 hectares de cultura.

Cada installação seria provida de uma prensa para fardos de exportação que se-

riam devidamente identificados por meio de uma chapa metallica em que se pudesse verificar facilmente a sua origem, typo e comprimento da fibra, data da prensagem, etc.

Junto a cada uzina seria organizado um mercado regional, com a sua respectiva comissão official de classificação, armazem de deposito e Caixa de Credito Agrícola. Uma verdadeira Bolsa de Algodão onde seriam registrados e fiscalizados todos os negocios effectuados entre os agricultores e commerciantes locais.

Como grande atracção e estímulo para a produção de um artigo de optima qualidade e portanto de facil e immediata collocação nos mercados estrangeiros seriam liberados das taxa de sacrificio todos os fardos classificados nos typos 1 e 2, beneficio esse que poderia ser estendido ás demais uzinas devidamente installadas.

Seria organizado em cada municipio um Centro Algodoeiro local em fôrma de cooperativa, que, reunidos em cada Estado em Centros Regionaes poderiam depois constituir o Centro Nacional de Algodão do Brasil, com os necessarios recursos financeiros estaveis e absoluta autonomia administrativa, a quem deveria passar toda a orientação technico e commercial dos assumptos algodoeiros do Brasil.

São estas Snr. Presidente, as suggestões que desejo fazer com o intuito de focalizar mais uma vez a situação do nosso problema algodoeiro cuja, solução viria desafogar em pouco tempo as nossas aperturas economicas".

Annunciae em

"A Lavoura"

Segunda Semana do Leite

A II Semana do Leite, cuja realização pela Sociedade Nacional de Agricultura, alcançou o maior successo foi inaugurada no dia 6 de Novembro, no Pavilhão dos Ministerios, na Feira de Amostras.

À Sociedade chegaram muitas adhesões de repartições officiaes, de industriaes e de particulares, todos interessados em colaborar para o brilhantismo de tão util certamen.

Como foi noticiado, realizou-se, tambem, uma exposição de productos de lacticinios, uma colleção de paineis allusivos às industrias lacteas, ao mesmo tempo que uma serie de palestras educativas que, pelo radio e durante a "Semana do Leite" fizeram conhecidos technicos da industria leiteira.

Foi o seguinte o programma da II Semana do Leite:

Sabbado — Dia 6 — Às 15 horas inauguração solemne no recinto da Feira de Amostras — Pavilhão dos Ministerios — com a presença dos Srs. Presidente da Republica, Ministro da Agricultura, Interventor do Districto Federal, demais autoridades, convidados especiaes, etc., da II Semana do Leite da Cidade do Rio de Janeiro.

Às 19 horas, na Hora do Brasil foi irradiada, uma palestra intitulada: "A Productora de Leite", pelo Professor Octavio Domingues, da Escola Nacional de Agricultura.

Domingo — Dia 7 — Visita aos stands da Exposição e á noite na Hora Brasil, palestra sobre o thema: "O que se fabrica com o leite", pelo Assistente do Instituto de Biologia Animal, Jorge de Sá Earp.

Segunda-Feira — Às 19 horas, palestra pelo radio, sobre o thema: "Leites Conservados", pelo Inspector do Departamento Nacional da Producção Animal, Luiz Vieira.

Terça-Feira — Às 19 horas, palestra pelo radio: "Hygiene Lactea", por Otto Frensel, Director do Boletim do Leite.

Quarta-feira, — Às 19 horas, "Manteiga e Queijo, seu valor alimenticio", por Clovis Mascarenhas, sub-assistente do Instituto de Biologia Animal.

Quinta-feira — Dia do copo de leite — Às 15 horas no recinto da Feira de Amostras, farta distribuição de leite, biscoitos e doces deleite a todas as crianças ali presentes.

Às 19 horas palestra pelo radio, sobre o thema: "O Leite na Alimentação das Crianças", por um inspector sanitario.

Sexta-feira — Palestra sobre o thema: "O Cooperativismo como factor de estímulo ao consumo do leite", por Arruda Camara, Assistente do Departamento de Producção Animal.

Sabbado — Palestra ás 10 horas, pelo radio, sobre o thema: "Estatistica leiteira do Brasil", por um tecnico do Departamento official da II Semana do Leite, como uma palestra allusiva ao exito do certame, pelo inspector Luiz Vieira.

A Sociedade dentro em pouco dará á publicidade, como aliás já foi feito anteriormente, um interessante opusculo contendo a integra de todas as palestras acima alludidas.

Confederação Rural Brasileira

Fundada em 7 de Dezembro de 1928

FORMADA DE NUMEROSAS ASSOCIAÇÕES RURAES DO BRASIL, DESTINA-SE AO FORTALECIMENTO DO ESPIRITO ASSOCIATIVO E A DEFESA DOS ELEVADOS INTERESSES DA LAVOURA E DA PECUARIA NACIONAES. APOIAL-A COM A SUA ADHESAO E' DEVER DE TODA ASSOCIAÇÃO AGRICOLA OU AFFIM.

PEÇAM INFORMAÇÕES Á CAIXA POSTAL 1215

RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE HORTICULTURA

No "Sertão Carioca"

"O Districto Federal, dentro do Brasil conta com a maior obra, no genero, que é a "Escola de Horticultura", que acaba de ser inaugurada, pela Sociedade Nacional de Agricultura. A vontade executiva desta tarefa foi o Dr. Arthur Torres Filho, seu presidente, que, por isso mesmo, já não é, sómente, um homem de alta sciencia, em seu officio, mas, um realisador, pela traducção da theoria na pratica. Desse ponto, em meia da nação septica, é de ver como procedeu, levando avante o plano da instituição, que chefia, atravez dos simples dados da questão, o que expurgando o plebeismo dos elogios, confere-lhe a benemerencia da Metropole do Brasil.

PRIMEIRO — A Sociedade Nacional de Agricultura, como tudo que leva importancia imanente, tem, não pôde deixar de ter, a honra dos extremos, nos oprobios e elogios. A verdade, porém, é que ella é a precursora, no debate de todos os problemas, do nosso mundo rural, numa regra sem excepção, qual mostra a sua tradição semisecular, a principiar de um dos grandes marcos, que foi Wenceslão Bello, cujo nome baptizou a Escola de Horticultura inaugurada. Sua documentação está para a historia agricola do paiz, como as actas do Conselho de Estado estão para a administração, sob a Monarchia, não se podendo fazer a historia da agricultura, no Brasil, sem a Sociedade Nacional de Agricultura, portanto.

Ora, antes do presente seculo, já, a Sociedade Nacional de Agricultura tinha, em suas mãos, o Horto da Penha, no Districto Federal. Dahi, foi que "sahiram as plantas matrizes da citricultura nacional", o que prova que a velha instituição não só age, pela palavra, mas, pela realisação da palavra. "A distribuição de mudas se fez por muito tempo gratuitamente, e, sómente depois do advento do Ministerio da Agricultura, com a cessação do auxilio que para tal fim recebia do então Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, passou a cobrar aos interessados uma importancia modica, destinada a cobrir as despesas de produção".

A par desse serviço de disseminação de mudas seleccionadas, a Sociedade Nacional de Agricultura manteve, por muitos annos, um Aprendizado Agricola. Dirigiu-o, até

O Dr. Mario Guedes, bfilhante jornalista e um dos mais devotados propugnadores das nossas cousas agricolas, publicou, no "Jornal do Brasil" o artigo que, "data venia", transcrevemos.

um nome famoso, nas nossas letras agricolas, o Dr. Paulino Cavalcanti. Dado esse passado, o Horto Agricola precisava evoluir, sahindo da velharia, em que cahiu, naturalmente, pelo tempo, que "não respeita caras".

SEGUNDO — Mas, para evoluir, eram precisos meios, ou recursos. Onde os encontrar, ou achal-os? — Eis, o problema, sem chave.

A evolução ambiente, porém, proporcionou-a. A cidade, por todos os seus bairros e suburbios, se transformou. Os terrenos subiram de preço.

Dahi, pela provocação das proprias coisas, surgiu a seguinte engenhosidade pragmatizada: A Sociedade Nacional de Agricultura venderia parte dos terrenos em suas mãos. Com o producto desta venda, faria a serie de reformas, no Horto da Penha, como demolindo os velhos, bichadas e emprestaveis pardieiros, criando a "Escola de Horticultura", numa palavra, emprehendendo um grupo de obras, como estabulos, irrigação, apicultura, estrumeiras, plantas ornamentaes e o mais, já que, aqui, não se visa uma descripção gradativa da questão.

TERCEIRO — Foi o que se fez, como plano de financiamento. Parte dos terrenos foi vendida. Mas, vendidos com fiscalisação, segundo os principios, a rigor, adoptados pela technica, na corretagem de terrenos, qual praticam os nomes limpos e insuspeitos, nesse ramo de negocios, como os senhores Milton Carvalho e Mattos Pimenta.

Com os fundos, provindos dessa venda, de parte dos terrenos, iniciaram-se as obras, na outra parte não vendida. Esta parte não vendida, como melhor emoiar, apresenta a estrutura da antiga Horto, com tudo que lhe é mister, até, nas minucias. Attinge a 48 (quarenta e oito) hectares.

Ora, um hectare tem 10.000 (dez mil) metros quadrados. Multiplicados por 48 (quarenta e oito), são 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) metros quadrados. Esse, o vasto terreno, já se vê, dada a sua finalidade.

Accresce uma circumstancia, ainda, para quem o examine. Vem a ser que os terrenos do Horto são aproveitaveis, em toda sua extensão, sem excepção de sitio, ou lugar. E o facto é tanto mais importante quando as nossas propriedades agricolas, em geral, são inproveitadas, parcialmente, por varios motivos, como morros, por exemplo, na proporção de 10, 20 e, até, 30 por cento, da respectiva extensão.

QUARTO — De um lado, como acabamos de ver, os terrenos foram vendidos. De outro, foram executadas as obras, nos terrenos não vendidos. Resultou, então, pleno exito, financeiramente, da operação.

Assim é que o Horto da Penha, com a sua Escola de Horticultura, vale hoje, 10 (dez) vezes mais do que valia, ha trez annos. É que os seus terrenos foram beneficiados, com o conjuncto de melhoramentos executados pelo Dr. Arthur Torres Filho. Mais que se valorizaram: supervalorizaram-se.

Assim é que, como estão, prestam-se a uma abertura de varias ruas, de dezenas de ruas. Acabe-se com o Horto da Penha, hoje. Loteiem-se os seus terrenos e os vendam, amanhã, e verão a justeza da affir-

mação, já que se trata de terrenos dos melhores, em pleno suburbio da Penha, tendo o mar, aos fundos, ainda, por cima, o que faz, por vezes, que os que se entregam ao desporto do remo vão, de Nictheroy até lá...

QUINTO — Finalmente, temos fundada a "Escola de Horticultura", pela Sociedade Nacional de Agricultura, na Penha. Toda a descripção fica aquem da realidade. Só os olhos poderão dizer o que é, nas suas construcções, no seu equipamento, em tudo.

O proprio Ministerio da Agricultura, nesse ramo de ensino, não possui nada de melhor e nem de semelhante. Como o Ministerio da Agricultura, o mesmo se pôde dizer de todos os Estados, de qualquer Estado da Federação, inclusive São Paulo, para onde o Horto da Penha vae enviar uma colleção de suas mangueiras seleccionadas, o que é uma prova do affirmado, com destino a Piracicaba.

Se é preciso mais um exemplo, veja-se a sua secção de plantas ornamentaes. Não ha melhor no Brasil, do sul a norte. Só o Jardim Botânico pôde possuir melhor.

SEXTO — Em summa, nunca "o preenchimento de uma lacuna" logrou mais razão de ser do que com a inauguração da "Escola de Horticultura". Por um lado, é um centro de ensino, não só a menores, como a maiores, segundo se vê, já da inscripção, em seus cursos theoricos e, sobretudo, praticos, de sargentos do exercito, de pessoas graduadas, como até congressistas, ou parlamentares. De outro, attende ao lado economico, propriamente, pois aqui, no Districto Federal, o consumo de productos hortícolas, vae além de 250 (duzentos e cincoenta) mil contos de reis, annualmente, com tendencia a augmentar.

Assim, pois, o chamado "sertão carioca" já tem alguma coisa de grande e de inegualavel a mostrar. E quem duvidar que vá lá e verá o que se fez, no territorio desta Metropole. Principalmente, é de chamar a attenção da Prefeitura, atravez do seu governo e dos que fazem politica, na cidade, para attentar que alguma coisa mais alto se levanta na cidade, a quem interessa, sobretudo a Escola de Horticultura, no seu papel immediato, como estalão, a mais, para todo Brasil, nas realizações similares, — aqui no Districto Federal."

CASA FLORA

Schlick & Nogueira



Rio de Janeiro
Ouvidor, 61
Gonç. Dias, 67

TRABALHOS
MODERNOS EM
FLORES PARA
TODOS OS FINS.

PLANTAS - fructiferas e
ornamentaes.

SEMENTES - importação directa.

FERRAMENTAS - INSECTICIDAS

A JARDINAMENTO.

Uma visita aos campos de trigo do planalto central do Brasil

O trigo goiano, em grão, pode ser vendido em São Paulo á razão de \$487 o quilo, e a \$200 caso seja intensificada, em larga escala a sua cultura no Estado Central.

CAMARA FILHO

Diretor do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado de Goiás.



Trigo da variedade "Veadeiros", colhido em Annapolis (Goyaz)

A cultura do trigo no Brasil é, sem dúvida nenhuma, um dos problemas que estão a exigir, dos nossos homens publicos, uma solução que não admite delonga, tal a sua importância em face da economia nacional.

Ao que sabemos, o dr. Fernando Costa, que é, por todos os titulos, tecnico natavel, está encarando de frente e seriamente, essa magna questão, a qual será resolvida em vista e por força do patriotismo e do espirito de tenacidade do ilustre brasileiro que no momento se encontra á frente dos destinos do Ministério da Agricultura.

A importação de trigo e farinha de trigo vaee aumentando, em nosso pais, de ano para

ano, consideravelmente. O Brasil, como já é sabido, consome anualmente mais de 1 milhão de toneladas de trigo em grão e em farinha.

Devemos considerar que 80% do trigo em grão e em farinha consumidos pelo Brasil, é importado do estrangeiro, isso com serios prejuizos para a nossa economia.

Em artigo publicado no "Correio da Manhã", de 3 de Outubro do corrente ano, e que foi reproduzido por cerca de 50 jornais brasileiros, afirmamos que de 1932 até o presente, o nosso pais já gastou, com a aquisição de trigo em grão e em farinha, comprados no estrangeiro, nada menos de dois mi-

lhões de contos de reis. De ha 2 anos a esta parte, em artigos sucessivos, temos procurado convencer os nossos homens de governo que o Planalto Central do Brasil a região que oferece de todo o país, as propriedades ecológicas mais apropriadas á cultura da preciosa graminha.

Não somos sonhadores. Se fazemos tal afirmação, nós que conhecemos de perto as modalidades mesológicas da região a que nos referimos, é baseado em fatos e fatos positivos que estão no conhecimento de quantos

O interventor Pedro Ludovico, a quem Goiaz deve o seu atual e enorme surto de prosperidade, muito se empenha pelo incremento das lavouras de trigo em nosso Estado.

Essa cultura, concorrendo poderosamente para a nossa riqueza coletiva, vem descortinar, por certo ao Estado, grandes perspectivas economicas. Ainda agora, por sugestão do dr. Pedro Ludovico, tivemos oportunidade de visitar em companhia do dr. Heitor Cordeiro, inspetor agricola federal, neste



Um trigal, no planalto goiano, cultivado pela Inspectoria Agricola Federal

tenham visitado os trigais do Planalto goiano, notadamente, os da Chapada dos Veadeiros.

Sabemos que o Planalto Central que, no dizer do cientista Gerber, é a parte mais antiga do globo, possui condições de climatologia e propriedades agrologicas especiais, em razão de sua singular geografia fisica.

E' esse um dos motivos preponderantes por que o trigo vem entre nós, ha quasi dois seculos, apresentando, atravez do seu ciclo vegetativo, os mais animadores successos, apesar dos processos rotineiros com que tem sido cultivado.

Estado, dr. Luiz Godói, sub-chefe do Serviço Tecnico do Café, em Goiaz, dr. José Valente, prefeito de Anapolis e do capitão Azeredo Filho, os campos de trigo do Municipio de Anapolis.

Confortadora foi a nossa impressão ante o que ali vimos e examinamos. E' justo que deixemos aqui registrados os nossos aplausos ao dr. Heitor Cordeiro, inspetor agricola federal pelo que vem fazendo em favor da cultura do trigo em Anapolis, bem assim ao operoso prefeito José Valente que é quem vem, patrioticamente, financiando o campo

de trigo ali organizado por aquele departamento federal

O dr. Heitor Cordeiro, tecnico eficiente, não esconde o seu entusiasmo com os resultados conseguidos em Anapolis, pela Inspeção Agricola, a respeito da cultura do trigo. Esses resultados são os mais surpreendentes possiveis. Não obstante a Inspeção haver plantado ali trigo em terrenos reconhecidamente pobres, e sem nenhuma adubação, conseguiu colher, por hectare, a quantidade minima de 833 e maxima de 1.100 quilos.

Concluz-se, conseqüentemente, que adubado o terreno, o trigo em Anapolis apresentará uma capacidade de produção muito mais elevada, pois, não ha exemplo de um hectare de terra sem adubação e notoriamente pobre produzir, em nosso país, tanto quanto se conseguiu colher no importante município goiano.

Anapolis tem uma altitude que se eleva de 700 a 1.200 metros acima do nível do mar.

O município de Anapolis é cortado pela estrada de ferro e está localizado na região sul do Goiaz, limitando-se com o município de Goiania que tem por sede a capital do Estado.

A época do plantio do trigo no Estado de Goiaz, varia conforme a região triticea e a variedade a ser empregada. Esse cereal pode ser plantado, sobretudo, em Janeiro e Fevereiro, bem assim nos últimos dias de Dezembro.

Não ha caso no Estado de Goiaz, desde 1748, data em que pela primeira vez o trigo foi introduzido entre nós, dessa gramínea ter sido atacada pela ferrugem, como acontece com os trigaes do sul do país e mesmo com



Algumas bellas espigas de trigo produzidos em Goiaz

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Desejando que todos os lavradores, criadores e industriais facam parte do seu quadro social e possam gozar das vantagens que offerece aos seus associados, resolveu, como concessão especial, manter a isenção de pagamento de joia aos novos socios.

Inscrevei o vosso nome e o de vossos amigos entre os numerosos associados da Sociedade Nacional de Agricultura.

Largo de S. Francisco, 3-2.º - salas 202/206

os de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais. Neste sentido ha um fato que merece ser mencionado. As sementes de trigo "Montes Claros", plantadas em Anapolis pela Inspeção Agricola Federal, foram fornecidas pelo Instituto Agronomico de Campinas, Estado de S. Paulo e, segundo informações prestadas por aquele importante estabelecimento de estudos, elas estavam atacadas de ferrugem. Plantadas essas sementes foi colhido pela Inspeção em apreço, um trigo excelente, de grão cheio e sem o menor vestigio daquele fungo que desapareceu por completo. Isso põe mais em realce as grandes vantagens que o Planalto Goiano offerece á cultura desse cereal.

Pelos dados colhidos pela Inspeção Federal, o custo do trigo, em quilo, em Goiaz, fica presentemente, á razão de \$438 a \$515, isso, é preciso acentuar, em caráter puramente experimental. Depreende-se daí que o trigo plantado em cultura economica, pode ser obtido pelo custo de \$220 a \$300 o quilo. Esse custo baixará mais ainda, como é logico, á medida que forem sendo intensificadas

as lavouras de trigo entre nós, concorrendo para este fato, o preço do "braço" e sobretudo, a não coincidência da época da cultura desse cereal, neste Estado, com as demais culturas.

Até ha bem pouco, uma tonelada de farinha de trigo estrangeiro, chegava ao porto do Rio á razão de 933\$000, e em grão, á razão de 688\$000. Esses preços, como tudo faz acreditar, devem, presentemente, estar mais elevados. No entanto o trigo produzido em Goiás, á margem da Estrada de ferro ou mesmo nos terrenos adjacentes, pode chegar ás praças de consumo de S. Paulo e Rio por preços muito mais baixos do que o importado do estrangeiro.

Vejamos:

Uma saca de 60 quilos do trigo goiano, em grão, chega aos mercados consumidores de S. Paulo á razão de 29\$500, incluindo 3\$000 de sacaria, 6\$250 de frete ferroviario e impostos; 2\$000 de eventuais (carreto, ser-

viços, etc.) ou seja, 5487 o quilo em grão. Nesse custo, estão computados tambem os impostos: taxas de expediente, carga, adicional de 10%, advalorum de 1/2%, caixa e pensão ferroviarias.

Pelo exposto, chega-se á conclusão de que se o Governo Federal tomar as medidas necessarias afim de que a cultura do trigo do Planalto goiano seja intensificada em larga escala e pelos processos modernos aconselhados pela ciencia agronomica, bem assim para o barateamento do frete de sua produção até as grandes praças consumidoras, o trigo produzido em Goiás poderá ser vendido em S. Paulo, até a razão de \$200 o quilo, em grão, admitindo-se, nesse caso, a hipotese das grandes lavouras.

Para esse fato pedimos a atenção do Ministerio da Agricultura, que neste momento se empenha, patrioticamente e decisivamente a incentivar ás forças propulcionadoras da riqueza do nosso povo.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 16 de Janeiro de 1897

(Reconhecida de Utilidade Publica pela Lei n. 3.549, de 16 de Outubro de 1918)

PROMOVEU E REALIZOU OS SEGUINTES CONGRESSOS E EXPOSIÇÕES:

- | | |
|---|---|
| 1. ^a Exposição de Uvas Nacionais (1898) | 1. ^a Exposição Nacional Algodoeira (1916) |
| 1. ^o Congresso Nacional de Agricultura (1901) | 1. ^a Conferencia Nacional de Pecuaria (1917) |
| 2. ^o Congresso Nacional de Agricultura (1908) | 1. ^a Exposição Nacional de Gado (1917) |
| 3. ^o Congresso Nac. de Agricultura e Pecuaria (1922) | 2. ^a Exposição Nacional de Gado (1918) |
| 3. ^o Congresso Nac. de Productos Agricolas (1901) | 3. ^a Exposição Nacional de Gado (1920) |
| 1. ^a Exposição Assucareira Bahia (1903) | 1. ^o Congresso Nacional de Carvão e outros Combustiveis Nacionais (1922) |
| 1. ^o Conferencia Assucareira — Recife (1908) | 1. ^o Congresso Nacional de Chimica (1922) |
| 2. ^a Conferencia Assucareira — Campos (1911) | 1. ^o Congresso Nacional de Febre Aftosa (1922) |
| 3. ^a Conferencia Assucareira — Campos (1911) | 1. ^a Exposição Nacional de Leite e Derivados (1926) |
| 1. ^a Exposição intern. de Apparehos a Alcool (1903) | 2. ^a Exposição Nacional de Leite e Derivados (1929) |
| Exposição de Apparehos a Alcool-Pelotas (1905) | 1. ^a Conferencia Nacional de Lacticios (1926) |
| Exposição de Fructas, Verduras e Passaros (1908) | 1. ^a Exposição Nacional de Horticultura (1929) |
| 1. ^o Congresso das Aplicações Industriais do Alcool (1903) | Exposição Nacional de 1908 — Parte Agricola |
| Exposição Permanente de Fructas Brasileiras — Buenos Aires (1904) | Exposição de Bruxellas — Secção de Agricultura do Brasil (1909) |
| 1. ^a Exposição Nacional de Flores (1908) | Exposição de Turim-Roma — Secção de Agricultura do Brasil (1911) |
| 1. ^a Conferencia Nacional Algodoeira (1916) | |
| 1. ^a Conferencia Internacional Algodoeira (1922) | |

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA attende a qualquer interessado seja ou não participante do seu quadro social.

Do quadro social da Sociedade Nacional de Agricultura fazem parte os Estados: Pará, Piahy, Maranhão, Sergipe, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Parahyba, Paraná, Minas Geraes, Matto Grosso, Ceará, Bahia e Amazonas, além de 71 Municipalidades.

O registo das sociedades agricolas no Ministerio da Agricultura

Uma portaria regulando-o

"O Ministro de Estado considerando que, por motivos supervenientes, foi suspenso o registo de associações ruraes, creado pela portaria de 10 de Setembro de 1926;

considerando que, para o desenvolvimento das explorações ruraes, no paiz, é manifesta a importancia do papel exercido pelas associações ruraes;

considerando que, em referencia á distribuição de auxilios, premios, subvenções e vantagens conferidos á lavoura, se faz indispensavel acompanhar, atravez de registos bem feitos, a exacta applicação desses favores que visam, antes de tudo, á organização e á defesa da produção agro-pecuaria em geral;

considerando que não é admissivel a inscrição de sociedades ruraes no registo de lavradores e criadores, actualmente a cargo da D.E.P., — porquanto esse registo creado para fins estatísticos, requer a inscrição do predio rustico e não o possivel conjunto de propriedades ruraes, como sóe acontecer com os lavradores e criadores reunidos em associações de classe;

considerando que o Ministerio da Agricultura, por seu órgão especailizado, tem necessidade de conhecer, quantitativa e qualitativamente, o movimento associativo nas classes ruraes, incentivando-o, e orientando-o no sentido de sua progressiva integração no âmbito legal e pratico;

considerando, finalmente, que o registo dessas associações é, em primeiro lugar, util ás ditas entidades collectivas e, por certo, atende, tambem, a conveniencias reciprocas, assim das associações como da administração publica.

especial em que se inscrevam, facultativamente, todas as associações ruraes, suas uniões, federações e confederações, fundadas ou que, de futuro, se fundarem, cabendo á citada directoria o encargo de redigir as precisas instruções, observados os seguintes principios:

1.º — Registo gratuito e facultativo;

2.º — Distribuição de auxilios, premios, subvenções, vantagens, etc. unicamente ás associações registadas na D.O.D.P. ou a seus membros ou societarios, quando individualmente inscriptos no registo de lavradores e criadores a cargo da D.E.P.;

3.º — As associações ruraes que se registarem na D.O.D.P. terão, desde já, direito ás seguintes vantagens:

a) auxilio para importação de reproductores;

b) immunização de reproductores importados;

c) informações e conselhos sobre doença do gado e das plantas cultivadas;

d) estudos, projectos e orçamentos para installação de estabulos, banheiros carrapaticidas, silos e outras construcções rusticas;

e) assistencia technica pelos agronomos officiaes;

f) distribuição gratuita de publicações agricolas e zootechnicas, quando solicitadas ao serviço de publicidade do M. A.;

g) informações escriptas sobre assumptos agro-pecuarios, formuladas pelos órgãos technicos respectivos;

h) redução de direitos alfandegarios para importação de arame ovalado;

i) prestação de todos os serviços que, na orbita do Ministerio da Agricultura, forem autorizados por lei e susceptiveis de generalização;

RESOLVE crear na Directoria de Organização e Defesa da Produção um registo

BIBLIOTHECA

— DA —

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A MELHOR NO GENERO
DA AMERICA DO SUL

FRANQUEADA AO PUBLICO DAS 11
ÁS 16 HORAS. AOS SABBADOS ATÉ
ÁS 14 HORAS

AS MELHORES OBRAS AGRONOMICAS
SOBRE:

**Economia, Lavoura,
Criação, Veterinaria,
Industrias Rurales**

**As mais importantes revistas
do mundo**

Largo de S. Francisco, 3-Sob.

Caixa Postal 1245 - Tel. 22-6241

**RIO DE JANEIRO
B R A S I L**

4.º — Os auxilios para transporte de animais, material agricola, plantas, etc. bem como os referentes á cessão de reproductores ao preço de compra; ao serviço de monta; á construcção de banheiros carrapaticidas e silos; a vaccinas, soros sirgarias; a mudas e sementes e a accordos para trabalho de cooperação e preparo inicial do solo e aquisição parcellada de machinas agricolas, embora solicitados por intermedio das associações ruraes, só poderão ser concedidos a lavradores e criadores inscriptos no Registo de Lavradores e Criadores a cargo da D. E. P.;

5.º — A inscripção das associações, no registo ora creado, será feito mediante requerimento sellado e assignado pelos respectivos presidente e secretario, com as firmas devidamente reconhecidas por notario publico, devendo o pedido ser instruido com os seguintes documentos:

a) exemplar dos estatutos, copia da acta de constituição ou da ultima reforma de estatutos e da acta da eleição dos membros da Directoria, rubricados e authenticados pelo presidente e secretario;

b) prova de ter sido satisfeita as formalidades prescriptas em lei para constituição das sociedades civis.

6.º — O registo das uniões, federações e confederações será feito, observadas as disposições do artigo anterior após o das associações componentes;

7.º — Incumbe as instituições registadas communicarem á Directoria de Organização e Defesa da Producção as alterações que se fizerem nos seus estatutos e na sua administração;

8.º — Do registo feito será fornecido certificado, á parte interessada, ficando todos os documentos apresentados archivados na Directoria de Organização e Defesa da Producção.

Registe-se e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1937".

Aspéto atual da industria de lacticínios no Brasil

OTTO FRENSEL

Sob este título o nosso colaborador e amigo, Snr. Dr. Luiz Gonçalves Vieira, Diretor 3.^o Secretario da S. N. A., apresentou ao XI Congresso Mundial de Lacticínios, como unico trabalho enviado pelo Brasil e mesmo pela America do Sul, uma interessante tese, a qual mereceu geral atenção. O relator Geral da respetiva seção, Snr. Dr. M. E. Hegh, representante da Belgica ao referido certamen e Secretario Geral da Federação Internacional de Leiteria, deu sobre a tese em apreço o seguinte valioso parecer:

"A informação de Gonçalves Vieira é muito interessante e bem feita, pois mostra-nos o grande impulso que a industria de lacticínios no Brasil tomou ha alguns anos.

O Brasil, o maior paiz da America do Sul, que ao lado de imensas florestas possui pastagens ricas e gordurosas, dispõe das mais extensas possibilidades da agricultura em geral e da criação em especial.

Seu numero de bovinos é calculado em aproximadamente 45 milhões, e o seu numero de gado leiteiro já é bem consideravel, tanto quanto á quantidade como á qualidade. Si nós abservarmos as considerações finais a que chega o autor no fim de sua informação, leremos lá, que de agora em diante realmente se cria com grande resultado diversas raças nobres importadas da Europa, por ex., Holandesa, Schwyz, Jersey, Guernesey e Normanda, assim como os numerosos cruzamentos destas raças com as especies nativas.

A industria de lacticínios é uma das grandes fontes de renda do Brasil: ela nos ultimos tempos desenvolveu-se consideravelmente, de modo que agora já occupa um lugar de certa importancia.

Nos seguintes estados a industria de lacticínios tomou um grande impulso: Minas

Geraes, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

O consumo de leite no Brasil cresce de ano para ano graças á propaganda de particulares e do Estado.

A capital Federal é provida de leite fresco que vem do interior dos estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro, e, em parte menor dos estabulos na visinhança da cidade.

O abastecimento das grandes cidades é assegurado de dois modos:

de um lado com leite higienico, i.é, pasteurizado, refrigerado e colocado em vasilhames esterilizados, do outro lado com leite cru, que vem dos estabulos na proximidade da cidade.

Só as grandes cidades são abastecidas com leite higienico.

A fabricação de manteiga, queijo e outros produtos de leite já é um importante fator economico .

As autoridades tomaram nos ultimos tempos a iniciativa para adiantar o desenvolvimento da industria de lacticínios e administração dos estabulos, dando conselhos tecnicos e dirigindo uma propaganda de ensinamentos entre os criadores".

Não podemos, pois, deixar de felicitar o nosso esforçado colaborador e amigo, Snr. Dr. Luiz Gonçalves Vieira, pelo merecido exito d'este seu trabalho o qual representa um justificado sucesso para os Lacticínios Brasileiros e, com isto, uma ótima propaganda para o Brasil no exterior. São os nossos mais sinceros votos de que os esforços d'este denodado lutador, juntamente com os demais que tanto lutam pelo progressó dos lacticínios brasileiros, sejam em breve recompensados com o merecido exito que tanto poderá beneficiar a coletividade brasileira e n'esta principalmente o produtor e o consumidor.

Conselho Federal de Comercio Exterior

Na nova organização dada a essa corporação, está representada a classe agricola

A Confederação Rural Brasileira, através o seu representante, é membro nato do importante organ economico

O "Diario Official" publicou o seguinte decreto-lei n. 74 de 16 do corrente dispondo a organização do Conselho Federal do Comercio Exterior:

"O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição:

Considerando a conveniencia de dar ao Conselho Federal o Commercio Exterior organização que lhe permita melhor attender ás suas finalidades até que se installe o Conselho da Economia Nacional de que trata o artigo 57 da Constituição:

Resolve:

Art. 1.º O Conselho Federal de Comercio Exterior, criado pelo decreto n. 24.429, de 20 de Junho de 1934, é um organismo autonomo, directamente subordinado ao Presidente da Republica.

Art. 2.º Compõe-se o Conselho Fiscal de Commercio Exterior de dez conselheiros e de cinco consultorios technicos.

§ 1.º Os conselheiros serão pessoas especializadas, de notoria competencia e illibada reputação designados pelo Presidente da Republica.

§ 2.º Tres conselheiros serão representantes de classe, respectivamente da Agricultura, da Industria e do Commercio, tirados de listas triplices, submittidas ao Presidente da Republica pela Confederação Rural Brasileira, pela Confederação Industrial do Brasil e pela Federação das Associações Commerciaes do Brasil.

§ 1.º Funcionarão as Camaras separadamente e os seus pareceres e deliberações serão submittidos ao Conselho em sessão plenaria.

Art. 6.º Na falta ou no impedimento do Presidente da Republica, presidirá as sessões o Director Executivo e na falta deste o conselheiro mais idoso.

Art. 7.º O Conselho Federal de Comercio Exterior divide-se em tres Camaras:

a) de intercambio commercial, credito, cambios e propaganda;

b) de producção, consumo e transportes;

c) de tarifas aduaneiras e tratados commerciaes.

Paragrapho unico. Os decretos de designação dos conselheiros a que se refere o § 3.º do artigo 2.º serão referendados pelo Ministro de Estado a que estiver subordinado o nomeado.

Art. 4.º Os consultores technicos tomarão parte nas sessões do Conselho, mas não votarão.

Art. 5.º Tem o conselho um director executivo, designado pelo Presidente da Republica dentre os conselheiros.

§ 6.º Os consultores technicos serão preferencialmente escolhidos entre especialistas das seguintes materias:

Tarifas alfandegarias;

Estatistica;

Transportes;

Economia rural;

Direito Commercial.

Art. 3.º As designações dos conselheiros e dos consultores technicos serão feitas por decreto.

§ 3.º Cinco conselheiros serão escolhidos entre funcionarios respectivamente das Secretarias de Estado: da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura, do Trabalho, Industria e Commercio e da Viação e Obras Publicas.

§ 4.º Um conselheiro será o representante do Banco Central de Reservas, quando criado, ou do Banco do Brasil, enquanto não fôr installado aquelle.

§ 5.º Um conselheiro será escolhido entre pessoas de comprovada competencia em assumptos e estudos economicos e financeiros.

§ 2.º O Conselho por deliberação do seu plenario, poderá, para determinados estudos e inqueritos, criar comissões compostas de especialistas, presididas por um dos conselheiros, contratando para isso os auxiliares technicos que se tornarem necessarios.

§ 3.º O Conselho elaborará o seu Regimento que submeterá á aprovação do Presidente da Republica.

Art. 8.º Compete ao Conselho Federal de Comercio Exterior:

I — promover o desenvolvimento das exportações brasileiras, devendo para esse fim:

a) estudar todas as questões internas e externas que visem a collocação de productos nacionaes em mercados estrangeiros;

b) propor os entendimentos e operações de qualquer natureza, para abrir mercados ou alargar os existentes;

c) entrar em entendimento directo com as repartições ou autoridades federaes, estaduais ou municipaes, com as associações de classe e com os particulares, afim de obter informações necessarias aos seus estudos e afim de provocar negociações destinadas a incrementar o commercio exterior do Brasil;

d) estudar as modalidades e as praxes da produção e das transacções mercantis nas varias regiões do paiz, suggerindo aos poderes competentes as providencias tendentes a incrementar e a melhorar a produção e a incentivar o commercio;

e) pôr em contacto as associações, instituições, empresas ou firmas commerciaes e industriaes brasileiras com as estrangeiras, fornecendo-lhes, informações, elementos e directrizes, afim de estabelecerem-se correntes directas de intercambio mercantil;

f) elaborar os projectos de participação da União e dos Estados em exposições e feiras estrangeiras, assim como os planos de propaganda internacional dos productos brasileiros.

II — Propor ao Presidente da Republica a negociação ou a denuncia de ajustes accordos ou tratados commerciaes e de navegação.

Paragrapho unico. Na falta ou no impedimento do Director Executivo, o secretario geral responderá pelo expediente.

III — Dar parecer sobre quaesquer ajustes, accordos, tratados ou convenções que affectem directamente os interesses ou do commercio ou da agricultura, ou da industria extractiva, pastoril e manufactureira ou da navegação mercantil.

IV — Dar parecer sobre quaesquer assumptos relacionados com os interesses economicos do paiz que lhe forem submettidos pelo Presidente da Republica.

V — Propor ao Presidente da Republica a regulamentação de determinadas exportações e importações internacionaes, segundo as mercadorias, ou conforme sua procedencia ou destino, estabelecidas as limitações que se tornarem necessarias.

VI — Ministar aos Governos estaduaes esclarecimentos, suggestões e estudos sobre medidas de ordem economica da competencia dos mesmos quando elles lhe solicitarem ou o bem publico o exigir.

Art. 9.º Os relatorios é pareceres do Conselho Federal de Commercio Exterior serão submettidos ao Presidente da Republica e só terão effeito se approvados por este.

Art. 10.º Tem o Conselho uma Secretaria directamente subordinada ao Director executivo que será auxiliado por um secretario geral, designado por decreto.

§ 1.º A Secretaria será composta de funcionarios requisitados das repartições publicas federaes e do pessoal extranumerario que fôr admittido de accordo com a legislação em vigor.

§ 2.º O regulamento da Secretaria entrará em vigor após a sua approvação pelo Presidente da Republica.

Art. 11. Ficam transferidas para o Conselho Federal de Commercio Exterior as attribuições dos Serviços Commercias da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (artigo 20 do Regulamento referido no decreto n. 19.926, de 28 de Abril de 1931). e extinctos estes.

Art. 12. O director executivo é responsavel dos seus actos perante o Presidente da Republica a quem apresentará com frequencia, informações sobre os trabalhos do Conselho e da Secretaria.

Art. 13. As despesas com o Conselho correrão por conta de creditos a elle destinados, no annexo orçamentario das despesas ordinarias e em outras leis de creditos.

§ 1.º Registrados os creditos concedidos para o custeio do Conselho, serão entregues ao Director executivo, por adiantamentos trimestraes, as importancias correspondentes a taes creditos, quando esses forem orçamentarios e de uma só vez, quando forem de outra natureza.

§ 2.º A applicação das dotações orçamentarias do Conselho cabe ao director executivo.

§ 3.º Destinam-se taes dotações ao pagamento do pessoal extranumerario, ás diarias dos conselheiros e consultores technicos, por sessão a que comparecerem as despesas de viagem de conducção, em serviço de material de expediente, de representação e de gratificação *pro labore*.

O PÃO MIXTO

Victoriosa uma das mais antigas campanhas da Sociedade Nacional de Agricultura



Aspecto da Mesa e participantes da ultima sessão em que, na Sociedade, se tratou do problema do pão mixto. Estão presentes os representantes dos moinhos, dos padeiros e dos alunos do Collegio Pedro II.

Para os leitores de "A Lavoura" não é desconhecido o longo trabalho a que, desde 1916, se entregou a Sociedade Nacional de Agricultura visando a adopção, no paiz, de um typo de pão mixto, que, satisfazendo as exigencias do paladar e da saúde do povo, possibilitasse a diminuição das crescentes importações de trigo estrangeiro, enquanto a produção nacional desse cereal não fôsse sufficiente ao abastecimento do nosso consumo.

Naquella epoca, a iniciativa se justificava pela falta de trigo no mundo, em virtude da Grande Guerra, ameaçando as nossas popu-

lações de falta de pão. Esse aspecto passou, mas a campanha, reiniciada em 1922, e continuada em 1931, baseava-se na urgente necessidade da diminuição das nossas importações, beirando 800.000 contos em 1937.

Agora, o governo acaba de dar solução ao assumpto. Façamos votos para que, executado a medida, não olvide o Poder Publico a questão do trigo nacional, cuja produção, em larga escala no paiz é possível e cujo advento constituirá, afinal, a unica solução para o "nosso pão". A solução transitoria do "pão mixto" não deve entibiar as iniciativas e os entusiasmos pela cultura do nobre cereal.

Art. 14. A correspondencia expedida pelo Presidente, Director executivo e secretario geral do Conselho Federal de Commercio Exterior será considerada officia le terá franquia postal e telegraphica.

Art. 15. Este Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1938, 116º da Independencia e 49º da Republica.
— Getulio Vargas, Francisco Campos, Arthur de Souza Costa, João de Mendonça Lima, Eurico Gaspar Dutra, Henrique A. Guilhem, Mario de Pimentel Brandão, Gustavo Capanema, Waldemar Falcão, Fernando Costa.

um dos elementos que necessitamos produzir até por uma questão de soberania nacional.

Eis o texto do decreto-lei dispondo sobre a utilização, nos trabalhos de panificação, da farinha de trigo fabricada no paiz e dando outras providências:

"O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 13 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o — A farinha de trigo fabricada no paiz só poderá ser utilizada, nos trabalhos de panificação, com a addição, até 30 por cento, de fecula, ou farinha, extrahida do producto nacional apropriado.

Paragrapho unico. — A' farinha assim preparada será feita, a criterio do Governo, a addição de sub-productos de trigo.

Art. 2.^o — A mistura de que trata o art. 1.^o far-se-ha, obrigatoriamente, nos moinhos.

Art. 3.^o — Os moinhos, mediante licença especial, poderão produzir farinha, sem a mistura prevista no presente decreto-lei, para o fabrico de massas alimenticias, doces, biscoitos, pastellarias e pão de dieta.

Paragrapho unico — A farinha sem mistura, a que se refere esse artigo, só poderá ser vendida em embalagem especial, determinada em regulamento.

Art. 4.^o — A farinha de trigo de procedencia estrangeira só poderá ser applicada em panificação nos estabelecimentos que, a juizo do Governo, estejam em condições de operar a mistura de que trata o art. 1.^o.

Art. 5.^o — Para as infracções de presente decreto-lei, ficam estabelecidas multas de réis 1:000\$ a 10:000\$, a applicar de accordo com o regulamento que fôr expedido.

Paragrapho unico — Em caso de reincidencia, além da penalidade maxima, os infractores estarão sujeitos á cassação das respectivas licenças para funcconar.

Art. 6.^o — O Governo Federal poderá delegar poderes aos Estados para a execução do presente decreto-lei, na parte relativa á fiscalização, cabendo, nesse caso, aos Estados a applicação das penalidades a que se refere o art. 5.^o

Paragrapho unico — Dos actos que applicarem penalidades haverá sempre recurso, sem effeito suspensivo quanto á multa imposta, dentro do prazo de trinta dias, para o Ministro do Trabalho.

Art. 7.^o — Fiscalizará a execução do presente decreto-lei o Ministerio do Trabalho.

Art. 8.^o — O Governo promoverá a reduccão das tarifas de transportes terrestres e marítimos para os productos destinados á mistura prevista neste decreto-lei.

Art. 9.^o — Será concedida reduccão, ou isenção, de direitos de entrada para os machinismos ou aparelhos destinados ao fabrico de amido, feculas e farinhas panificaveis, importadas mediante licença especial.

Art. 10 — O Governo expedirá regulamento para a execução do presente decreto-lei, dentro do prazo de trinta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrario".

CURSO PASCHOAL DE MORAES

Desde começo de Dezembro está em funcionamento, numa das dependencias da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, um curso nocturno para adultos, destinado á alphabetização dos empregados e trabalhadores rurais do Horto Fruticola da Penha e da Escola.

A iniciativa, devida a um moço de raros predicados — o Sr. Arnaldo Augusto Vieira — foi aceita com entusiasmo pela direcção da Escola, que tudo lhe tem facilitado e daqui por diante facilitará, para que não só aos trabalhadores do Horto aproveite o ensino primario alli ministrado, mas a todos os que, residindo perto do estabelecimento, queiram delle aproveitar-se.

As aulas têm uma frequencia de 14 alumnos, todos maiores, e funcionam das 17 ás 21½, diariamente.

A direcção da Escola de Horticultura Wenceslau Bello escolheu para patrono desse curso o nome de Paschoal de Moraes, o saudoso batalhador que tanto fez pela agricultura e pecueria, militando durante longos annos nas actividades da Sociedade Nacional de Agricultura, e legando ás nossas letras agricolas uma serie de excellentes estudos sobre os mais variados themas.

Plantas silvestres do Brasil que devem ser intensificadas

CORNELIO LIMA

E' sempre com humildade e devoção, que tento parodiar a frase que Jesus Christo dirigio a Pedro, seu amado dicipulo, quando este Lhe perguntou — si poderia perdoar sete veses — ao que o Divino Mestre respondeu — Setenta —.

Quero me referir ao fato de ter aludido, mais de uma vez, a qualquer occorrendia, pois, penso que em se tratando de propaganda, de cem repetições, uma que pegue, é objeto.

Os meus mal rascunhados artigos são de propaganda, e é com tal intuito, que os aventuro a expor á complacencia dos lares, aditando, por veses, referencias de fatos memoraveis, para que se não perca a tradição.

Pais nacente, dotado, como nenhum outro, de elementos naturaes, excepcionalmente prodigos, taes como clima temperado, terras fertilissimas, isento de erupções vulcanicas e luracões arrasadores, o Brasil atravessou longa existencia puramente vegetativa, como que contemplando platonicamente a posse desse conjunto de predicados, sem dar um passo á frente, para utilizar dotes tão promissores.

Seu povo, nimamente ordeiro e tolerante, não distinguindo raças nem crenças, vivia extasiado, na imaginaria contemplação do seu futuro esplendor, como que se contentando de ouvir as pancadas monotonas do monjolo, que representava o apuro inventivo dos nossos avoengos.

Os imprevidentes estadistas que orientavam os destinos da nossa nacionalidade, tão atrasados como a época em que viviam, nada providenciaram para industrialisar os elementos componentes da nossa rica natureza, que conservavam, como se fora uma joia preciosa que se devesse guardar intacta.

Com o desenvolvimento do trafico de africanos, os residentes, já enraizados no pais, dedicaram-se, então, ao plantio da cana de açúcar, que manipulavam nos da cana de banguês e cristalisavam com o empiricos banguês e cristalisavam com o emprego do argila nas legendarias formas, processo esse rudimentar que desapareceu, com o surgimento esplendoroso das modernas uzinas, doradas de vacuos, que compram a cana dos plantadores.

Essas grandes instalações industriaes já vieram encontrar, em franca prosperidade, as extensas plantações de café, de serra acima, para cujo desenvolvimento de culturas foram atraídos, por preços elevados, os escravos que cultivavam a cana que supriam os ganguês, que foram vendidos conjuntamente, resultando no abandono dessas já decadentes propriedades, que também produziam farinha de mandioca e outros subprodutos desse cereal.

Do abandono das culturas e também das habitações e da falta de conservação dos rios e canaes, pelos quaes se faziam as comunicações e os transportes, resultou que as terras dessa região, outr'ora sadias quando habitadas, tornaram-se pantanosas e insalubres, as quaes agora, depois de dissecadas, vão ser, de novo, cultivadas com muito proveito, graças ao proficiente Serviço de Drenagem e Saneamento da Baixada que, afinal, após muitas tentativas improficuas, está sendo realizado, com pleno sucesso, pela atual comissão de tecnicos competentes e esforçados.

As terras da Baixada, que sempre foram consideradas fertilissimas e ricas de humus, agora, após tão longo descanso, dobraram de valor, acrecendo a circunstancia de se acharem situadas ás portas da Capital do pais e do seu grande emporio comercial de exportação.

O impasse a que parecíamos eternamente jungidos, teve afinal o seu termo, devido á fama das nossas plantas oleaginosas, que repercutio nos grandes mercados americanos e europeus, dos quais sfluem os pedidos, que aumentam, de dia para dia, acompanhados de preços altamente compensadores, aos quaes temos toda a conveniencia em atender.

Entramos pois, francamente, na orbita progressista da exploração comercial da nossa riqueza de produtos das plantas dessa especie, que é riquissima. Entre elas temos a Mamona, arbusto muito vulgarisado, em todo o nosso territorio, de norte a sul do pais, de crescimento rapido, começando, logo, a produzir os ouriços que encerram as bagas que contem um oleo finissimo, considerado o melhor para os fins da aviação; a Oiticica, a arvore frondosa, nativa nas regiões nordestinas que, além da madeira para constru-

ções de todas as espécies, dá um fruto que contem um óleo finíssimo, de um cheiro adivissimo, considerado como um dos mais finos, que está tendo procura cada vez maior; os côcos das palmeiras Babassú, Dendeseiro, Bataú e a Carnahuba, que, além do óleo, dão também a cêra, que serve para varios fins; a qual Humbolt, denominou — a arvore da vida — devido á variedade de seus sub-produtos, alguns alimentos e isolantes da eletricidade.

E' esta a arvore que mais resiste ás secas, ao contrario da Oiticica, que chega a não produzir fruto.

Muitas outras existem, que seria longo enumerar, ás quaes se não dava o menor valor, cuidando somente de devastar florestas virgens, para substitui-las por interminaveis cafesaes, processo esse que cessou, desde que se passou a exigir a apresentação de tipos finos.

Cuidemos portanto, de disseminar as nossas promissoras plantas oleaginosas, abandonando o falso criterio, de que o Guaraná só medra em Mauês e a Balata em limitada zona do Estado do Amazonas.

Enquanto nos cingimos a esse falso preconceito, os Ingleses e os Holandeses vão transplantando para os seus dominios indianos, a Hevea, a Oiticica e outras preciosidades, de igual valor, e os Americanos, a Laranja da Bahia, mandando-nos, em troca, o Grap-fruit, que é um fruto delicioso, que se come, cortado ao meio, sem descascar, adoçado e tirado o conteúdo dos gomos, com o auxilio da colher. Muita gente ignora isso, pensando que é muito acido.

Nós mesmos, já fisemos alguma coisa, transplantando o Cacau, que é originario do vale Amazonico, para a Baía, onde creceu, em tamanho, e tem tido grande expansão, mas não conseguimos, ainda, sobrepujar a exportação da Costa do Ouro.

E' uma cultura que vae se propagando pelos Estados do Espirito Santo e Minas. No Estado de Mato Grosso, essa planta é nativa, precisando, apenas, metodisal-a, desbastando-a, para receber a luz e o ar, afim de produzir, pois é sabido que quando o General Rondon fez os estudos da projetada linha ferrea, para a Capital do Estado, teve de faser uso do machado e da foice, para romper as florestas cerradas de Cacau nativo.

E' essa uma cultura que se deve faser na Baixada Fluminense, onde dará grande re-

sultado, como poderá verificar quem quizer tomar o bond da linha Conde Bomfim e parar no cruzamento da Rodemaker, onde poderá admirar, bem junto do muro divisorio da chacara ahi situada, o belo exemplar que se encontra, em zona igual aquella.

O côco Babassú, destinado a ser a maior riqueza do Brasil, não é nativo somente no Nordeste ;pois, também é encontrado em Minas e em Matto Grosso, onde produz em maior tamanho e contem até 8 amendoas, em vez de 5, como no seu habitat.

E' incomensuravel a riqueza que possuímos nesse genero de exportação, como bem expoz o Governador do Estado do Maranhão, na sua communicação ao "Jornal do Commercio", de 9 de Fevereiro de 1937, a qual merece plena confiança, por ter cunho official.

De conformidade com os dados que elle apresentou, o dito Estado é possuidor de uma riqueza fabulosa, que devidamente aproveitada, basta para tornar o Brasil — o mais rico paiz do mundo.

E o que elle diz, com referencia ao Estado que governa, também se pode entender com o do Piahy, que está igualmente coberto de florestas dessa Palmeira e de outras semelhantes.

Nos demais Estados, que os circumdam, também ellas existem em estado nativo, além de outras das especies oleaginosas, que devem merecer os nossos cuidados, devido á riqueza que encerram.

Essas preciosas especies também são encontradas, em grão decrescente, nos Estados limitrofes a esse, nos quaes deveremos intensifical-as, para colher a fabulosa riqueza que representam, que convem aproveitar.

Do noticiario dos jornaes consta que, devido ao bloqueio da China, esse paiz não pôde exportar o óleo Tungusado em todo o Mundo, em tintas e vernizes. O óleo de Oiticica, seu unico sucedaneo, do qual o Brasil possui o monopolio é alvo, atualmente, de grande procura, com aumento crescente, de cotação.

Os industriaes americanos pretendem aplicar grandes capitaes, para fomentar a cultura da Oiticica, em todos os Estados do Brasil.

E' pois, uma oportunidade que convem aproveitar, para a qual chamamos a atenção do Governo e dos industriaes, que disponham de capitaes.

Considerações sobre a regulamentação da enologia nacional

LOURENÇO MONACO

Primeiro — Como tecnico e tendo trabalhado durante cerca de trinta annos nas zonas vinícolas do Rio Grande do Sul e na qualidade de antigo enologo fiscal da Directoria de Hygiene d'aquille Estado, seja-me permittido apresentar algumas modestas suggestões sobre a novo regulamento fiscal a ser applicado dentro em breve, suggestões estas que nada mais são do que o fructo da experiencia adquirida no contacto diuturno com os cultivadores da vinha e productores de vinho, alliado ao conhecimento que como industrial, tenho, das exigencias dos grandes mercados consumidores do Paiz.

Assim sendo, acho necessario adiantar algo sobre o estado actual da nossa Industria Enologica.

Não ha duvida de que especialmente o Rio Grande do Sul encontra-se nas condições precisas para a cultura da preciosa ampelidea, e se a latitude não é a mais adequada, esta é modificada pela altitude, tornando-se por tanto o ambiente, perfeitamente apto para o desenvolvimento da Industria Vinicola a qual poderá e deverá fornecer aos Brasileiros a necessaria quantidade de vinho bom e de preço modica para seu consumo.

As minhas suggestões aliás, são baseadas tendo presente os itens abaixo:

1.º — Climatologia das zonas vinícolas do Rio Grande do Sul.

2.º — Composição fisico quimico do terreno colonial.

3.º — Metodo actual de cultura da parreira.

4.º — Estado actual das cantinas colonias.

5.º — Technica vinicola actual, e correções tecnicas a serem postas em pratica.

6.º — Reorganisação dos Laboratorios actuaes e fiscalisação a exercer no ambiente vinicola de produção.

A climatologia sulina sendo um tanto calida devido á latitude, e devido a pronunciada humidade, influe muitissimo no desenvolvimento excessivo da parreira e ao mesmo tempo na composição quimica dos mostos, os quaes resultam mais aguados. A dita influencia é tão patente, que chega a mudar quasi por completo os caracte-

res botanicos das videiras americanas e europeas alli cultivadas.

A composição quimica-fisica, do solo, tambem muito influe no resultado final e na composição dos vinhos produzidos. A fertilidade assombrosa, a riqueza de humus, e a quasi ausencia de cal do solo colonial fazem com que além de provocar um desenvolvimento excessivo do systema vegetativo da parreira, o producto uva fica muito aguado e de modo qu os vinhos della obtidos, resultam pobres de alcool, muito acidos, e sobretudo riquissimos em materia azotada, de difficil clarificação e sugeitos a doenças microbianas.

Sendo assim, logicamente deverá cogitar-se quanto antes para que futuramente venham a ser cultivadas castas de parreiras propensas a grandes riquezas assucarinas e sobretudo muito ricas em tannino e materia corante para provocar a precipitação da enorme massa de materia albuminoide, oriunda da fertilidade do solo e da classe de parreira cultivada actualmente.

Tendo-se presente a riqueza do solo em humus com sua relativa acidez, torna-se de absoluta necessidade fazer entrar no ambiente viticola do Sul o habito da adubação calcarea, a qual por si só traria como primeiro resultado, uma elevação immediata na riqueza em glicose dos mostos, fazendo com que se pudesse eliminar futuramente a correção assucarina dos mesmos, ou pelo menos diminui-la bastante, evitando-se dessa fórma uma enorme parcella nas despesas de preparação dos vinhos nacionais.

Mas, si para chegar-se mais rapidamente a um resultado apreciavel, tornava-se necessario substituir a casta de parreira Izabel cultivada em grande escala nos vinhedos do Sul, tambem devemos fazer notar que se a Izabel não é o ideal como productora de vinhos finos, entretanto pela sua rusticidade, resistencia á geada, e sobretudo pela sua productividade, teve e tem ainda a preferencia dos colonos.

Se realmente dessa casta não podemos obter in totum os resultados almejados, este insuccesso é fartamente augmentado, si se tem presente a forma verdadeiramente empirica de como se cultiva a parreira lá no Sul. A cultura em "LATADA" acaba de enterrar a nossa Enologia, pois além de serem difficeis de executar os tratamentos an-

triptogamicos, os trabalho da sóla, a poda, etc., etc., na latada, a uva nasce, cresce e amadurece completamente á sombra. Desse producto mal criado, só poderá sahir um vinho sem aroma, acidissimo, com pouco extracto secco, fraco de alcool, facil presa dos diversos fermentos patogeneos, que o transformam em uma materia organica em decomposição.

Resultado: Forçosamente o Governo terá que intervir com todos os meios ao seu alcance, para que sejam introduzidos nas zonas vinícolas, castas de parreiras apropriadas ao nosso clima e ao nosso terreno, aconselhando cultivar-as com methodos de poda adequada, tendo sempre presente a riqueza do nosso solo e a climatologia local.

Na actualidade, a Enologia Rio-Grandense, é representada por um sem numero de cantinas colonias, as quaes alimentam varias cantinas ou melhor varios depositos de commerciantes que se intitulam Vinicultores.

Naturalmente, das ditas pequenas cantinas providas de vasilhame infecto e cujos donos desconhecem por completo os mais rudimentares principios de Enologia e de bacteriologia enologica, não sabendo a que é a correção enologica e pratica de conservação dos vinhos, onde a bomba de transferência é representada por uma lata de gasolina á qual se tirou a tampa, e a esmagadora é o pé limpo... do productor; destas cantinas, logicamente, só poderá sahir um vinho imprestavel e nada mais.

Na zona vinicola, as verdadeiras cantinas não existem. Ha apenas louvaveis excepções mas estas não podem influir de uma forma positiva para o melhoramento enologico.

Enquanto a uva nacional fôr elaborada pelo minuscuro productor, nunca teremos enologia e vinho bom. Mesma mudando a casta de uva, e a forma de cultura, elle nunca poderá fazer coisa que preste. O colono foi, é, e será um magnifico trabalhador, mas sempre será um pessimo tecnico. Para o bem da Enologia Nacional, para o futuro da Industria Vinicola, o colono deverá desaparecer como vinicultor.

Portanto esperando a vinda de boas estradas dos campos experimentaes, a mudança de castas de uvas e de methodos de cultura, teremos de nos utilizar do que temos actualmente, e tratar o quanto antes de facilitar e promover a installação de grandes adegas que produzissem 25/30 mil hectolitros de vinho, providas de machinaria moderna e poderosa e de direcção tecnica competente.

Dessa forma além de se poder produzir vinhos de qualidade absolutamente melhorada e de conservação garantida, poder-se-ia lançar ao consumo do Paiz todo, vinhos a preços modicos, em condições de melhor resistir á concorrência estrangeira assegurando com isso a existencia da nossa industria enologica.

Mas, para se chegar a isso, mesmo construindo boas estradas que actualmente são um mytho nas zonas vinícolas, seria preciso que os possiveis grandes industriaes tivessem a certeza mathematica de poder encontrar as grandes quantidades de uva necessaria á vida das futuras grandes adegas. E, dizemos isto pelo facto que dadas as facilidades com que o colono tem podido se arvorar em productor de vinho, pelo menos até agora, este, difficilmente se sujeitará em vender a uva.

O colono procurá especular e usufruir lucros como productor de uva e como fabricante de vinho.

Installando nos centros de produção grandes adegas que elaborassem annualmente quantidade não muito inferior a 20/30 mil barris de vinho, poder-se-ia beneficiar a uva absolutamente fresca e sem inicio de fermentação e cujo transporte do vinhedo até a adega não fosse superior a duas ou tres horas de viagem, pois que, toda a adega que receba a uva com quasi cinco horas de viagem já machucadas, em plena fermentação e com temperatura altissima, nunca poderá produzir vinhos de primeira qualidade. Nessas adegas, seriam installadas grandes machinas esmagadoras capazes de moer quantitativos de uva, evitando assim grandes inconvenientes das longas filas de carretas, esperando sob os intensos raios solares, para serem descarregadas.

E ainda mais: necessario se tornaria que essas adegas montassem grandes salões de fermentação, calculados para poder vinificar no prazo de 20/30 dias, toda a massa de uva necessaria á sua elevada produção. Para se poder obeter tudo isso, insistimos ser necessario que o colono venda a sua uva a quem possa trabalhar com toda a technica e com a menor despesa geral possivel.

É aqui que os poderes competentes devem intervir com a maxima energia. Aqui cabe a sua acção. Indirectamente os regulamentos deverão intervir para ir eliminando os pequenos productores mal aparelhados para a luta commercial. Só assim e com regulamentos energicos, sérios, cujas normas devem ser em absoluto adaptadas ao nosso ambiente verdadeiro-

mente peculiar, em breve, seria possível organizar uma verdadeira industria enologica. Entrando no terreno da technica enologica diremos que em vista da qualidade da uva utilizada para a produção do vinho nacional actual, que no Rio Grande sómente dá em média não mais de 9 a 10 graus de alcool em volume e sabendo-se que essa graduação é insufficiente para exportação do vinho em barris, torna-se necessario incrementar a correcção assucarina mediante assucar finissimo invertido, préviamente. O regulamento deverá exigir um minimo de 11 graus de alcool em volume. Vinhos em barris sem essa graduação não se conservam, e muito menos podem afrontar os climas equatoriales do Rio de Janeiro até o Amazonas.

Muitos mercados brasileiros são perdidos para os nossos vinhos pela simples razão de não supportarem a longa viagem e a alta temperatura reinante.

A correcção assucarina é fundamental para os nossos vinhos. Um mosto com acidez tartarica total de 10 a 11, fermentado sem addição de assucar, conserva essa acidez elevada, tornando-se pezado ao estomago e sobretudo incompativel com o paladar e gosto do consumidor brasileiro que o de testa.

Corrigindo com assucar até dar um grau alcoolico de 11 a 12, a acidez diminue enormemente, tornando-se normal pois precipita o excesso de cremor de tartaro e o vinho acido ou verde, torna-se macio, agradável, mais harmonico, mais aromatico, mais rico de extracto secco, enfim essa simples correcção melhora os vinhos de mais de 50 %.

Outra correcção fundamental deve ser a addicção de tannino em alta dose, a qual além de provocar a rapida precipitação das materias azotadas em excesso, limpando os vinhos e conservando-os indefinidamente pois é muito conhecida a acção microbiana do tannino directa e indirecta, redonda em outro resultado muito apreciavel e de alto valôr commercial. Os vinhos tannados conservam por longo tempo a intensidade corante, elemento este muito apreciado pelo commercio comprador, que quer vinhos muito coloridos.

Portanto é necessario permittir e incentivar a correcção technica mesmo na dose de 50 a 80 grammas por hectolitro de vinho, para assim poder obter os vinhos sãos, aromaticos, coloridos, e de gosto bem vinoso. Aliás muitos vinhos estrangeiros accusam á analyse um theor de tannino de 2 a 3 grammas por litro.

Continuando em nossa tarefa, devemos fazer notar que nunca poderá existir entre nós vinicultura perfeita e commercial emquanto não se faça uso e applicação de acido sulphuroso desde a fermentação da uva esmagada, até a expedição dos vinhos para consumo. Esse elemento precioso, nas mãos do enologo competente, que tem feito a fortuna da Enologia Algeriana, Sul-Africana, Argentina, usado largamente na França considerada a Nação mestra em questões de Enologia, é imprescindivel em nosso meio.

A sua acção bemfazeja começa a explicar-se desde a colheita da uva. É sufficiente empregar 2 a 3 grammas de metabisulfito dissolvido em pouca agua, em um recipiente qualquer contendo cem kilos de uva para a mesma poder supportar uma viagem de duas a tres horas, sem se aquecer e sem começar a fermentar, chegando bem fresca na cantina para ser elaborada. O seu emprego na dose de 7 a 8 grammas ao iniciar-se a fermentação da uva esmagada, obstacula a vida dos fermentos inuteis, deixando que os fermentos alcoolicos bons, tomem a si, a tarefa de transformar o mosto em vinho.

Estando as cantinas colonias desprovidas de aparelhos refrigerantes para esfriar as grandes massas de uvas em fermentação é nesse momento que se explica a acção benefica do acido sulphuroso. Elle susta a actividade dos fermentos alcoolicos impedindo com isto que a temperatura se eleve de mais evitando assim a morte dos bons fermentos e a perca dos vinhos em fermentação.

Dado o estado precario do aparelhamento vinicola actual, a applicação do anhidro sulphuroso torna-se uma condição "sine qua non" para o nosso ambiente enologico. O acido sulphuroso sob a forma de metabisulphitos, sulphitos, méchas de enxofre, e melhor ainda ao estado liquido e purissimo, nos vinhos, no acto do trafego de uma para outra pipa, ou no acto de encher os barris de expedição, na totalidade dos casos é a salvação dos vinhos, seja quando são conservados nas adegas, ou quando, tenham que ser exportados para logares distantes.

Qualquer programma que se ponha em pratica, qualquer modificação que se introduza nos regulamentos actuaes, deve tender a incrementar a uso não o abuso do anhidrido sulphuroso na vinificação nacional, desde a colheita da uva até o engarrafamento.

Effectivamente, se a Allemanha com seus vinhos brancos, e a França com seus fa-

mosos Chateaux e Sauternes, mesmo tendo uma industria millenaria, modernissima, perfeita em todos os seus detalhes, e ainda protegida pela propria natureza que se mantem com uma temperatura abaixo de zero durante quasi seis mezes do anno, que impede toda e qualquer fermentação secundaria, é admittida a dose de 495 milligrammas por litro em acido sulphuroso total (livre e combinado), forçosamente aqui no Brasil onde temos a industria enologica ainda em gestação, em estado embryonario, deve-se poder fazer uso deste poderoso desinfectante, e o unico permittido por todos os laboratorios da mundo para a conservação dos vinhos em proporção possivelmente um pouco mais elevada.

Tambem um facto de correções technicas deve ser permittida e incrementada a dicção de acido citrico puro, no amanho dos nossos vinhedos.

Dada a grande riqueza em ferro dos nossos terrenos, elemento este que provoca a indesejavel "Casse ferrica" nos vinhos, elles devem ser estabilizados fazendo uso desso correção. O acido citrico puro torna os vinhos limpidos, com uma magnifica intensidade corante, mais neutros ao paladar e finalmente mais conservaveis. Os regulamentos europeus admittem uma addição de 50 grammas por hectolitro, aqui entre nós, e pelos mesmos motivos apontados, devia-se admittir uma dose de 100 grammas.

Completoando quanto temos exposto, mais acima, somos obrigados a dizer, que dadas as condições de inferioridade das nossas cantinas, desprovidas quasi todas do mais elementar e apropriado aparelhamento para vinificar, e sobretudo para bem conservar grandes massas de vinhos, a exigencia do regulamento exigindo um maximo de 1,2 por litro de acidez volatil expressa em acido acetico, é inoportuna e contraproducente.

Como dissemos.

A maior parte das nossas cantinas actuaes são construcções de madeira, sem subterraneos, impossivel por isso de manter-se nellas uma temperatura apropriada para uma boa e efficiente conservação dos vinhos. Ainda mais: Sendo os toneis de fermentação e de conservação construidos de madeira impropria, muito resinosa e muito porosa, e não se praticando normalmente o attesto systematico do vasilhame contendo vinhos em deposito, por isso e mais por outras falhas, o Enologo mais diligente encontra-se na quasi impossibilidade de poder apresentar ao consumo, vinhos com um

anno de vida, como diminuto theor de acidez volatil exigido pelo regulamento.

Aliás voltando novamente a Nação Franca, mestra de facto de sciencia enologica, o regulamento fiscal desse paiz admittie para o consumo, os vinhos com um maximo de 2, por litro de acidez volatil expressa em acido sulphurico quasi tres em acido acetico...

E sendo assim, por qual motivo nós aqui pequenos principiantes productores de vinho, de tudo desprovidos, tendo que trabalhar com uma materia prima quasi anormal na sua composição, teremos de arcar com tamanha responsabilidade, sujeitos a cada instante de ter que enviar o vinho ao alambique, ou vel-o inutilizar pelos autoridades sanitarias, em geral boas bromatologistas mas pessimos enologos?

Comprehende-se facilmente a idéa louvavel do Governo tendente com essas medidas indirectas, afastar o colono productor de uva, do campo enologico verdadeiro, mas com toda a certeza essa medida irá suscitar reclamações e protestos por parte dos grandes industriaes e dos Enologos dirigentes.

Devendo tratar da acção dos laboratorios fiscaes nas zonas de producção vinicola, achamos opportuno affirmar que na actualidade essas repartições como tambem os Ministerios da Agricultura Estaduaes e Federal, não conhecem exactamente qual a composição natural e normal dos vinhos Patrios, pois em seus archivos não possuem material sufficiente, em facto de analyses, que possa dar uma idéa precisa sobre a verdadeira composição dos mesmos.

A infinidade de analyses efectuadas até estes momentos, sobre amostras de vinhos colhidas officialmente ou apresentadas á analyses por interessados directos, nunca representaram vinhos genuinos e puros, mas sim artigos já cortados, corrigidos bem ou mal, muitas vezes adulterados, e portanto, por tudo isso, impossivel de averiguar-se qual a composição genuina e natural.

Naturalmente torna-se difficil elaborar regulamentos sobre assumpto de tamanha importancia, e estabelecer limites, justamente por só se dispôr de bases falsas e sem fundamento scientifico.

Para poder-se affirmar positivamente se tal ou tal vinho é adulterado, se é ou não puro e genuino, para se poder decretar sobre quaes as correções necessarias e legais a serem applicadas em nossa vinificação, antes de tudo é absolutamente necessario conhecer-se com a maxima exactidão a composição analytica dos vinhos no estado

de absoluta pureza, sem cortes, adições e correções de qualquer classe e quantidade.

E não se podendo como acima affirmarmos avaliar essa condição de pureza pelos resultados obtidos com as muitas analyses até agora realizadas nos diversos laboratórios, seria absolutamente necessario se se quizer chegar a um resultado satisfactorio, iniciar-se um trabalho sério e scientifico de Laboratório, para que fossem conhecidos e estabelecidos definitivamente os valores da composição analytica de nossos vinhos.

Para chegar-se a um resultado satisfactorio, o Governo, devia, portanto, reorganizar os laboratórios já funcionando, e installar outros, dirigidos por technicos, de valor incantestavel, os quaes durante um certo numero de annos deveriam se occupar na época das colheitas, em visitar os diversos parreiraes, e retirar fartas amostras de uvas maduras.

Colhidas as amostras, seriam levadas para o Laboratório a qual deveria registrar os seguintes dados:

- 1.º — A qualidade da uva.
- 2.º — A umbicação do parreiral.
- 3.º — O nome do proprietario e o dia da colheita.

Isso feito, proceder-se-ia a uma analyse circumstanciada, determinando exactamente os elementos constitutivos, como ser:

O glucosia, os acidos, o tannino, os diversos saes, etc., etc., como tambem determinar com a maxima precisão, qual a porcentagem do mosto fornecida por uma dada quantidade de uva fresca.

Na mesma occasião uma parte da amostra da uva devia ser posta em fermentação sem applicação de correção ou addição alguma, e uma vez acabado o phenomeno fermentativo e estando transformado o mosto em vinho, se procederia a uma detalhada analyse do vinho obtido, determinando com a maxima precisão os diversos elementos contidos no liquido, como ser:

A densidade — o Alcool — os acidos, o extracto secco, a glicerina — os sulphatos — as cinzas — enfim tudo deve ser pesquisado, como tambem nessa occasião deviam ser verificadas e estabelecidas as diversas "CONSTANTES" ou relações, como ser: ALCOOL X EXTRACTO SECCO REDUZIDO — SOMMA ALCOOL X ACIDOS, ALCOOL X GLYCERINA — e mais outras que a Sciencia Enologica estabeleceu em definitivo.

Procedendo-se como temos indicado, dentro de pouco tempo, as analyses prati-

cadas tanto em colheitas boas, como em onormaes quando as condições climatericas corressem pessimas, fixariam definitivamente a composição media e normal das uvas, mostos e vinhos, tornando facil com isso, individuar a qualquer momento e com absoluta certeza, a FRAUDE quando praticada. Com os mesmos dados, poder-se-ia organizar a regionalisação dos diversos typos de vinho das diversas localidades, pois é sabido que ha zonas que por factores diversos produzem melhores vinhos e por consequente de maior valôr de outros de outras procedencias.

Mas para que esse trabalho basico e altamente scientifico dos Laboratórios organizados, pudesse dar o maximo resultado na pratica, era absolutamente necessario que o Governo Federal completasse as medidas, decretando de immediato, a unificação dos methodos de analyse, em todos os Laboratórios officiaes localisados em todo o territorio nacional, para que não aconteça como até agora, de um vinho ser considerado genuino no Estado de origem, e ser apprehendido como fraudado fóra delle. Sem essa unificação, como factor basico, nunca poderemos emprestar um valôr legal a um resultado analytico, no caso de uma controversia ou de duvidas.

Entrando agora no campo da fiscalisação, e estando tudo regulamentado officialmente, de accordo com quanto temos exposto, achamos que para proteger efficaçamente a nossa industria, deviam ser postas em pratica e applicadas com a maxima energia nas zonas de producção as seguintes medidas:

Primeiro.

Todo productor, coleno ou não, produzindo a mais de 1.000 litros de vinho por anno, isso para uso exclusivo das familias, devia ser registrado como industrial e além de pagar os impostos devidos, devia ter a sua escripta de accordo co mas imposições fiscaes, para poder ser controlada quando preciso.

Segundo.

Classificar os productores de vinho nas zonas de producção em duas categorias. A dos pequenos productores que geralmente vendem o producto vinho aos grandes Cantineiros, e a dos grandes Industriaes que exportam seus productos para todos os mercados do Brasil.

Terceiro.

Tanto o pequeno productor como o grande cantineiro, devem ser obrigados por lei

a declarar no fim da safra, geralmente, a fins de Maio:

- 1.º — A quantidade de vinho velho em stock.
- 2.º — A quantidade de uva beneficiada na fra seja comprada e a quem, como da produzida em seus parreiras.
- 3.º — A quantidade de vinho produzido, tintos e brancos.

Assim procedendo-se, e sabendo-se exactamente a composição normal das uvas, mostos e vinhos das diversas zonas de produção, e sabendo-se também qual a percentagem de vinho a obter-se de cada kilo de uva beneficiada, o productor em geral uma vez terminada a vinificação do anno, só deveria ter em sua adega uma quantidade certa de vinho, com sua composição de accordo com os indices, estabelecidos officialmente, não podendo de forma alguma apparecer augmentos illicitos, e nem modificações profundas na composição dos vinhos produzidos.

Na occasião do pequeno productor vender ao grande cantineiro o vinho de sua produção, este deveria ser obrigado antes de effectuar a entrega, a avisar o laboratorio a qual o mais rapido possivel iria prelevar as amostras necessarias para se proceder a uma analyse completa, e ao mesmo tempo verificar a exactidão do stock declarado, o qual como dissemos deverá corresponder a quantidade de uva beneficiada, seja de sua produção ou comprada a outrem.

Verificado o stock e realisada a analyse fiscal, sendo tudo encontrado e em perfeita ordem, o Laboratorio entregará ao pequeno productor uma copia authenticada da analyse, e mais uns boletins, um para cada barril de 100 litros de vinho vendido, para serem collocados nos tampos dos cascos. Sómente nessas condições é que poderia transitar o vinho nas zonas de produção, de uma cantina para outra. Nos taes boletins de traslado deveria constar o seguinte:

- 1.º — A qualidade e quantidade de vinho, se tinto ou branco.
- 2.º — O nome do productor e ubicação da adega.
- 3.º — O nome da firma compradora, e logar onde está estabelecida.
- 4.º — O numero de ordem do barril, e o numero de ordem da analyse fiscal.

5.º — Firma do director do Laboratorio.

No caso do grande productor, na occa-

sião delle dever exportar para os mercados de consumo os seus productos, antes de carregar-os em wagões, vapores, ou qualquer outro meio de transporte, deveria apresentar ao Laboratorio Fiscal da localidade, para serem submettidas a analyse, as amostras necessarias, e declarado por escripto o seguinte:

- A. — O numero de caixas ou barris a exportar.
- B. — O numero de ordem dos mesmos.
- C. — A marca.
- D. — A classe do vinho
- E. — A localisação da adega e o nome do exportador.

Emquanto o Laboratorio proceda o mais rapido possivel a analyse das amostras apresentadas, para julgar a sua ou não genuidade, e estado sanitario, deveria ser absolutamente sustada a sahida fóra da adega. Para isso, dever-se-ia decretar, que nenhum chefe de estação de estrada de ferro, commandante de vapor marítimo ou fluvial, ou o chefe de outro qualquer meio de transporte, pudesse transportar sem estar estes devidamente licenciados, pelas autoridades competentes, tornando-os responsaveis e passíveis de penas, no caso de infracção ao tal decreto, o logar do destino.

Comprovada a genuidade das amostras apresentadas á analyse, o Laboratorio deveria fornecer aos interessados, tantas guias, quanto são os volumes a exportar, que deveriam ser colladas uma em cada volume, e nas ditas guias constaria:

O numero de ordem da analyse fiscal.

O numero de ordem do vasilhame.

A classe e qualidade do vinho analysado.

Local da adega e nome da firma exportadora.

Logar de destino.

Data e assignatura do Director do Laboratorio.

Tendo o exportador tudo prompto, as guias, colladas aos volumes, poder-se-ia então iniciar o transporte para a Estação. Nesta occasião um fiscal de serviço na Estação, retiraria uma nova amostra que seria remettida immediatamente ao Laboratorio, para ser realisada uma rapida analyse de controle. Apenas os principaes elementos analyticos: Alcool, Acidez total ou Volatil, extracto secco por desinmetria.

Verificado que realmente o vinho está em absoluto accordo com as amostras apresentadas pelo exportador a analyse fiscal, neste caso poderá realizar o embarque para destino.

Escola de Horticultura Wenceslau Bello

Sua inauguração

Realizou-se no dia 15 de Maio, pela manhã, o acto inaugural da "Escola de Horticultura Wenceslau Bello", fundada pela Sociedade Nacional de Agricultura, nos terrenos do antigo, Horto Fructicola da Penha.

A solennidade teve a presença dos Srs. Odilon Braga, Ministro da Agricultura; representantes do Sr. Interventor no Districto Federal, Conego Olympio de Mello; Secretarios da Fazenda e da Educação da Prefeitura; Simões Lopes e Torres Filho, respectivamente, presidente e vice-presidente em exercicio, da Sociedade Nacional de Agricultura; Heitor Grillo, Director da Escola Nacional de Agronomia; Antonio de Arruda Camara, Creso Braga, Mario Guedes, Diogenes Caldas, Kurt Repsold Eurico Santos, R. Dias Ferreira, além de outras pessoas cujos nomes não pudemos obter. Via-se, tambem, grande numero de socios e directores da Sociedade Nacional de Agricultura.

O Sr. Torres Filho, na sala da congregação, onde se reuniram os presentes, num breve discurso, offereceu ao Brasil a primeira escola de Horticultura que se inaugurava no paiz, declarando que a Sociedade, como retribuição, desejava apenas que seus esforços fossem comprehendidos e que o exemplo fructificasse pelo paiz em estabelecimentos si-

milares, dada a importancia que a horticultura assume na vida dos povos organizados.

Em seguida, o Snr. L. Marques Poliano, Secretario da Escola procedeu a leitura da acta inaugural, em cujo pergaminho todos os presentes depuzeram as suas assignaturas.

Por fim, usou da palavra o Sr. Ministro da Agricultura, que salientou a importancia da iniciativa da Sociedade, congratulando-se com os seus directores pelo exito que os seus esforços haviam alcançado. Declarou que esse trabalho não passara despercebido ao seu Ministerio. De sua parte, disse, tinha procurado secundar a acção da Sociedade Nacional de Agricultura no sentido de levar por diante o afagado sonho de realizar aquelle instituto. Reiterava os seus propositos de prestigiar a escola, por todas as formas ao alcance do seu Ministerio, tendo então occasião de preconizar as vantagens dos auxilios indirectos aos institutos desse genero, como meio de melhor serem fiscalizados na execução dos seus planos de ensino.

Terminou congratulando-se com os Srs. Simões Lopes e Torres Filho, e apresentando-lhes as mais effusivas felicitações do Ministerio da Agricultura.

Após demorada visita aos varios pavilhões do internato, installações, salas de aula, dormitórios e refeitórios, foi servido aos presentes um "lunch", a que não faltaram as bellas

Em caso de verificar-se a pouco louvavel ideia por parte do exportador de querer ludibriar as autoridades fiscalizadoras, com querer embarcar um vinho differente do das amostras apresentadas, por ser adulterado ou alterado, nesse caso o Laboratorio deveria mandar inutilisar o vinho todo sem mais tardar, além de multas e outras penas estabelecidas.

Com essa fiscalização exercida nas zonas de produção na occasião da exportação, e havendo accordo prévio e unidade de vistas entre os diversos Laboratorios fiscaes brasileiros, facil seria o controle da chegada e destino, bastava para isso que o Laboratorio da zona productora, a cada partida de vinho apresentada á analyse, remettersse officialmente uma copia da analyse, ao Laboratorio fiscal da praça de destino.

Effectivamente, sabendo-se pelas guias colladas aos volumes, o numero da analyse original, as autoridades da praça de destino,

de pose da copia da analyse official que lhe foi remettida pelo Laboratorio de origem, na occasião de um controle, constatando modificações muito sensiveis na composição, e que revelariam a realizada fraude, deveria apprehender immediatamente o vinho incriminado e proceder a sua inutilização, fazendo incidir ao mesmo tempo pesadas multas e mais penas que fossem decretadas.

Para finalizar, com tudo, quanto temos exposto, e mesmo com as modificações cabiveis e opportunas inherentes ao nosso meio, achamos ter demonstrado que o melhoramento final e definitivo da nossa industria enologica depende da immediata intervenção do Governo Federal no assumpto, o qual baseando-se em bases scientificas e na technica perfeita, deveria tornar effectiva a applicação de regulamentos fiscaes circumstanciados e perfeitamente adaptados ao nosso ambiente e ás nossas condições peculiares.

O decreto que possibilitou a realização da Escola

"DECRETO N.º 20.294 de 12 de Agosto de 1931. Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a alienar uma parte dos ter-

dendo á conveniencia de estimular o desenvolvimento da horticultura no Districto Federal;

Attendendo a que é condição essencial para isso, promover, por todos os meios possíveis, o ensino dessa especialidade da exploração agrícola, compreendendo a fruticul-

Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA



Busto de bronze do illustre brasileiro, inaugurado em frente aos pavilhões principaes da Escola.

renos do Horto Fruticola da Penha e dá outras providencias.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, atten-

tura, a floricultura e a hortalicultura;

Attendendo a que a Sociedade Nacional de Agricultura se propõe a realizar esse ensino no Horto da Penha, fundando para esse

fim, uma Escola Prática de Horticultura, desde que lhe seja permittido alienar uma parte dos terrenos do mesmo Horto e applicar o producto da renda na alludida fundação; e

Attendendo, finalmente, a que a Sociedade, pelos seus antecedentes, já demonstrou possuir a idoneidade necessária para levar a effeito o plano de ensino a que se propõe, decreta:

Art. 1.º — Fica a Sociedade Nacional de Agricultura, com sede nesta Capital, autori-

Art. 3.º — A Sociedade Nacional de Agricultura se obrigará, mediante contracto assignado com o mesmo Ministerio, a executar o plano por elle approvado e a submeter igualmente á sua approvação o regulamento da Escola e as alterações que, de futuro, nelle tiverem de ser feitas.

Art. 4.º — A Sociedade Nacional de Agricultura, mediante accordo com o Ministerio da Agricultura, admittirá, na Escola, alumnos estagiarios e internos, recebendo uma do-



Pavilhão "Miguel Calmon" — Laboratorios, Gabinete e Salas de aulas.

zada a alienar uma parte dos terrenos, até quinze (15) hectares, da area total occupada pelo Horto Fruticola da Penha, conforme doação que á mesma foi feita pela Fazenda Federal, por escriptura de 3 de abril de 1918, lavrada no 9.º officio de notas desta Capital.

Art. 2.º — O producto dessa venda será empregado em beneficio da remodelação do Horto para transformal-o numa Escola Prática de Horticultura com a denominação de "Wenceslau Bello", cujo plano de installação deverá ser previamente submettido á approvação do Ministerio da Agricultura.

tação annual por alumno matriculado, logo que, para esse fim, exista verba propria.

Art. 5.º — No regulamento de que trata o art. 3.º deverá ser previsto o ensino profissional de horticultura, em cursos rapidos e gratuitos, em proveito dos pequenos lavradores do Districto Federal e suas proximidades, sem prejuizo dos demais cursos que forem realizados na Escola.

Art. 6.º — A Sociedade Nacional de Agricultura, logo depois de publicado o presente decreto, submeterá á approvação do Ministerio da Agricultura uma planta dos ter-

renos do Horto da Penha, com indicação da area a ser alienada.

§ 1.º — A alienação dessa area de terrenos poderá ser feita englobadamente ou em lotes, como for mais conveniente; devendo, porém, ser annunciada com a antecedencia de 30 dias pelo menos, de modo que os interessados tenham pleno conhecimento das condições preestabelecidas para a venda, quer da area total, quer dos lotes em que esta for dividida.

ou construcção de um predio para a sua sede social.

Paragraphe unico — Tanto no caso de aquisição como no de construcção será ouvido o Ministerio da Agricultura e só depois de sua autorização poderá a Sociedade utilizar-se do saldo acima referido.

Art. 8.º — Em caso de extinção ou dissolução da Sociedade tanto o predio a que se refere o artigo anterior, como as cons-



Pavilhão Simões Lopes (domitórios, refeitórios, bibliotheca, salas de administração, etc.).

§ 2.º — O producto da venda será immediatamente recolhido ao Banco do Brasil e a sua applicação obedecerá ás condições do contracto previsto no art. 3.º

Art. 7.º — Uma vez remodelado o Horto e montada a Escola Pratica de Horticultura, com todo o aparelhamento e material necessarios ao seu completo funcionamento, o saldo da importancia resultante da venda ora autorizada poderá ser applicado pela Sociedade Nacional de Agricultura na aquisição

truccões, bemfeitorias e mais bens existentes no Horto da Penha reverterão ao Patrimonio Nacional sem onus algum para os cofres publicos.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1931,
110.º da Independencia e 43.º da Republica.

Getulio Vargas
J. F. de Assis Brasil"

Regimento interno

O Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, dentro das attribuições que lhe conferem os Estatutos resolve APPROVAR o seguinte Regimento Interno a ser obedecido no funcionamento da Escola de Horticultura Wenceslau Bello:

CAPITULO I

Da Escola e sua direcção

Art. 1.º—A Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura no Horto Fruticola da Penha, Districto Federal, se destina ao ensino, eminentemente profissional da horticultura em suas varias modalidades de accordo com este Regimento e com o plano de remodelação approved em portaria do Sr. Ministro da Agricultura, de 2 de Outubro de 1932.

Art. 2.º—O ensino na Escola é gratuito.

Art. 3.º—A Escola, como dependencia da Sociedade Nacional de Agricultura, é por esta orientada e dirigida, é administrada por um director nomeado pelo Presidente da Sociedade, que tambem nomeará e demittirá os funcionarios necessarios.

Art. 4.º—A Escola é um organ independente do Horto da Penha e, como tal, deverá manter organização administrativa propria, inclusive quanto á parte contabilistica e financeira.

CAPITULO II

Da admissão dos alumnos

Art. 5.º—A admissão aos cursos regulares da Escola se dará mediante requerimento do candidato ao Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, no qual devem ser obrigatoriamente declarados: o nome, a naturalidade, a filiação e a idade, e acompanhado dos seguintes documentos:

- 1) —autorização do pae ou responsavel, com a declaração de que se compromette a responder pelo fornecimento do enxoval, e de que acceita todas as disposições deste Regimento, com a firma reconhecida;
- 2) —certidão de idade, que prove ser o candidato maior de 15 e menor de 18 annos;

3) —attestados de vaccina e de saúde, provando não soffrer o candidato de molestias infecto-contagiosa e de ter aptidão physica para os trabalhos do campo;

4) —attestado de boa conducta, passado por autoridade competente;

5) —certificado de aprovação no curso primario de estabelecimento official ou de aprovação em exame de admissão.

Art. 6.º—O Presidente da Sociedade, excepcionalmente, poderá permittir a admissão de alumnos com idade superior á referida no item 2 do art. 5.º, exigindo, para estes, entretanto, prova de quitação com o serviço militar.

Art. 7.º—O candidato á matricula nos cursos regulares deve ser brasileiro nato.

Art. 8.º—Fixado o numero de vagas pela Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, e verificado que o numero de requerimentos de inscripção é superior áquelle, a Directoria da Escola organizará uma banca composta de tres membros, inclusive o Director, que a presidirá afim de seleccionar os mais aptos entre os candidatos á matricula.

Art. 9.º—Em igualdade de condições, terão preferencia para a matricula os filhos dos agricultores em pleno exercicio da profissão.

Art. 10.—para os cursos temporarios, a direcção da Escola exigirá apenas a prova de que o candidato é lavrador, que é idoneo e que sabe ler, escrever e contar.

Art. 11.—O material necessario aos alumnos dos cursos temporarios como instrumentos agricolas manuaes serão por estes fornecido, de accordo com a lista que no momento da matricula lhes será entregue pelo Director. Esse material é de plena propriedade do alumno, que o levará consigo após a terminação do curso.

CAPITULO III

Dos Cursos

Art. 12.—O ensino da horticultura, em suas especialidades, abrangerá, na Escola, a horticultura propriamente dita, a floricultura, a saber:

- a) —em cursos temporarios ou de estagios;
- b) —em cursos permanente ou regulares.

Art. 13.—Os cursos temporarios destinam-se aos lavradores que, apesar de iniciados nos trabalhos ruraes, precisam de certos esclarecimentos technicos que melhor os orientem nas praticas do officio.

Art. 14.—Os cursos temporarios visam o preparo de hortelões, de fruticultores e de jardineiros praticos, conforme o plano de ensino estabelecido pela administração da Escola.

§ Unico.—Póde a direcção da Escola, ouvida a directoria da Sociedade Nacional de

- 2) — Mathematica elemental
- 3) — Historia do Brasil
- 4) — Desenho geometrico
- 5) — Sciencias physicas e naturaes

- a) — noções de physica
- b) — noções de chimica
- c) — noções de geologia
- d) — noções de botanica

- e) — noções de botanica

B) — *Materias de applicação :*

- 1) — Mathematica applicada :



Visla parcial da Escola, vendo-se os edificios principaes e jardins

Agricultura, crear outros cursos temporarios como os de apicultores, de avicultores, de citricultores, etc.

Art. 15.—Os cursos permanentes correspondem ao ensino do officio de *Horticultor* e se destina aos moços de preferencia filhos de agricultores, nas condições estabelecidas no capitulo II deste Regimento.

Art. 16.—O ensino comprehende as seguintes disciplinas, estudadas em suas applicações á horticultura :

A) — *Materias fundamentais :*

- 1) — Geographia do Brasil

- a) — noções de agronomia
- b) — noções de contabilidade
- c) — noções de desenho á mão livre

2) — *Sciencias physicas e naturaes applicadas :*

- a) — noções de agrologia
- b) — noções de agricultura
- c) — noções de entomologia
- c) — noções de phytopathologia
- e) — horticultura
- f) — fruticultura
- g) — floricultura.

Art. 17—As disciplinas acima são distribuídas em tres annos, sendo um de curso preliminar e dois de applicação, divididos em semestres :

A) — *Primeiro anno* (preliminar)

1.º Semestre

- 1) — Portuguez
- 2) — Mathematica elementar (arithmeticamente e noções de algebra e geometria)
- 3) — Noções de agricultura
- 4) — Desenho
- 5) — Geographia do Brasil
- 6) — Trabalhos praticos

2.º Semestre

- 1) — Portuguez
- 2) — Agronomia
- 3) — Historia do Brasil
- 4) — Desenho
- 5) — Noções de zootechnia
- 6) — Trabalhos praticos.

B) — *Segundo anno* — (Applicação)

1.º Semestre

- 1) — Noções de botanica
- 2) — Noções de physica e de chimica
- 3) — Noções de geologia e agrologia
- 4) — Horticultura geral
- 5) — Desenho
- 6) — Trabalhos praticos

2.º Semestre

- 1) — Botanica
- 2) — Zoologia
- 3) — Noções de genetica
- 4) — Horticultura geral
- 5) — Apicultura
- 6) — Noções de entomologia e phytopathologia.
- 7) — Desenho
- 8) — Trabalhos praticos.

C) — *Terceiro anno* (Applicação)

1.º Semestre

- 1) — Horticultura
- 2) — Fruticultura
- 3) — Jardinocultura
- 4) — Industrias ruraes
- 5) — Avicultura
- 6) — Contabilidade
- 7) — Desenho
- 8) — Trabalhos praticos.

2.º Semestre

- 1) — Horticultura
- 2) — Fruticultura
- 3) — Jardinocultura
- 4) — Industrias ruraes
- 5) — Construcções ruraes
- 6) — Contabilidade
- 7) — Desenho
- 8) — Trabalhos praticos.

Art. 18—O programma do ensino, e o modo pelo qual será ministrado, obedecerá ao plano organizado pelo Director e aprovado pela Directoria da S. N. A.

CAPITULO IV

Dos exames

Art. 19—Os exames constantes das disciplinas do curso regular serão semestraes e annuaes, realizando-se os primeiros em fins de Junho e os ultimos de 1.º de Novembro a 1.º de Dezembro.

Art. 20—De todas as materias, frimensalmente, haverá provas parciaes sobre cada uma das disciplinas ensinadas, constando essas provas de exercicios praticos e escriptos. os quaes serão julgados pelo professor e pelo director.

Art. 21—Os exames finais consistirão de provas praticas e oraes.

Art. 22—O exame pratico precede o exame theorico e a sua inhabilitação não permitirá a entrada nos exames subsequentes, sendo, neste caso, o alumno obrigado a repetir o anno.

Art. 23—O alumno reprovado num anno e repetente em caso de nova reprovação, será automaticamente desligado da Escola.



Outra vista parcial da Escola, vendo-se no primeiro plano, um cafeeiro plantado pelo Ministro Cédilon Braga.

Art. 24.—Os exames dos cursos temporários constarão apenas de provas práticas e se realizarão por turmas, em datas designadas opportunamente pela direcção da Escola.

Art. 25.—Os alumnos do curso regular que tiverem sido approvados em todas as materias receberão, ao fim deste, um diploma de HORTICULTOR, assignado pelo Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e pelo Director da Escola.

§ Unico — Aos diplomados pela Escola de Horticultura Wenceslau Bello, a Sociedade dará preferencia absoluta para o preenchimento dos cargos que se verificarem no quadro dos funcionarios da Escola e do Horto, de accordo com as suas aptidões e vocação.

CAPITULO V

Do regimen escolar e da disciplina

Art. 26.—O regimen da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, para os cursos regulares, é o internato.

§ Unico — Preenchido o numero de vagas no internato, poderão ser admittidos alumnos ao curso regular no regime de externato.

Art. 2 —A Escola é gratuita e como tal, proporcionará aos seus alumnos o ensino, a alimentação e a estada durante o tempo do curso.

Art. 28.—Os alumnos são praticamente da Escola de Horticultura e do Horto Fruticola, ahí trabalhando como operarios, dentro dos horarios e das normas traçadas pelo director e approvadas pela Sociedade Nacional de Agricultura.

§ Unico—Dentro dos recursos da Sociedade, e se assim o resolver a Directoria, poderá ser estabelecido um salario modesto a titulo de premio, conforme a capacidade e o aproveitamento de cada um. Esse salario será depositado pela Sociedade em estabelecimento de credito em nome do beneficiario, o qual só o poderá retirar quando terminado o curso.

Art. 29.—A disciplina será mantida pelo director e seus auxiliares, os quaes, toda vez que julgarem preciso, solicitarão a presença dos responsaveis, pedindo-lhes a co-participação para os correctivos impostos aos alumnos indisciplinados ou pouco applicados.

§ Único.—Independentemente desses processos suatorios, a direcção da Escola poderá applicar as seguintes penalidades :

- a) —advertencia verbal ou escripta;
- b) —multa (no salario de que trata o art. 2.º),
- c) —exclusão; e
- d) —expulsão.

Art. 30.—A administração da Escola, logo após a admissão e o inicio dos cursos, dará a cada alumno, sem prejuizo dos trabalhos do curso e das aulas, a incumbencia de zelador ou responsavel pelas varias dependencias da Escola (bibliotheca, museu, aviario, apiario, estabulo, officinas, etc.), estabelecendo o rodizio entre todos, de forma que, terminado o curso, tenha o alumno uma noção pratica dos serviços administrativos do estabelecimento.

CAPITULO VI

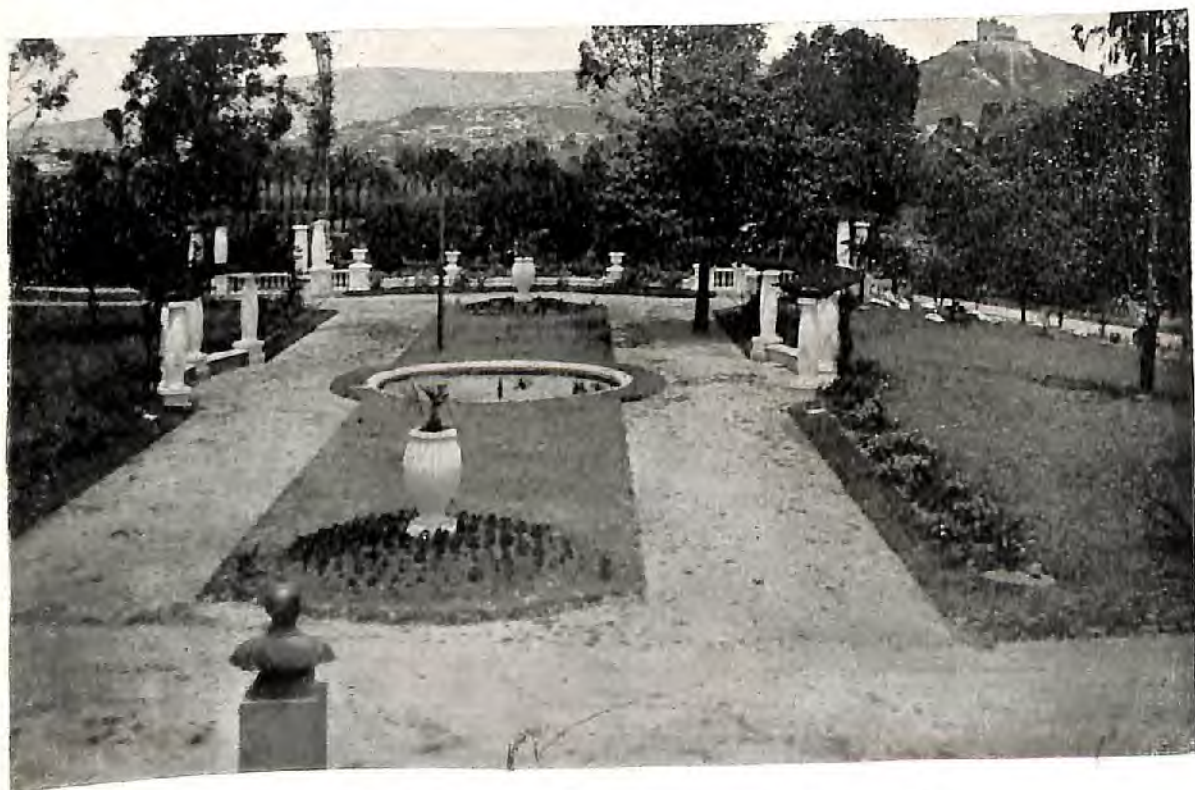
Disposições geraes e transitorias

Art. 31.—As ferias escolares e os intervallos dos semestres serão estabelecidos pela administração da Escola, ouvida a Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Art. 32.—A administração da Escola, tendo em vista a experiencia do primeiro anno lectivo proporá, á Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura as alterações aconselhadas pela pratica ao presente Regimento.

Enxoval

- 3 lenções,
- 6 fronhas,
- 2 colcha, brancas,
- 1 cobertor,
- 3 macacões de mescla azul,
- 1 uniforme de zuarte azul (calça, blusa e gorro).
- 1 costume de brim kaki (cullote e paletot),
- 1 par de pernas pretas,
- 1 " " borzequins pretos (de vaqueta),
- 1 " " tamancos,
- 1 " " chinellos,
- 2 camisas brancas, com collarinho,
- 1 Gravata preta,
- 4 cuecas,
- 1 Chapéo de feltro, typo escoteiro,
- 2 calções de banho,
- 1 Escova de dente,
- 1 Pente,
- 3 toalhas de rosto,
- 2 toalhas de banho.



Vista parcial do jardim "Arsène Pullemans"

A visita do Snr. Fernando Costa, Ministro da Agricultura



Um grupo tirado durante a visita: dentre outros, os Snrs. Fernando Costa, Simões Lopes, Torres Filho, Newton Cavalcanti e Landulpho Alves

O Sr. Ministro da Agricultura, conforme estava annunciado, visitou hontem a Escola de Horticultura Wenceslau Bello, fundada pela Sociedade Nacional de Agricultura no Horto Fruticola da Penha e actualmente em funcionamento. Especialmente convidado pela Directoria, compareceu tambem o Snr. General Newton Cavalcanti, contando-se entre os presentes o Sr. Ildefonso Simões Lopes, o Sr. Arthur Torres Filho, Vice-Presidente em exercicio da Sociedade, o Sr. Arlinda Camara, Director da Escola, o Sr. Landulpho Alves, Director do Departamento Nacional de Produccão Animal, e outros, que não pudemos annotar, entre os quaes, technicos, funcionarios do Ministerio da Agricultura, além de numerosos lavradores, representantes das associações de classes do Districto Federal.

Após a visita demorada às installações da Escola, o Sr. Fernando Costa, sempre acom-

panhado do General Newton Cavalcanti, assistiu às aulas ministradas às turmas de alumnos do Curso de Defesa Sanitaria Vegetal, mostrando-se vivamente interessado por tudo quanto vira.

Durante cerca de tres horas permaneceram os illustres visitantes na Escola e suas dependencias e campos de cultura, tendo, ac fim, sido servido um "lunch", durante o qual o Sr. Arthur Torres Filho pronunciou as seguintes palavras:

Senhor Ministro,

E' com justificado orgulho que a Sociedade Nacional de Agricultura recebe a visita de V. Exa. na Escola de Horticultura Wenceslau Bello — fruto de um esforço continuado que só a tenacidade e o desejo de fazer alguma cousa de concreto e de util permittiram realizar.

Esta Escola substitue hoje o antigo aprendizado Agrícola que aqui funcionou durante tantos annos, e de onde partiram, para as lides da Agricultura, na sua mais alta expressão, alguns jovens que hoje occupam elevadas posições no mundo agronomico brasileiro. Teve esse Aprendizado, naquella epoca, a função de descobrir vocações, quando ainda a sciencia agronomica estava iniciando os seus primeiros passos no Brasil. Ao lado dessa função, realizou o Horto da Penha, que era a parte pratica do Aprendizado, a diffusão das boas mudas, principalmente das do genero "citrus" podendo-se, sem receio de contestação, affirmar que todos os pomares do Districto Federal e do Estado do Rio vieram das plantas-mãe distribuidas durante tão longo periodo pela Sociedade. Por muito tempo, o Horto preencheu, officialmente — e para isso recebia auxilio pecuniario do antigo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — o papel que hoje desempenham as estações experimentaes do Governo Federal e dos Estados, nessa parte de distribuição de mudas e de sementes.

Cessado o auxilio official, ficou o Horto durante muito tempo com a sua acção um tanto restricta, embora continuasse o serviço de distribuição e o proprio Aprendizado. O desenvolvimento da agricultura e, em especial, da pomicultura, levaram a Sociedade a cogitar de dar ao Horto feição mais condizente com a sua finalidade, nascendo dahi a idéa da creação da Escola que hoje apresentamos. Foi ao tempo do Dr. Ildefonso Simões Lopes, Presidente da Sociedade. Os recursos para a construcção foram obtidos com a venda de 15 hectares de terreno, dos menos proprios a cultura, e que produziram a somma de 510:000\$000. — O então Chefe do Governo Provisorio e actual Presidente da Republica, o benemerito Dr. Getulio Vargas, dando positiva demonstração da perfeita comprehensão que tem dos nossos problemas economicos, não regateou o seu decisivo apoio á iniciativa, e foi graças a S. Exa. que se tornou possivel aquella operação, pelo Decreto 20.294, de 12 de Agosto de 1932, autorizando a venda daquella área e delineando a orientação a ser dada ao estabelecimento.

Com essa verba, lançou-se a Sociedade á construcção, aproveitando, tanto quanto possivel, as antigas installações. Alguns dos pavilhões que ahi estão, modernos e confortaveis, assentam sobre bases dos antigos edificios do velho Aprendizado. A exiguidade da verba e as exigencias das construcções, as

obras de irrigação e de abastecimento de agua, movimento de terras, estradas, e uma infinidade de trabalhos outros que surgiam á medida que avançava a construcção, obrigaram a Sociedade a despende, dos seus recursos proprios, cerca de 100:000\$000, attingindo o total de cerca de 600:000\$000, que é em quanto ficou toda a obra. Esse valor, e mais o que se representa em machinas, construcções e installações já existentes, cercas e os 45 hectares da área do Horto, elevam o patrimonio da Escola Wenceslau Bello e a cifra nunca inferior a 3.000 contos de réis.

E' esta grande somma de trabalho, conservada e accrescida durante quasi quarenta annos, que a Sociedade Nacional de Agricultura offerece aos agricultores do Brasil, para o seu aperfeiçoamento e como exemplo para outras zonas populosas, tão necessitadas de boa Horticultura quanto maior quantidade e melhor qualidade são exigidas á medida que vão crescendo as respectivas populações.

O Districto Federal, grande consumidor de generos da pequena lavoura, tem o seu abastecimento deficiente. O que se produz dentro dos seus limites é pouco, de má qualidade e de preço elevado. Recorre habitualmente ás zonas productoras circumvizinhas, abastecendo-se de determinados productos de lavoura mais exigente, em São Paulo — até em Minas Geraes.

Desenvolver essa producção num sentido de qualidade e de quantidade, aproveitando as grandes áreas incultas e ferteis da Capital e sobretudo da Baixada Fluminense, é o papel desta Escola, que se destina ao preparo dos seus futuros exploradores.

E' vencendo maiores difficuldades financeiras que vimos realizando esta obra, com os olhos fitos no Brasil. Não nos move, como não moveu nunca aos grandes brasileiros que passaram pela Sociedade, e aos quaes tenho a honra de succeder, nenhum interesse immediato, mas o supremo interesse da Patria, atravez o beneficio, o estimulo e a approximação da laboriosa classe rural.

A visita de V. Exa., Sr. Ministro, é para nós, que aqui vimos trabalhando silenciosamente, uma demonstração de que o actual Ministro da Agricultura — agronomo dos mais illustres e conhecedor perfeito dos problemas economicos brasileiros — não deixará que a Escola de Horticultura Wenceslau Bello fique aquém dos seus altos objectivos. A Sociedade e a classe dos pequenos lavradores, aqui representada, e para a qual realizamos a Escola, estão certas de que V. Exa.

lhes dará todo o seu apoio afim de que o ensino aqui proporcionado, não se limite ao ambito dos cursos rapidos, tão beneficos embora, mas se dirija tambem para o terreno amplo da Horticultura, nos moldes da orientação traçada pelo Regimento Interno, da Escola.

A capacidade do estabelecimento é sufficiente para uma turma de internos que pôde ir até a 200 alumnos. A Escola ahi está, com todas as suas installações, os seus planos, os

O Sr. Ministro da Agricultura, a seguir, pronunciou o seguinte discurso :

Meus snrs.

Agradecendo cordialmente o generoso acolhimento que me dispensastes e o prazer que me proporcionastes com a visita a esta Escola, quero, antes de tudo, manifestar á Sociedade Nacional de Agicultura, nas pessoas dos Snrs. illustres Presidente e Vice-



O Snr. Ministro da Agricultura, acompanhado do Director da Escola e de outros, percorre os terrenos do estabelecimento.

seus gabinetes iniciados embora, modestamente, os seus campos de cultura e de demonstração. Por que não aproveitar tão uteis elementos, se a vocação para esse ramo de conhecimentos existe, como temos podido demonstrar no interesse com que têm sido acolhidos os cursos já realizados?

A Sociedade Nacional de Agricultura agradece desvanecida a presença de V. Exa. e confia plenamente no espirito patriótico do Governo da Republica, aqui tão bem representado pelo seu illustre Ministro da Agricultura que, estamos certos, amparará, por todos os meios ao seu alcance, a Escola de Horticultura Wenceslau Bello.

Presidente, meus presados amigos, Drs. Simões Lopes e Torres Filho, minha magnifica impressão por tudo quanto tive a oportunidade de ver e de observar.

Esta Escola, meus snrs. é uma affirmação solemne de quanto pôde a iniciativa privada, animada pelo proposito ardente de bem servir a Patria, no campo da agricultura.

Não é de hoje que venho acompanhando, com vivo interesse, os trabalhos perseverantes de vossa sociedade.

Sua actuação não se fez sentir apenas na liça da propaganda e da diffusão agricola.

Foi mais longe, estendendo-se ao terreno pratico, como falla bem alto esta Escola, ex-

poente grandioso de sua extraordinaria actividade.

De sua grande importancia, principalmente para a nossa Capital, é uma affirmação indiscutivel a deficiencia e má qualidade dos generos, de que se provê a sua densa população.

Si o abastecimento de uma grande capital depende de multiplos factores, de nenhum d'elles será possível se cogitar, sem que primeiramente se cuide da producção abundante, barata e de qualidade superior.

Urge incentival-a e amparal-a, facilitando aos que a ella se dedicm todos os meios para tal fim necessarios, inclusive a assistencia technica agronomica. Tal é, meus snrs., um das finalidades da Escola Wenceslau Bello, á qual, como Ministro da Agricultura, louvo e hypotheco todo o meu apoio.

Bem andaria este utilissimo e modelar estabelecimento de ensino agricola, creando uma secção feminina, nos moldes dos que existem nas escolas de outros paizes, com o objectivo de ministrar ás nossas jovens pa-



Os Snrs. Fernando Costa e General Newton Cavalcanti ouvem interessados, o Dr. Simões Lopes, idealizador da Escola.

Para isso, necessario se torna que o producer *saiba produzir*, isto é, que para tal, o conduzam,

E é para satisfazer a esse objectivo que se fundou e se mantem esta Escola de Horticultura.

Enorme, sem contar á "Baixada Fluminense" depois de saneada é a area cultivavel do Districto Federal.

Já bastante grande é a população da nossa Capital, a exigir, todos os dias, augmento de consumo e de melhoria dos generos.

Não é, pois, concebivel que se descuide da pequena lavoura.

tricias os conhecimentos de jardinagens, de horticultura, de apicultura, de sericultura de lacticinios, etc., de modo a poderem auxiliar seus futuros maridos, na vida afanosa do campo.

Ninguém mais do que a mulher, afeita á vida rural, poderá muito contribuir para fixar o homem ao campo.

E esta Escola, offerece, perfeitamente, um ambiente propicio para a realisação disto que tomo a liberdade de vos lembrar.

Sendo de meu programma auxiliar, em tudo quanto puder, a pequena lavoura, não

posso deixar de ter em alta conta a iniciativa desta benemerita Sociedade.

Aos seus illustres, dignos e operosos Directores, e aos lavradores aqui presentes, apresento, com as minhas vivas e sinceras congratulações os votos, que formulo, porque continuem, sem desfallecimentos, nesta grande obra encetada, de elevado alcance para o paiz e, por isso mesmo, digna de elogios e de sympathia.

paiz, q

seus ac

necessi

como h

no Nordeste, para onde deveriam levar os conhecimentos adquiridos nos cursos da Escola, afim de melhorar e aperfeiçor o legado recebido do indio e do colono. Taes conhecimentos, terminou S. Exa., sommados aquelles que recebiam na caserna, contribui-



Estabulo com capacidade para 24 animaes.

Na occasião em que todos se retiravam, o Director da Escola apresentou ao Sr. General Newton Cavalcanti uma turma de alumnos composta de um official, sargentos e praças do Exercito, além de um marujo, tambem estudante de Agronomia, tendo S. Exa. occasião de pronunciar palavras de incentivo á intenção que, assim, revelavam. Os homens—disse—sómente são uteis ao seu

riam para formar integralmente, o homem de trabalho em cujo ramo de actividade prestariam os melhores serviços ao Brasil.

Assim terminou o expressivo comicio agricola de domingo na Escola Wenceslau Belo, sendo unanime a approvação de todos quantos alli estiveram á orientação que vem sendo imprimida ao ensino pela direcção da Escola.

poente grandioso de sua extraordinariedade.

De sua grande importancia, principalmente para a nossa Capital, é uma affi-

Logo após a inauguração da Escola de Horticulura Wenceslau Bello, a Directoria da Sociedade na impossibilidade de iniciar os Cursos Regulares de Horticultor — seu principal objectivo, resolveu, de accordo com o Regulamento, estabelecer uma serie de cursos rapidos, em 12 lições, sendo o primeiro delles o que encabeça a presente noticia.

O Relatorio do Director da Escola, Dr. Antonio de Arruda Camara, que a seguir publicamos, esclarece perfeitamente sobre o que foi essa primeira projecção, no campo da ensino, da Escola de Horticulura Wenceslau Bello :

Primeiro Curso de Enxertia

Relatorio do Director da Escola

Cumprimos o dever de trazer ao conhecimento da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, em ligeiro relato, os resultados obtidos no primeiro curso rapido que vem de ser ministrado na Escola de Horticulura "Wenceslau Bello".

Abertas as inscrições, apenas no decurso de uma quinzena, matricularam-se 44 candidatos sendo, posteriormente, admittido, como ovinente, mais um, elevando-se, a 45 o numero de inscrições.

As aulas foram iniciadas no dia 4 de Julho e encerradas no dia 19 de Setembro, e realizadas aos domingos, das 8½ ás 11½ da manhã.

Attendendo ao caracter pratico impresso ao Curso de Enxertia, foram os candidatos inscriptos distribuidos em tres turmas, ficando, cada uma, a cargo de um professor.

A frequencia ás aulas, foi de 35 alumnos, porém, destes, apenas 30 foram chamados a exame, isto por se haver, previamente, estabelecido uma tolerancia maxima de tres faltas para todo o curso.

Só fez exame pratico-oral quem frequentou o curso e alcançou o indice de frequencia previsto. Não houve excepções, — contrariámos, como premio á assiduidade, todas as pretensões.

Releva notar, entretanto, que, dos trinta assiduos, a quasi totalidade registou frequencia absoluta.

Entre os que frequentaram, regularmente, o curso, fizeram exame e foram aprovados,

figuram lavradores, trabalhadores ruraes, estudantes, militares e funcionarios publicos civis. O maior coefficiente de inscrições coube a pequenos proprietarios ruraes e o menor ao funcionalismo publico.

Quanto aos estudantes, compareceram em maior numero, de agronomia e horticulura que, com dois de curso secundario, constituiram uma das turmas — a confiada ao Professor Geraldo Goulard da Silveira.

As duas outras estiveram, respectivamente, a nosso cargo e do Professor Manoel Paulino Cavalcanti.

Coube-nos orientar o preparo da turma em que predominavam os trabalhadores ruraes.

Ao meio do curso perdemos a collaboração prestimosa do seu maior animador — o Professor Mancel Paulino Cavalcanti — figura veneravel de educador e de agronomo, a quem muito deve a agricultura nacional.

Foi a sua turma incorporada ás duas outras.

Terminado o curso procedeu-se aos exames tendo o Serviço de Fruticultura concorrido com um dos seus technicos — o Dr. Altino de Azevedo Sodré para compor a banca examinadora, que foi constituida de quatro membros, dois dos quaes extranhos ao curso.

O criterio adoptado pela banca examinadora foi rigoroso — consistindo a prova pratica na feitura de tres enxertos, um de cada classe, á escolha do alumno, e, a prova oral na descripção e justificativa do trabalho feito. Não seriam approvados os examinandos que obtivessem nota inferior a cinco.

Considerou-se, no julgamento, além do preparo e pericia revelados, o coefficiente de frequencia.

Os resultados apurados, conforme se verifica da respectiva acta, revelam que dos trinta approvados um obteve grão 10, dois 9,50, cinco 9, seis 8,50, quatro 8, seis 7,50, tres 6, um 5,50 e, apenas um, grão 5, o minimo estabelecido.

A prova de pericia apresentou indices interessantes, regisando-se, na execução, records de 5'30" para encostia, 1'50" para garfagem e 2" para borbulhia.

Desejamos que fique consignado o interesse dos alumnos pelo curso, porfiando, cada qual, em attenção e boa vontade.

Não ha, entre elles, um só desattento.



Mesa que presidiu a sessão de entrega dos certificados aos primeiros enxertadores praticos da Escola de Horticultura Wenceslau Bello. Ao fundo, de pé, os enxertadores.

Com essa observação, muito lisongeira para mestres e alumnos, cabe-nos a satisfação de apresentar á Sociedade Nacional de Agricultura os primeiros fructos da arvore que plantou — a Escola de Horticultura "Wenceslau Bello".

Antonio de Arruda Camara
Director

—o—

RELAÇÃO DOS ALUMNOS APPROVADOS NO "CURSO DE ENXERTADORES"

Nome	Grac		
Antonio de Araujo Aguiar	10,60	Antonio Coelho de Souza Aranha .	8,50
Manoel Coutinho dos Santos	9,50	Maximiano Baptista	8,50
Adriano Dantas	9,00	Fernando Henrique Pereira	8,50
Honorio da Costa Monteiro Netto .	9,00	José Henrique Fernandes Filho	8,50
Alberto Fernandes Alves de Barros	9,00	Manoel Bezerra de Oliveira Lima	
Dante Camara Neiva	9,00	Sobrinho	8,50
Joanna Arruda Camara	9,00	Paulo A. de Mattos Araujo	8,50
Braz de Almeida Antas	9,00	Carlos Provenzano	8,00
		José Clemente dos Santos	8,00
		Altamiro Barbosa Pereira	8,00
		Randolpho Garcia de Abreu	8,00
		Pedro Clemente Ribeiro	7,50
		Francisco Munhoz Bellar	7,50
		Pichara Boneri Filho	7,50
		Julio Junqueira de Aquino	7,50
		Oscar Gomes Jobim	7,50
		Manoel Ignacio Torres	7,50
		Joaquim Victor Barbosa	6,50
		Wolgrand Cardoso	6,50
		Julio da Costa Theophilo	6,00
		João Vieira	6,00
		Alberto Antonio Maria Vassié	5,50
		Geminiano Mendes de Britto	5,00

Curso de defesa sanitaria vegetal

Terminado o curso de Enxertadores, e dados os bons resultados alcançados, promoveu a direcção da Escola a realização de um Curso de Defesa Sanitaria Vegetal, de cujas aulas se incumbiram, patrioticamente, os technicos do Serviço de Defesa Sanitaria Vegetal do Ministerio de Agricultura, Profs. João Henrique Raeder, Dr. Manoel Fadigas de Souza e Dr. Mario de Araujo Marques.

O programma organizado foi o seguinte :

- 1.^a Aula—Considerações geraes sobre fungos, insectos, acarinos, etc.
- 2.^a Aula—Limpeza das plantas, tratamento de troncos e raizes (gombose, cirurgia vegetal, brôca, etc.). Accessorios para
- 3.^a Aula—Preparo e emprego das pastas para desinfecção e protecção dos troncos e cortes.
- 4.^a Aula—Pulverizadores e polvilhadores. Escolha dos typos em funcção do terreno e condições de cultura. Vassouras de fogo. Injectadores typo "Pal-Vermorel".
- 5.^a Aula—Montagem, desmontagem e conservação dos aparelhos e instrumentos de defesa agricola.
- 6.^a Aula—Preparo e emprego da calda bordaleza. Reconhecimento da materia prima. Fungicidas commerciaes.
- 7.^a Aula—Preparo e emprego da calda sulfocálcica. Reconhecimento da materia prima. Solbar. Enxofre e enxofragem.
- 8.^a Aula—Preparo e emprego das emulsões de oleo, kerozene e nicotina. Reconhecimento da materia prima. Oleos misciveis.
- 9.^a Aula—Preparo e emprego das caldas arsenicaes. Reconhecimento da materia prima. Iscas envenenadas. Mosqueiros.

10.^a Aula—Combate biologico. Reconhecimento dos principaes fungos e insectos beneficos. Vantagens e do enterrio das laranjas lesionadas pelas moscas e micro-lepidoptero. Utilidade dos fossos providos de tampas teladas.

11.^a Aula—Combate á saúva e outras

12.^a Aula—formigas.

—

Inscreveram-se no Curso as seguintes pessoas :

1—Michael Sayer, Lavrador; 2—Julio da Costa Theophilo, Funcionario federal; 3—José Clemente dos Santos, Estudante de Agronomia; 4—Humberto Murteral de Cerqueira, Militar; 5—José Ferreira Pinto, Medico Veterinario; 6—Possidio Gomes Campos, Technico de laboratorio; 7—Olga Meneses, Professora primaria; 8—Adriano Dantas, Agricultor; 9—Boris Chairderman, Estudante de Agronomia; 10—Dante Camara Neiva, Estudante de Agronomia; 11—Geminiano Mendes de Britto, Funcionario da S. N. A.; 12—Honorio da Costa Monteiro Netto, Estudante; 13—Joanna de Aruda Camara, Estudante; 14—Joaquim Victor Barbosa, Jardineiro; 15—José Marques Sarabanda, Architecto; 16—Julio Junqueira de Aquino, Agricultor; 17—Manoel Bezerra de Oliveira Lima Sobrinho, Estudante; 18—Maximiniano Baptista, Trabalhador rural; 19—Randolpho Garcia de Abreu, Empregado da S. N. A.; 20—Bianor Garcia de Moraes, Trabalhador rural; 21—Fernando Henrique Vieira, Desenhista; 23—Wolgrand Cardoso, Estudante; 24—Affonso Guimarães Filho, Professor primario, estudante de agronomia, 25—Anael Cesar de Oliveira, Funcionario publico; 26—Antonio Rodrigues Mourão, Estudante de Agronomia; 27—Ary Azevedo, Estudante de Agronomia; 28—Claudionor de Oliveira Pereira, Estudante de Agronomia; 29—Jalces Tamoyo Prado, F. Publico; 30—José Nunes Costa, Estudante de Agronomia; 31—Manoel Leite da Silva, Pomicultor; 32—Ricardo Soares Barroso, Funcionario Publico, estudante de

agronomia; 33—Francisco Morgado, Funcionario publico; 34—Franklin George Naylor, Funcionario publico; 35—Lery Fausto de Souza; Funcionario publico; 36—Manoel Coutinho dos Santos, Desenhista, estudante de agronomia; 37—Pedro Mendes Ferro, Funcionario publico; 38—Salvador Russel, Funcionario publico; 39—Walter Catharino das Neves, Funcionario publico; 40—Wilson Catharino das Neves, Funcio-

co Munhoz Bellar, Militar; 53—Francisco X. Fernandes, Estudante do horticulura; 54—Goldwsser Pereira dos Santos, Estudante de agronomia; 55—Henrique Pimenta Velloso, Estudante de agronomia; 56—Jacyro Ferreira Simas, Trabalhador rural; 57—Joaquim de Assis Lopes, Estudante de horticulura; 58—Oswaldo C. Gaglano, F. publico; 59—Othon de Noronha Torrezão, Estudante de agronomia; 60—Pichara Bo-



Pavilhão da officina e industrias ruraes. Em frente, duas velhas oliveiras.

nario publico; 41—Alexandre Cidade Filho, Funcionario publico; 42—Antonio Duarte Netto, Estudante; 43—Flavio de Carvalho Mesquita, Estudante de agronomia; 44—João Fernandes, Estudante de horticulura; 45—Oswaldo Rodrigues de Oliveira Santos, Funcionario publico; 46—Antonio Alves Martins, Lavrador; 47—Antonio Coelho da Serra Aranha, Militar; 49—Cyro Cauby Coutinho, Estudante de agronomia; 50—Edison Juracy Borges Miguel, Estudante de agronomia; 51—Helcio de Souza Chrisostomo, Estudante de agronomia; 52—Francis-

neri Filho, Comerciante; 61—Heraclito GarGarcez, Cap. pharmaceutico e lavrador; 62—Carlos Provenzano, Estudante de horticulura; 63—Joaquim Souza de Oliveira, Trabalhador rural; 64—Jarbas Augusto de Barros, Dentista; 65—Alberto Fernandes Alves de Barros, Apicultor; 66—Antonio de Araujo Aguiar, pharmaceutico; 67—Geraldo Augusto Moreira, Comerciarior; 68—Alberto Maria Vaissie, Capitão e lavrador; 70—Dinancy Santos, Estudante; 71—Joaquim Alves Coelho, Funcionario publico; 72—Jomarcelyno Corrêa, Estudante; 73—Ho-

nerio Francisco da Silva e Souza, Funcionario publico; 74—Renato Pinto Braun, Estudante de agronomia; 75—Roberto de Freitas Pacheco, Estudante da agronomia; 76—

nior, Funcionario publico e estudante de agronomia; 80—Reynaldo da Silva Carvalho Funcionario publico; 81—Manoel de Aragão Gesteira, Pharmaceutico; 82—Indio Ta-



Duas vistas da Horta, notando-se as alamedas de dendezeiros, denominada "Paulino Cavalcanti", em homenagem ao primeiro director do Horta e organizador do plano da Escola.

Fernão de L. Paes Leme, Estudante de agronomia; 77—Jacintho Mendonça Junior, 78—José Victor de Sant'Anna, Militar aviação naval e estudante; 79—Arthur Valle Ju-

moyo Prado, Funcionario publico; 83—Joaquim de Almeida Ferraz Junior, Funcionario publico; 84—Octaviano Ribeiro de Faria Braga, Estudante de agronomia; 85—Er-

nesto Ferreira Lima, Funcionario publico; e estudante de agronomia; 86—Samuel Pinto Cortez, Estudante; 87—Alcides Leoni, Estudante de agronomia; 88—Edmur Viana Cazes, Estudante de agronomia; 89—Demosthenes B. Macão, Estudante de agronomia; 90—Bellarmino Christovam da Rocha,

de agronomia; 97—José Rosa da Silva Junior, Commerciario; 98—José Aristides de Albuquerque, Mello, Funcionario publico; 99—Mancio Ferreira, Funcionario publico; 100—João Husi da Silva Paula; Militar; 101—Alberto José Arêse, Estudante; 102—Ondorico da Silva Gomes, Estudante de Agro-



Vista parcial da Horta

Horticultor; 91—Paulo Tavares de Mocedo, Estudante de agronomia; 92—Albino Gomes, Motorista; 93—Nino di Mattin, Commerciario; 94—Ruben Francisco da Silva e Souza, Commerciario; 95—J. Welga C. Peçanha, Professora e estudante; de agronomia; 96—David de Azambuja, Estudante

nomia; 103—Moacyr da Silva Vianna, Militar; 104—Jorge Messiano, Architecto; 105—Luiz Benjamin, Militar; 106—Raymundo de Oliveira Coimbra, Militar; 107—José de Queiroz Fortuna, Lavrador; 108—Pedro Clemente Ribeiro, Militar.

As Semanaes da Sociedade Nacional de Agricultura

Sessão de 15-7-1937

Realizou-se a sessão semanal da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo presidido os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho.

O Sr. Arruda Camara, Secretario, leu um volumoso expediente, do qual destacamos uma carta de Athenas, na qual o missivista, negociante em café, pede informações completas sobre o beneficiamento e preparo da bebida que, segundo diz, não é ali preparada convenientemente. O Sr. Torres Filho resolveu encaminhar a consulta ao Departamento Nacional do Café, em cuja resposta se baseará a Sociedade para a solução da consulta.

O Sr. Torres Filho aproveita o ensejo para comunicar á casa varios factos de grande importancia para a economia brasileira, occorridos nos ultimos tempos, dentre os quaes o da criação, no Banco do Brasil, la Carteira de Credito Agricola e Industrial, us dos assumptos que mais têm preocupado a Sociedade, nos ultimos tempos sobretudo. Tem tambem o prazer de comunicar a approvação, pela Camara dos Deputados da lei que institue, no paiz, o penhor agricola, assumpto tambem debatido no seio da Sociedade, que nelle reconheceu um instrumento dos mais uteis para o inicio do credito agricola no Brasil. De accordo com a lei que o instituiu, os titulos do penhor agricola poderão ser objecto de transacção, não só nos estabelecimentos bancarios, como entre particulares. Refere-se o Presidente da Sociedade, em seguida, ao desenvolvimento do penhor agricola na Argentina, desenvolvimento que ponde verificar quando alli esteve, no anno passado, e que de muito tem contribuido para o progresso e o melhoramento da situação financeira dos productores da vizinha Republica. Em tempo, transmittiu á Sociedade as suas impressões a respeito. Refere-se á acção benefica do nosso Ministerio do Trabalho, não só a respeito do credito agricola, como, tambem, do penhor, demonstrando um interesse muito louvavel pela applicação dos recursos dos institutos de amparo social a cargo daquelle Ministerio tivessem applicação atravez o credito no melhoramento das condições de vida do trabalhadores rural.

Das tres modalidades de credito — o pessoal, o hypothecario e o pignoratício, e este um dos mais interessantes e poderá prestar grandes beneficios immediatos ao melhoramento do trabalho agricola. Propõe, por isso, que a Sociedade se congratula com o Sr. Ministro do Trabalho pelo advento das medidas para as quaes tanto contribuiu.

Outro assumpto que merece referencias especiaes, é o que se refere ao trigo. O Governo acaba de sancionar uma resolução do Congresso que dispõe sobre os meios a empregar para o desenvolvimento e implatação da cultura do trigo no Brasil. Muito embora essa lei se refira tão somente ao aspecto da produção, deixando de lado o aspecto economico — talvez o mais importante — é de presumir-se que o Governo possa completal-a, adoptando posteriores medidas de defesa commercial do producto, e da fiscalização industrial no paiz, afim de que os pro-

ductores encontrem mercado e preço compensador aos seus esforços. Do contrario todo o trabalho será perdido, uma vez que os preços não estimulem o desenvolvimento da produção. Sabemos que existem no paiz pequenas zonas produtoras, e que novas, e maiores, se abrirão sem que tenhamos garantias para essa produção contra os "dumpings" e toda a sorte de especulação commercial, com as oscillações de preços e desorganização do mercado e que viriam frustar a medida governamental na parte da produção. Vamos iniciar um programma em relação ao trigo, a respeito de cuja cultura, até agora, não havia nenhum interesse manifesto da parte dos governos em incremental-a, a despeito de a ella estar ligada, até, a questão da nossa defesa militar. De um milhão e trezentas mil toneladas de nossa importação, cerca de um milhão é de trigo. E' uma dependencia que não se justifica, dada a perfeita adaptabilidade da cultura do trigo em nossas terras. Congratula-se com a Sociedade pelo grande passo dado em favor desse acto governamental, que abre grandes perspectivas á economia do paiz.

O Sr. Otto Frensel faz a seguinte comunicação, a respeito da ultima Exposição de Animales em S. Paulo, na parte referente aos laticínios:

Designados pelo Sr. Ministro da Agricultura para Membro de uma das Sub-Commissões (Leite e Derivados) da VIª. Exposição Nacional de Animales e Productos Derivados, realizada em São Paulo de 24 á 31 do corrente, lá estivemos nos dias 28 e 29 do corrente, lá estivemos nos dias 28 e 29 do corrente. Além de narrar as nossas impressões sobre este certamen, desejamos transmittir interessantes detalhes sobre as repartições estabelecimentos de laticínios que tivemos ensejo de visitar. A exiguidade de tempo, naturalmente, não nos permittiu obter todos os detalhes desejaveis, mas muitos dos que conseguimos são, certamente, bastante interessantes.

VIª. Exposição: Este certamen foi bem mais fraco em comparação á Vª Exposição, realizada aqui na Capital Federal no anno passado em egual epoca. A exposição de animales ainda foi bastante satisfactoria, mas a de productos foi de facto bem inferior. Si o conjunto da exposição teve grande brilho, deve-se esta circumstancia menos á exposição propriamente dita, mas sim ás esplendidas installações do Departamento de Industria Animal do Estado de São Paulo.

Inspeccoria de Fiscalização do Leite e Derivados: — Como em Fevereiro de 1935, a nossa primeira visita foi feita ao nosso distincto amigo e tecnico brasileiro, Dr. Fausto d'Oliveira Quaglia, Inspector Chefe d'essa Inspeccoria. Este nos mostrou interessante documentação sobre um grande trabalho de estatística que elle está elaborando sobre os trabalhos de sua Inspeccoria no periodo de 1935 até o corrente anno. Será um trabalho de valor para todos que se interessam pelo abastecimento de leite hygienico das cidades. Ao mesmo tempo será um monumento para o Dr. Quaglia e seus dedicados auxiliares pois por elle se ficará sabendo dos

inauditos esforços que são precisos para levar avante serviços dessa natureza. De facto as dificuldades com que lutem as autoridades, encarregadas da fiscalização de generos alimentícios, são ás vezes incommensuráveis, de maneira que poder vencel-as ou ao menos poder coibir os abusos mais crassos, já é um trabalho verdadeiramente herico. Apesar de medido, o Dr. Quaglia, de opinião que a fiscalização do leite em seu maior periodo é de competencia da Veterinaria embora não signifique isso, propriamente, uma exclusão da Saude Publica. Serviço duplicado é que é prejudicial sob todos os pontos de vista. Quanto á fraude, já não se deve pensar mais em remediar, mas castigar e severamente o fraudador. O Dr. Quaglia se mostra muito optimista, quanto á melhora conseguida na qualidade do leite. Mesmo o tão complicado caso dos vaqueiros (estabulos no perimetro urbano e suburbano) parece que vae ter uma solução com o estabelecimento de postos de trocas. Estes postos serão installados nas diversas zonas da cidade e nelles os vaqueiros entregarão o leite recém-ordenhado, recebendo em troca igual quantidade de leite já beneficiado e engarrafado. O leite entregue será tratado na Cooperativa Central de Lactinios do Estado de São Paulo pelo processo da stassanização á que faremos referencia mais adiante.

Consumo de Leite na Capital. — Este teve grande queda (perto de 30 %), em virtude do recente augmento do preço do litro entregue engarrafado a domicilio de 1\$000 para 1\$200. E' de notar que o leite, vendido a granel nos carros-tanques, também é cobrado ao preço de 1\$200 por litro. Deante do preço de 1:200 torna-se admiravel o baixo preço na Capital Federal de \$900 por litro engarrafado entregue a domicilio e \$700, vendido a granel nos carros tanques. Esta admiração torna-se ainda maior, considerando que as zonas de abastecimento de leite de ambas as capitães são, parcialmente, mixtas ou menos limitrophes.

O consumo da Capital é em cifras redondas o seguinte 40.000 litros dos vaqueiros, 1.500 litros das granjas modelares 28.000 litros distribuidos pelo Entrepasto Vigor, 18.000 litros distribuidos pelo Entrepasto União, 20.000 litros distribuidos pela Cooperativa Central de Lactinios do Estado de São Paulo, 5.000 litros distribuidos por duas usinas independentes, dando um total de 112.500 litros.

Estas duas ultimas usinas passam o seu leite pelo entreposto da Cooperativa, pagando uma taxa por litro. O preço ao publico já informamos e para as leiterias, engarrafado pelo entreposto e fechado com fecho "Coroa", elle é \$950 posto na plataforma de entreposto ou... 1\$000 posto na leiteria. Com excepção das duas usinas independentes citadas, as demais usinas são dos proprios entrepostos. O preço pago ao fazendeiro é de 450 réis pelos mezes de Junho e Julho e será de 500 réis nos mezes de Agosto e Setembro proximos futuros.

Cooperativa Central de Lactinios do Estado de S. Paulo: Amistosamente recebidos pelo Director Secretario, Sr. Alcino Martins, tivemos ensejo de examinar a nova installação de beneficiamento do leite pelo systema do Dr Henri Stassano. Trata-se de um conjunto duplo para 3.000 litros por hora cada um e que se destina principalmente ao beneficiamento do leite dos vaqueiros, como já dissemos anteriormente.

Sindicato Patronal de Lactinios de São Paulo — Muito interessante e instrutiva foi a nossa visita á organização marginada em companhia do seu Presidente, Sr. Francisco da Silva Villela. Verificamos a existencia de uma organização que, dentro da Federação Patronal dos Industriales de São Paulo, presta serviços realmente uteis aos seus socios.

O Sr. Torres Filho determina que a comunicação conste de acta e da a palavra ao Sr. Virgilio Campello, que tece commentarios sobre a industria mundial do papel, mostrando as razões do encarecimento constante desse producto, indispensavel á imprensa. Após alludir ás nossas possibilidades, como productores da cellulose, submette á consideração da Directoria as bases de uma legislação visando desenvolver, no paiz, essa industria.

O Sr. Torres Filho declara que, em virtude de trabalho anterior do mesmo technico, teve occasião de levar ao Conselho Federal de Comercio Exterior uma contribuição nesse sentido. Fazendo referencias a esse trabalho, enviará mais este subsidio áquelle organ, pugnando para que o assumpto seja estudado e, possivelmente, solucionado.

O Sr. Arruda Camara manifesta a sua satisfação em face do interesse do Sr. Interventor no Districto Federal, em instituir na Capital do Paiz, o credito, visando beneficiar os pequenos agricultores e garantir-lhes as suas propriedades. Tece alguns commentarios elogiosos a respeito e termina pedindo um voto de applauso ao Sr. Henrique Dodsworth que, assim, demonstra, claramente, o seu apreço para com a numerosa classe dos productores da zona rural da Capital.

Sessão de 19-8-1937

Realizou-se, como de costume, a Semanal da Sociedade Nacional de Agricultura, cujos trabalhos foram presididos pelo Sr. Arthur Torres Filho.

O Sr. Arruda Camara leu o expediente, do qual constou uma carta da Companhia Souza Cruz encaminhada á Sociedade pelo Sr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, pedindo a interferencia da Sociedade junto ao Departamento do Povoamento no sentido de ser facilitado o desembarque nesta Capital do Sr. F. J. Davey, cujos serviços technicos são imprescindiveis aos serviços daquelle empresa.

O Sr. Torres Filho declara que a Sociedade tomando em consideração o pedido não só pelo interesse demonstrado pelo Sr. Herbert Moses, como pela notoria idoneidade da Companhia, tomará providencias a respeito, sendo entretanto necessario que a Sociedade seja, informada sobre se o tecnico em apreço se destina á lavoura ou á industria do tabaco.

Foi, também, presente uma carta do Sr. Marcial Terra agradecendo a sua inclusão no Conselho Superior da Sociedade.

O Sr. Presidente tece, a respeito do Sr. Marcial Terra, varios commentarios, como um dos maiores expoentes da industria pecuaria no Rio Grande do Sul e propõe que a Sociedade se dirija ao mesmo pedindo esclarecimentos sobre a situação actual da pecuaria naquelle Estado, isto é, se a situação economica da mesma é favoravel no momento, se os productos derivados estão tendo sahida normal para os mercados externos,

tante. E' o caso, diz, da variedade half-half, produzida no Texas, e cuja fibra degenerou e se desvalorizou completamente. A orientação vigente é a padronização para o mercado primário, isto é, o algodão é classificado pelos technicos antes de ser posto a venda pelo productor, ao contrario do que se fazia anteriormente e que era a classificação após a compra pelas usinas de beneficiamento. Com este processo o productor que produzir melhor terá melhor preço. E assim se estará assegurado o aperfeiçoamento na produção da fibra. Ora, estão agora os productores brasileiros desenvolvendo a sua produção, estimulados pelos altos preços da valorização artificial americana. Uma vez que esse preço volte á normalidade pelo melhoramento da fibra das zonas produtoras americanas não poderemos concorrer com a produção daquelle paiz. Precisamos de uma regulamentação que ainda não temos dentro do terreno do aparelhamento commercial alem de outros assumptos que seria preciso considerar, como o das sementes, que somente São Paulo, produz e fornece ao Norte. O Sr. Torres Filho diz que muito poderia concorrer para o melhoramento desses aspectos da cultura algodoeira uma bem orientada organização cooperativa.

O Sr. Joaquim Bertino refere-se á organização commercial argentina e diz que a torna argentina já é vendido no mercado inglez de accordo com o "stand" daquelle paiz.

O Sr. Torres Filho assignala com prazer que esse aspecto dos sub-productores está tomando um papel de relevo na nossa exportação sendo de notar: o oleo o linter e a torta, cuja exportação só em S. Paulo calcula-se attingirá este anno 140.000 contos.

O Sr. Bertino de Carvalho presta algumas informações sobre o oleo de oiticica, cuja aceitação nos Estados Unidos vai sendo a melhor possível a despeito dos fortes concorrentes que encontra.

O Sr. Arruda Câmara pede a palavra para renovar um appello: que a Sociedade se dirija á Prefeitura suggerindo examine a possibilidade da simplificação do processo de habilitação dos productores do Districto Federal para a venda dos seus productos nas feiras livres e mercados municipaes. Parece um assumpto insolúvel mas o facto é que um productor para conseguir aquella habilitação está sujeito a uma peripetuação de dois a tres mezes pelas repartições da Prefeitura, pois que está sujeito a um registro na Inspectoria de Mattas e Jardins (annual), que é o chamado Registro de Lavradores. Obtida a carteira de lavrador gasta mais de um mez, se levar documentos e o attestado de saúde, folha corrida, de bons antecedentes e só assim consegue habilitar-se junto áquella Directoria. Sugere, assim, que a Prefeitura aceite o registro do Ministerio da Agricultura cobrando embora a taxa sobre este registro.

O Sr. Torres Filho promette interceder junto Henrique Dodsworth e como ninguém mais queira fazer uso da palavra, encerra a sessão.
Sessão de 26 — 8 — 37

Sessão de 26-8-1937

Realizou-se, como de costume, a sessão semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Presidiu os trabalhos o Sr. Torres Filho que, de início solicita o registro em acta do pas-

samento do Dr. Victor Vianna, redactor-chefe do Jornal do Commercio grande internacionalista, economista e financista, espirito lucido, dotado de um grande sentimento de brasilidade, que deixa traços inapagaveis de sua multiforme operosidade. Teve um grande prazer, embora já conhecesse a obra de Victor Vianna, principalmente as de caracter economico, de manter convivência com elle, no Conselho Federal de Commercio Exterior, onde por coincidência, se sentava ao seu lado e pôde assim melhor apreciar a sua vasta cultura e a sua apreensão admiravel de todos os nossos problemas e com grande compreensão os attinentes á nossa vida rural. Havia uma grande afinidade entre os trabalhos do orador e os do illustre morto, tanto que quando se debatia uma questão de natureza agricola, sempre teve o seu apoio na defesa dos interesses da agricultura da pecuaria. Em mais de uma ocasião, não só no Conselho, como nas paginas do Jornal do Commercio, elle para alli transportava os debates travados no Conselho para o conhecimento do publico, demonstrando, assim, grande capacidade de conhecimento das necessidades agricolas e economicas do Brasil. Victor Vianna entendia que deveriamos cuidar principalmente do aparelhamento e da elevação do nivel social brasileiro, e o melhoramento profissional das populações do interior, achando que era ficticia a nossa civilização litoranea. Sem que conseguissemos isso não teriamos mercados. Por todos esses motivos, está certo que a Sociedade cumpre um dever assignalando em acta o seu grande pesar pelo desaparecimento de um homem que era um estudioso, sempre preocupado com os problemas da terra, collocando os interesses e as posições num plano secundario para felicidade e grandeza da nacionalidade. Aliás, a Sociedade já havia telegraphado ao Jornal do Commercio enviando os seus pesames, tendo o Presidente da Sociedade comparecido ao enterramento, representando-a. As suas palavras, portanto, visam, apenas registrar o grande sentimento e o grande prazer da instituição já de Prefeitura aceite o registro do Mitorio. Suggeridos oportunamente.

Refere-se, a seguir o Sr. Torres Filho a um assumpto que reputa de grande importancia. O commercio de bananas. Tem em mãos um longo memorial do Syndicato de Bananas, de Santos, no qual são pedidas providencias ao Conselho Federal de Commercio Exterior, mostrando que as despesas, a despeito do grande desenvolvimento que tem tido a produção não se dá a relação com aquelle valor, não deixando, portanto, margem sufficiente de lucro. O preço de venda não está de accordo com o custo de produção. Ha uma serie de taxas onerando-a e o syndicato pleiteia justamente a diminuição dessas despesas. Para demonstrar-o, basta o seguinte exemplo: 3.606 caes obsde bananas, cujo valor intrinseco é de 10 contos e 18 mil réis, ou seja de 38000 o cacho, afim de serem embarcados tiveram de dispendir 10 contos 231 mil 840 réis, quantia mais elevada do que o seu real valor. A lém disso, no caso particular do porto do Rio de Janeiro observa-se que a exportação que se vinha fazendo com grande animação apresenta sensível decrescimento nestes ultimos annos em virtude principalmente das despesas com a Estiva. Até Junho do corrente anno, data do ultimo embarque de banana pelo porto do Rio de Janeiro, as despesas tornavam a exportação quasi prohibitiva e em

vista dellas os productores abandonavam as suas lavouras e os exportadores suspenderam a exportação em Abril deste anno. Tal protesto obrigou os estivadores a entrarem em accordo com as tres firmas que resistiram, ao que elles, exportadores, consideravam um verdadeiro assalto. E' que, a despeito do accordo, terá a exportação mais onerada que a de Santos. O Rio de Janeiro, que já exportou cerca de 700.000 cachos está no momento reduzido a 200.000 e, se a situação perdurar, verá a completa extincção dessa fonte de riqueza. O Governo Federal está fazendo grandes despesas com a baixada fluminense, cujas terras são apropriadas á cultura da banana mas todo o seu esforço será perdido se não se tomarem medidas que facilitem a exportação. A banana é uma das fructas cujo consumo augmenta em todo o mundo. Só a Inglaterra consome cerca de sessenta milhões de cachos annualmente, contribuindo o Brasil com cerca de um milhão para o consumo inglez. Se ha cultura que offerece perspectivas de desenvolvimento é esse da banana e por isso levará o assumpto ao conhecimento do Conselheiro Federal de Commercio Exterior.

Refere-se em seguida, o Sr. Presidente, o desenvolvimento que vêm tendo as nossas exportações de laranja, que de 432.000 caixas em 1928 passou a 1.692.449 em 1935, e 2.176.773 em 1936, para elevar-se na presente safra a cerca de 5.000.000 de caixas. Contudo, o preço baixou, talvez devido a irregularidades nas vendas. E' que os embarques continuam a ser feitos em consignação, não devendo a necessaria organização do commercio exportador.

O Sr. Torres Filho faz referencias á recente mensagem do governador de Minas Geraes, cuja parte agricola-economica lhe merece espezias encomios sobretudo no que respeita aos campos de cooperação, que, segundo os termos daquelle documento, "provaram ser o melhor meio de incentivar novas culturas e aperfeiçoar os methodos da produção agricola. São uma experimentação realizadas nas proprias fazendas cujos proprietarios lhes podem acompanhar as minimas particularidades de exploração e, auferindo os lucros dessa, comprovar o valor economico da cultura ensaiada. Convem notar que os campos de cooperação, onde o agricultor aprende o manejo e verifica as vantagens das machinas agricolas, vão generalizando em Minas, para outras lavouras, os processos mecanicos de trabalho".

Salienta o Sr. Torres Filho esse topico porque tal modalidade de ensino agricola foi justamente aquella para a qual voltou a sua attenção durante o tempo em que esteve a testa do antigo Fomento Agricola Federal. Os campos de cooperação, idealizadas por Simões Lopes e continuadas nas administrações Miguel Calmon e Lyra Castro sempre foram, a seu ver, o meio mais indicado para o aperfeiçoamento da nossa produção pela introdução de metodos modernos de trabalho, a que não faltavam as machinas agricolas. Vê, portanto, com prazer, que essa modalidade de ensino está sendo adoptada em Minas e em muitos outros Estados do Brasil. O proprio Estado de São Paulo seguiu essa orientação do Ministerio da Agricultura, e todo o progresso verificado na cultura algodoeira se deve aos campos de cooperação. Por isso, faz votos para que tal orientação seja seguida em outras unidades da Federação.

O Sr. Luiz Vieira agradece a sua inclusão na nova Directoria justifica as suas ausencias ás sessões e reafirma os seus decididos propositos de collaboração á obra da Sociedade. Aproveita o ensejo para, em nome de pequenos proprietarios do Realengo, pedir a interferencia da Sociedade junto ás autoridades competentes afim de que cessem os furtos e depredações alli constantemente verificados nos pomares.

O Sr. Filogonio Peixoto faz a seguinte comunicação:

Venho congratular-me com V. Exa., Senhor Presidente, que se notabiliza, dia a dia, como se-meador invulgar, de efficientes cuidados de beneemerencia, na resolução dos grandes problemas da agricultura nacional, e com esta Sociedade, atalaya invencivel da grandeza economica de nosso paiz, pelo facto auspicioso, que acaba de ser levado ao conhecimento do Conselho Federal de Commercio Exterior, — o da modelar regulamentação da exportação do cacau do Estado do Espirito Santo.

Velho fazendeiro de cacau, na Bahia, tendo plantado por sistema proprio, mais de quatrocentos mil cacaueiros nas margens do rio Jequitinhonha e no valle do Rio Dôce, no Espirito Santo, antigo representante do Syndicato dos Agricultores de Cacau da Bahia, em cujas revistas se encontram, por vezes, referencias elogiosas ao meu humilde nome, delegado do Governo Federal e da Lavoura Cacaueira da Bahia ao Congresso de Plantadores de Cacau, de Londres, em 1934, realisar, por idéia propria, de inquerito commercial nos mercados consumidores europeus, no sentido de determinar a verdadeira situação do nosso cacau, comparativamente com os cacaús estrangeiros, não me era possivel, Sr. Presidente, eximir-se do dever de que estou me desobrigando com prazer.

Da regulamentação em apreço ressalta, como reflexo da brilhante administração do Estado, a lição de mestre que o Governador Punaro Bley dá ao Brasil.

O 3º typo que figura na tabella official terá, por certo, duração ephemera, de vez que certas medidas governamentais foram tomadas para que os fazendeiros de cacau possam preparar tecnicamente os dois unicos typos compatíveis com o tamanho das sementes do caueiro.

O cacau requer delicadas exigências de preparo para bem servir como alimento aos fins industriaes. A technica recommenda que os fructos sejam colhidos em perfeito estado de maturação. As sementes desses fructos devem ser postas em estufas de fermentação, para que as reacções bioquímicas se processem uniformemente.

Terminada esta delicada operação, o cacau será levado á estufa idonea de seccagem, de vez que as condições de clima em que prospera a lavoura cacaueira não offerecem completas garantias á seccagem pelos raios solares. Separados nos dois tamanhos das sementes, esse cacau concorrerá aos mercados sob melhores preços, pois que sem cisco e sem defeitos de nenhuma especie. O cacau assim obtido e bem resguardado de intemperies, em bons armazens, durará annos a fio, sem fôfo e sem bicho.

Ora, os nossos lavradores e os da Costa de ouro na Africa, ainda em grande quantidade, colhem não só cacau maduro, mais de vez, não raro, verde. As sementes desse cacau são postas em côchos de fermentação, nas boas fazendas,

ou são reunidos em montículos no interior das plantações até serem extendidas em taboleiros, em estufas ou em pannos de aniagem para a seccagem necessaria.

Acontece, porém, que se em vez de sol, cae a chuva, e durante 15 20 e 30 dias seguidos, o cacau desses pannos e mesmo dos taboleiros enegrece, mófa e apodrece. O prejuizo devia ser total para o productor desse cacau. Puro engano! Esse cacau mal colhido, mal fermentado, feio, horrivel, com mau cheiro, mesmo pôdre, era e é vendido com a differença do cacau superior de 2 a 8\$000 por arroba.

O commercio exportador que não tem função educativa nem moralisadora, no sentido da boa apresentação do nosso producto nos centros consumidores, ampara com as chamadas "baldeações" esse cacau.

A função commercial, é apenas pertinente á compra e venda do producto. Cabe aos governos orientar a lavoura e indirectamente ao commercio no proposito de perfeita apresentação de nossos productos agricolas nos mercados consumidores.

Assim, os dois typos Superior e Bom, da classificação do Estado do Espirito Santo, se ajustarão rigorosamente aos dois tamanhos das sementes do cacaueiro, igualmente preparadas com cuidados technicos indispensaveis, sem cisco nem defeitos de nenhuma especie.

Não é mesmo preciso evitar, no momento, a sahida do cacau ordinario que porventura se encontre no mercado Espirito-Santense, porque, ainda assim, supêra a de outros cacaos nacionaes melhor classificados.

Vê-se bem que o competente administrador deste Estado poz de lado, quanto ao cacau, os processos bastardos que infelicitam a exportação brasileira, e que noc vem conduzindo á ruina, de modo lento, mas constante.

) só assim, com tão sabida lição, viremos a comprehender, como os nossos mais atilados concurrentes, que se deve produzir bem, para vender melhor".

O Sr. Filogonio Peixoto, ainda com a palavra, estende-se em outras considerações a respeito do cacau, explicando que as classificações a que se referiu são as seguintes:

a) — Superior — Cacau proveniente de fructos maduros (nem verdes nem meio sazoados), fermentado technicamente, cor externa uniforme, bem secca, tirado no maior tamanho, limpo, sem vicios proprios nem cheiros de fumaga.

b) — Bom — Cacau proveniente de fructos maduros, fermentado technicamente, cor externa uniforme, não triado, bem secco, limpo, sem defeito nem cheiro de fumaga.

c) — Ordinario — Todo e qualquer cacau que não puder ser classificado como superior ou bom.

Termina propondo que a Sociedade envie ao Sr. Governador hoão Punaro Bley os applausos da Sociedade pela regulamentação dos typos de cacau no Espirito Santo, que uma vez imitada por outros Estados abrirá novos horizontes á economia brasileira e dará maior tranquillidade e remuneração aos seus obreiros rurais.

O Sr. Torres Filho diz é com grande prazer que submete á apreciação da Sociedade a proposta, não só em vista da autoridade que tem

sobre a materia o Sr. Filogonio Peixoto, pois que se dedica, ha longos annos, ao seu estudo, sendo, ademais, um grande e adeantado agricultor de cacau, como, tambem, porque o Conselho Federal de Commercio Exterior já havia recebido uma exposição nesse sentido, da qual foi o relator, a qual mereceu o apoio unanime daquelle Conselho.

Continuando, diz que o cacáo, como sabemos, occupa hoje o terceiro lugar na pauta das nossas exportações, vindo logo em seguida ao algodão e ao café. Tem esse producto um grande futuro, pois que é um dos poucos productos de origem vegetal que não accusa superprodução, só sendo de lamentar que o Brasil tenha se deixado superar pela Costa do Ouro. Entretanto, já se nota um grande esforço, no sentido de collocar o cacáo na justa posição a que tem direito, destacando-se nessa campanha não só o Governador Punaro Bley, como o Governador da Bahia, onde a cultura cacaueira vem offerecendo uma marcha ascendente. E' de notar, tambem, o que se passa em Minas Geraes e em outros Estados que offerecem boas condições de cultura. No Amazonas, onde é nativo o cacaueiro, e cujo producto pôde ser considerados o melho do mundo, infelizmente a exploração estacionou até hoje no seu caracter primitivo de industria extractiva. Recordo o entusiasmo do antigo Presidente da Sociedade S. Miguel Calmon, pela cultura cacaueira, mostrando que essa cultura se fez no sul da Bahia sem qualquer auxilio official. Foram os homens brasileiros, desamparados de qualquer auxilio official. Foram os shomens brasileiros, desamparados de qualquer estímulo, quer do ponto de vista economico, quer sanitario, que crearam essa riqueza. Foi mais um attestado da capacidade do nosso homem, tantas vezes menosprezado, e que factos como esse desmentem categoricamente. Lembra, a proposito, os grandes sacrificios que a Inglaterra faz, em dinheiro e em organizações technicas, para a implantação da cultura do cacáo nas suas colonias. E', portanto, merecedor de todos os applausos da Sociedade o esforço dos governadores daquelles Estados, que, assim, procuram coadjuvar o esforço ingente do nosso homem rural.

A proposta é approvada por unanimidade e em seguida encerrados os trabalhos.

Deseja consignar o exito que vêm tendo os cursos rapidos da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, onde no de Enxertadores, que já vae em meio, verificaram-se 44 matriculas, com um alumno ouvinte, e com a elevada media de frequencia de 36 estudantes.

Com a palavra, ainda, o Sr. Arruda Camara propõe um voto de profundo pezar pelo fallecimento do Cel. Virgilio Machado, adeantado fazendeiro em Minas Geraes. Chefe de uma grande familia de agricultores, é tambem o pae do illustre technico Dr. José Monteiro Machado, que os melhores serviços tem prestado á nossa agricultura no campo scientifico e technico.

O Sr. Torres Filho reforça as palavras do seu collega e diz que tal proposta está de antemão approvada, tal o apreço em que tem a Sociedade os dois nomes citados.

Determina expediente a respeito e encerra os trabalhos depois de agradecer a presença dos seus companheiros de directoria.

Sessão de 2-9-1937

Sob a presidência do Sr. Arthur Torres Filho reuniu-se, como de habito, a Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Ao iniciar os trabalhos, declara o Sr. Torres Filho estar longe de imaginar que teria de referir-se ao passamento de um vulto dos mais proeminentes dentre os Directores da Sociedade — o Prof. Manoel Paulino Cavalcanti, que, ainda na ultima quinta-feira, assistira á sessão da Directoria. O seu fallecimento, occorrido na terça-feira, após grave e rapida enfermidade, enchia de pesar não só a Sociedade Nacional de Agricultura, a que dava collaboração ha cerca de quarenta annos, seja como um dos seus mais esclarecidos directores, seja como organizador e director, por longos annos, do antigo Appredizado Agricola Wenceslau Bello, como, tambem, a sciencia agronomica nacional, da qual era um dos precursores. Identificara-se de tal modo com o ensino da agricultura e zootechnia, que a ella se dedicara durante toda a sua vida com um alto espirito patriotico, sem qualquer preocupação materialista. Assim procedeu desde o inicio da sua carreira até o momento em que baqueou arrastado pela morte. Ainda agora, encarregava-se do ensino de uma das turmas de alumnos do curso de enxertadores da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, estabelecimento a que tinha grande estima, por ser justamente o seu orientador, na phase antiga. Alli teve occasião de iniciar um grande trabalho de desenvolvimento pelo gosto da citricultura no paiz, tambem ministrando, ensino a um grupo de moços alguns dos quaes se encontram hoje occupando postos de administração. Após esse longo trabalho, foi encarregado de dirigir o Posto Zootechnico Federal de Pinheiros, onde se encontrou durante 14 annos, imprimindo ao estabelecimento orientação consentanea com as realidades brasileiras.

Basta conhecer os seus trabalhos naquello estabelecimento, principalmente os que se referem ao gado de raça zebú, os quaes, no começo, foram até menoscabados, mas já hoje começam a receber as devidas homenagens dos estudiosos. Paulino Cavalcanti realizou outro trabalho que não é possivel deixar de assignalar: a Geographia Agricola do Brasil, trabalho que, executado ha trinta annos, ainda hoje contem ensinamentos que o não relegara ao rôl das cousas velhas sobretudo na parte referente á geologia agricola do Brasil, de que era profundo conhecedor. Aposentado, mesmo assim, com o animo forte e com aquelle amor ao magisterio, que não se perde nunca depois de certo tempo, além do ensino que ministrava em conceituados estabelecimentos nesta Capital, sobretudo nos dominios da Historia Natural e da Botanica, era um dos animadores dos cursos da Escola Wenceslau Bello, a que vinha desinteressadamente dando a sua assistencia não só na parte da organização como, tambem, do proprio ensino. E' um exemplo de desprendimento que cada vez mais vae rareando no nosso paiz, apesar da sua vasta cultura e serviços nunca teve como objectivo lucros materiaes. Era um exemplo que precisamos realçar neste momento em que tudo perdeu aquelle idealismo que tanto mister se faz fortificar, para a felicidade de nossa Patria.

Por isso mesmo, a Sociedade Nacional de Agricultura, não só como expoente que é da classe agricola, mas, principalmente, como de-

vedora a Paulino Cavalcanti de inestimaveis serviços prestados durante tanto tempo e com o maior desprendimento sente-se de luto e, com ella, a propria agricultura nacional. Eu quizeria — diz o Sr. Torres Filho — considerar encerrados os nossos trabalhos em homenagem a esse nosso devotado companheiro. A Sociedade, entretanto, havia convocado os representantes de laboriosa classe de agricultores, no momento presente para tratar de assumpto de grande relevancia e inadiavel urgencia. Nestas condições, deixava a sua proposta á consideração da Casa.

O Sr. Luiz Vieira seccunda, em palavras muito sentidas, o profundo pesar da Sociedade pelo fallecimento do Prof. Paulino Cavalcanti e suggere que a sessão fosse suspensa, como propoz o Presidente, e novamente aberta, para cogitar dos assumptos em pauta.

Submettida a voto a proposta, é a mesma approvada, tendo o Sr. Arruda Camara, antes de encerrados os trabalhos, declarado que fora procurado por uma commissão de pequenos lavradores, socios da Sociedade União dos Agricultores, que lhe pediram trazer á Sociedade o seu sentimento de pesar pela morte do Prof. Paulino Cavalcanti, com o qual haviam tido contacto no curso de enxertadores que se processa na Escola Wenceslau Bello. Como Director do estabelecimento, traz tambem identicos sentimentos de todos os empregados e funcionarios, em quem Paulino Cavalcanti tinha um admirador e um amigo, porpõe ainda que a Escola envie á Escola Brasileira de S. Christovam, estabelecimento a que o illustre extinto se dedicava com grande amor — um telegramma de pezames.

O Sr. Joaquim Bertino refere-se tambem á personalidade do Prof. Paulino Cavalcanti e apresenta, no seu nome pessoal e no da Sociedade Brasileira de Chimica, as expressões do seu profundo pesar pel ainfesta noticia.

O Sr. Presidente encerra em seguida os trabalhos e declara novamente aberta a sessão, para tratar da angustiosa situação em que se encontram os bananicultores do Estado do Rio.

Assignala a presença, na casa, dos representantes dos exportadores de bananas no Estado do Rio, e agradece os esforços nesse sentido dispendidos pelo Sr. Ismael Cordovil, que se promptificará a coordenar a convocação. E' o assumpto — diz o Sr. Torres Filho — que o preocupa de longa data e para o qual teve occasião de pedir o apoio do Ministerio da Agricultura em varias occasiões, muito principalmente durante a gestão Lyra Castro, ao tempo muito justamente preocupado me desenvolve o mais possivel a nossa fructicultura. Além de uma fonte de riqueza, via na cultura da banana um facto decisivo para o aproveitamento da Baixada Fluminense, pois o producto tem diante de si mercados illimitados no mundo e nenhuma região offerece maiores possibilidades. Essa comprehensão do problema tambem a teve Nilo Peganha, quando Presidente do Estado do Rio, ao iniciar o saneamento daquella extensa, fertil e ao mesmo tempo abandonada região. A descontinuidade desses trabalhos de saneamento tem prejudicado o desenvolvimento da agricultura na Baixada, conquanto tenha havido, ultimamente, um surto na producção de bananas, que em 1932 attingiu o seu maximo nos valores exportados, (667.000 cachos) para descer em 1936 a cerca de 180.000. Quer dizer que essa riqueza está desaparecendo e, para averiguar as causas desse

declínio é que pediu ao Sr. Ismael Cordovil que procedesse a um inquerito in loco e, ao mesmo tempo, trouxesse á Sociedade os agricultores de banana, afim de, de viva vós, apresentarem as suas suggestões, até porque pretendia levar esse assumpto, mais uma vez, ao debate do Conselho Federal do Commercio Exterior. Dos bananicultores de Santos, através o seu syndicato de classe, havia recebido uma representação em sentido identico. O seu intuito, portanto, era ter uma representação em sentido identico. O seu intuito, portanto, era ter uma visão de conjuncto

O Sr. Torres Filho indaga se o Centro de Navegação Transatlantica não poderia interferir no sentido de interessar os navios estrangeiros nesses embarques, ao que responde um dos exportadores presentes que esse transport não interessa inclusive aos exportadores, devido ao alto preço do manifesto, cerca de 2:000\$000.

Informa o Sr. Ismael Cordovil que aquelle embarque de 15.000 cachos a que se referia, como partida minima, duas vezes por mez, teria tendencia a augmentar, nunca a diminuir, pela certeza dos exportadores e cultivadores de que poderiam fazer as suas remessas.

O Sr. Torres Filho pede ao Sr. Garcia Rojas o fornecimento de uma lista das principaes plantações, banhadas pelos rios cuja desobstrução foi solicitada.

Referindo-se á estiva, declara esse mesmo exportador que as companhias de navegação não querem receber os embarques de bananas em virtude do systema de trabalho da estiva, pois que, para carregar 3.000 cachos, é necessario um dia inteiro, enquanto que em Santos o mesmo serviço se realiza em tres horas. Enquanto cada cacho paga em Santos, á estiva, \$150, aqui chega a pagar até 1\$000, sendo esse o maior entrave á exportação. Ha, tambem, a referir o imposto de exportação de \$134 4/10, pago ao Estado do Rio. Verifica-se que, no caso, até o proprio Estado contribue para difficultar a concorrência com Santos.

O Sr. Ismael Cordovil refere-se ainda a outras despesas extraordinarias a que estão sujeitos os exportadores, as quaes, comquanto não officiaes, encarecem o producto, e como tal é a gratificação que habitualmente recebem os commissarios, afim de que o producto chegue em boas condições de conservação.

Pura elucidação do descaso com que é tratado o caso da banana, refere o Sr. Garcia Rojas que, enquanto uma caixa de laranjas vale 25\$000 fob, deixa de confisco cambial apenas 3\$000, a banana, que vale tambem fob 3\$000 o cacho, deixa para o mesmo fim \$250, o que vale dizer 10 vezes mais que a laranja.

Ajunta, que, em resumo, existe, do Porto do Rio de Janeiro para o de Santos, uma differença de 6\$000 em duzia de cacho de banana, o onerar a produção fluminense e a não permittir, assim, a concorrência desta procedência aos mercados estrangeiros.

Fica, tambem, assentado que a Sociedade se dirija ao Sr. Director do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, fazendo-lhe sentir a conveniencia de serem os trabalhos a seu cargo encarados, tanto quanto possivel, do ponto de vista economico e agricola, e que a Sociedade está prompta a convocar uma grande reunião de

cultivadores para debater o assumpto nesta parte, e que seria justamente o do beneficiamento das terras já cultivadas, mediante, sobretudo, a desobstrução dos rios que lhes dão accesso.

Pede o Sr. Torres Filho outros esclarecimentos aos presentes e declara que a Sociedade pleiteará junto ao Conselho Federal de Commercio Exterior, junto ao Lloyd e junto á Baixada Fluminense, justificando-as as medidas lembradas em beneficio do salvamento da cultura da banana no Estado do Rio, a pique de sossobrar em face a tantas difficuldades.

Encerra, em seguida, os trabalhos.

Sessão de 30-9-1937

Sob a presidencia do Sr. Ildefonso Simões Lopes e com extraordinaria concurrencia realizou-se, hontem, a sessão semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja ordem do dia era inteiramente consagrada á cerimonia da entrega dos certificados de aprovação aos alumnos do primeiro Curso Pratico de Exortia, recentemente realizado na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, modelar estabelecimento de ensino rural que aquella Sociedade mantem no antigo Hosto Fructicola da Penha.

Abertos os trabalhos, o Sr. Simões Lopes dá a palavra ao Sr. Antonio de Arruda Camara, Director da Escola, que faz um succinto relatório a respeito dos resultados obtidos com o referido curso. Inscreveram-se 44 candidatos, sendo posteriormente admittido um ovinete, iniciando-se a 4 de Julho as aulas, que se encerraram a 9 de Setembro. Os alumnos foram distribuidos em tres turmas, cada uma a cargo de um professor. Frequentaram normalmente o Curso 35 alumnos, dos quaes apenas 30 foram chamados a exame, uma vez que se estabeleceu uma tolerancia maxima de tres faltas para todo o curso. Dos trinta alumnos assíduos, a quasi totalidade registou frequencia absoluta, o que demonstra o interesse despertado pelas aulas nas quaes se viam lavradores, trabalhadores rurales, estudantes, militares e funcionarios publicos civis, sendo que o maior coeeficiente de inscrições coube a pequenos proprietarios rurales.

Tem o Sr. Arruda Camara palavras de pesar e de saudade ao referir o nome do Professor Manoel Paulino Cavalcanti, recentemente fallecido e que tinha a seu cargo uma das turmas de alumnos.

O criterio adoptado pela banca examinadora foi rigoroso — consistindo a prova pratica na feitura de tres enxertos, um de cada classe, a escolha do alumno e a prova oral, na descripção justificativa do trabalho feito. Não seriam aprovados os que estivessem nota inferior a cinco. No julgamento além do preparo e pericia revelados foi considerado o coeeficiente de frequencia. Dos 30 aprovados, um obteve grão 10, dois grão 7, 9,50, cinco grão 9, seis grão 8,50, quatro grão oito, seis grão 7,50, um grão 6,50, tres grão 6, um grão 5,50 e um grão 5. do problema, afim de que as medidas a serem suggeridas abrangesse não só os produtores da quella região, mas tambem, o do outro porto principal de exportação, que é o do Rio de Janeiro.

Pede, por isso, aos presentes, que se manifestem francamente sobre os problemas que no momento mais affligem a cultura e a exportação de bananas no Estado do Rio.

O assumpto é amplamente ventilado, sendo allegados, como principaes factores da derrocada da cultura, os seguintes:

— a inundação periodica dos rios que banham a região e que são o Macacú, o Guapy, o Magé e o Guaxindiba, cuja desobstrução se faz necessaria, urgentemente;

— as difficuldades de embarque no Rio, tendo como causa a estiva, cujo systema de serviço atraza no porto os navios, obrigando a que estes prefiram receber a carga no de Santos, para se livrarem do do Rio;

— a irregularidade nas remessas pelas difficuldades de praça.

Tal situação poderia ser resolvida com dois navios do Lloyd Brasileiro, mediante um accordo entre essa Companhia e os agricultores, interessando tambem aos de Santos. O Lloyd daria dois navios mensalmente comprometendo-se os agricultores daqui a um embarque minimo de 15.000 cachos quinzenalmente, quantidade essa que seria completada para logar os navios com o producto embarcado em Santos, o que seria feito mediante o accordo referido e após telegramma dos exportadores daqui, de modo a que os navios sabissem com as suas lotações completas, e evitando as escalas nos portos do sul.

— finalmente, o excessivo onus das taxas e despesas, como o imposto de exportação estadual (134, 4/10 réis) e confisco cambial (\$250 por cacho).

Em seguida, o Sr. Arruda Camara faz a chamada dos alumnos approvados a quem o Sr. Simões Lopes, sob palmas da assistencia vae entregando os respectivos certificados, e são elles: Srs. Adriano Dantas, Alberto Antonio Maria Vaissie, Alberto Fernandes Alves de Barros, Altamiro Barbosa Pereira, Antonio Coelho da Serra Aranha, Antonio de Araujo Aguiar, Braz de Almeida Antas, Carlos Provenzana, Dante Camara Neiva, Fernando Enrique Vieira, Francisco Munhoz Bellar, Germiniano Mendes de Britto, Honorio da Costa Monteiro Neto, Joanna de Arruda Camara, João Vieira, Joaquim Victor Barbosa, José Clemente dos Santos, José Henrique Fernandes Filho, Julio Costa Theophilo, Julio Junqueira de Aquino, Manoel Bezerra de Oliveira Lima Sobrinho, Manoel Coutinho dos Santos, Manoel Ignacio Torres, Maximiliano Baptista, Oscar Gomes Jobin, Paulo Agostinho Mattos de Araujo, Pedro Clemente Ribeiro, Pichara Boueri Filho, Randolpho Garcia de Abreu e Wolgrand Cardoso.

O Sr. Antonio de Araujo Aguiar, em nome da turma, pronunciou as seguintes palavras:

"Em nome da primeira turma de enxertadores da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, queremos, de inicio, manifestar o nosso contentamento de brasileiros, vendo coroada de exito a feliz iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura, a que mrendemos as nossas homenagens, ao entregar os certificados do Curso de Enxertia aos alumnos approvados.

A primeira vista, e á vista dos leigos no assumpto, parece coisa de nenhuma importancia um tal facto.

Bem differente é, porém, o seu significado, se se pensar na enorme influencia que despertará

na economia publica e privada do proseguimento do caminho ora aberto, além do reflexo que terá na saúde da população.

Na verdade, reside no conhecimento dos methodos de multiplicação vegetal, inclusive nos processos de enxertia, nos cuidados dispensados ás plantas, no favorecimento de sua adaptação ao meio, o futuro da fructicultura e, consequentemente, das industrias derivadas, bem como da expressão do commercio exportador.

Graças ás pesquisas experimentaes, foram estudadas as leis basicas da Genetica, servindo a enxertia, como o meio de reproducção, dos mais capazes, seguros e vantajosos, para facilitar o melhoramento das plantas cultivadas e o refinamento dos seus fructos.

Insignificante, é actualmente, em nossa terra, o consumo de fructos, em especie ou industrializados. Varios são os factores que concorrem para isto, destacando-se, principalmente, a deficiencia de conhecimentos technicos, dificultando orientação consentanea, quer no terreno da produção, quer no commercial aggravado este, ainda com as difficuldades de transporte e a interferencia de uma multidão de intermediarios. A novos methodos teremos de recorrer para produzir e vender. Problemas complexos, que estão a exigir as attensões dos poderes publicos, não nos cabem indicações para resolvê-los. A Sociedade Nacional de Agricultura, como orgão de expressão da vontade da Lavoura, não faltam crendencias para tanto, bastando, apenas, a boa vontade do Governo em ouvir e fazer executar as suas sabias suggestões. Sim, que não basta preparar com o ensino technico ora iniciado com esta turma, peritos e praticos em fructicultura; não basta a que os pomares se multipliquem pelo Brasil afóra, quando fôr uma realidade o credito agricola. E' preciso incentivar o consumo dos fructos pelo povo, fornecendo-os por preço accessivel. Estamos na terra da laranja, comprando na safra da laranja a duzia a \$4000. Precisamos alargar o nosso commercio interno e possibilitar a expansão do cooperativismo pelo qual se defenderão productores e consumidores.

Ainda estão outros problemas serios, na ciae, além dos relativos á assistencia technica ao productor e ao commercio exportador, que têm sido carinhosamente considerados pelo Ministerio da Agricultura. Entre elles destacamos o da criação do seu parque industrial e o aproveitamento das fructas nacionaes como materia prima de largo accesso e futuro no fabrico de doces, conservas e bebidas. Confiamos no exito da industrialização.

A revista "L'ortifruticultura italiana", em artigo editorial, mostra o augmento successivo de nossas exportações, dizendo que as laranjas brasileiras fazem concorrência ás da Italia, Espanha, Palestina, Africa do Sul e California, pois que o Brasil soube, em poucos annos, impor um melhoramento incontestavel á sua propria produção. E termina dizendo: "Assim o Brasil e os Estados Unidos, não obstante a distancia, insistem em desenvolver nos mercados europeus uma intensa concorrência á produção agrumaria italiana e espanhola. Que se esperamos para reagir?"

E' uma advertencia que se baseia na possibilidade de do melhoramento technico da produção. E nos, o que esperamos, para contrabalançar a esboçada reacção.

Em recente publicação colhemos palavras do Dr. Arthur Torres Filho em que devemos ponderar. — Uma das causas da crise mundial que ainda não foi bem ventilada, — diz esse economista — é a do desequilíbrio entre o campo e a cidade, manifestado nas nações fortemente industrializadas. Esse phenomeno se verificou na Europa no Seculo XIX, com a revolução industrial, tendo por effeito a concentração das massas operarias nas cidades".

E' um conselho e um incentivo, á industrialização.

Servindo-nos da experiencia alheia, adaptando-a ao nosso meio, poderemos progredir consideravelmente.

Urge agora é prover a Escola de Horticultura Wenceslau Bello do apparelhamento necessario ao funcionamento de outros cursos do seu magnifico programma, muito especialmente, das installações indispensaveis ao de conservas e doces.

O exito da iniciativa está confirmada pelo elevado indice de frequencia ás aulas do primeiro curso... pelo aproveitamento de quantos o frequentaram, encontrando, a cada momento, no desenvolvimento das lições, objectivas e praticas, em ambiente propicio, novos motivos de interesse... campo aberto ao estudo a investigações.

Que a iniciativa não venha a soffrer embaraços... possa transpor inevitaveis obstaculos.

Que finalidade da Escola de Horticultura Wenceslau Bello seja comprehendida e não lhe falte estimulo e recursos para a integral realização dos seus elevados propositos, do seu programma de trabalho... do seu necessario, almejado desenvolvimento.

Terminando, não podemos deixar de manifestar o nosso pezar por não ver aqui presente, o professor Paulino Cavalcanti, um dos mais entusiastas organizadores e professores do nosso curso".

O Sr. Adriano Dantas, um dos novos enxertadores da Escola Wenceslau Bello, pede a palavra para dizer que, como Presidente da Sociedade União dos Agricultores e como lavrador, de ha muito praticava a enxertia, mas a Sociedade Nacional de Agricultura, com a iniciativa da criação da Escola e com os cursos rapidos que está organizando vem creando para o progresso da fructicultura no Brasil um ambiente o mais promissor e, por isso, faz questão que a Sociedade saiba que, antes enxertava mas sem nenhuma technica. Operava, então sem consciencia. Com os conhecimentos e luzes que recebeu está muito grato e apto a recomendar a todos os lavradores, seus collegas, homens do campo, aquellos cursos, pois que muito tem a aprender alli.

Cessados os applausos, o Sr. Simões Lopes diz que antes de dar a palavra ao Presidente em exercicio da Sociedade de via dizer da sua grande satisfação em assistir esse solemnidade. Não precisaria, é certo, comparecer porque aqui tinhamos o representante da alta direcção da Sociedade na pessoa do intelligente e provector agromomo que tantos annos dedica os seus esforços á causa da lavoura nacional, Dr. Arthur Torres Filho. Fez, mesmo, um certo esforço em comparecer mas não podia deixar de attender ao amavel convite da Directoria da Sociedade, para demonstrar, com a sua presença e com estas ligeiras palavras, aos seus collegas e a essa turma de alumnos, que expontaneamente vinham

abrir com a sua dedicação e a sua vontade um novo caminho na senda, no terreno da melhoria das nossas praticas agricolas, iniciando-as pela sua base. E' preciso que não se negue pouca importancia aos humildes e aos modestos, que executam nas suas diversas especialidades os primeiros passos para a melhoria e o apparelhamento da agricultura em geral. Só quem não conhece o panorama das culturas por ahi afóra pôde deixar de ligar importancia á pratica da enxertia materia em que se especializaram os moços diplomados. A menos de um anno percorrerá Caxias e das poucas horas que tinha, talvez oito, destinou mais de metade a percorrer o interior do municipio detendo-se maravilhado diante de mais de 10.000 videiras seleccionadas, producto da enxertia habilmente feita para a melhoria do nosso vinho. Havituou-se desde a mocidade, seguindo a pratica dos seus maiores, a esse contacto com a Natureza, podendo, assim, verificar a innegavel importancia do operação da enxertia, tão simples aos olhos de muita gente, mas da maior importancia no desdobramento das culturas e no futuro geral da agricultura nacional. Assim é que se sente perfeitamente compensado dos seus trabalhos na Sociedade Nacional de Agricultura, onde deixou velhas dedicações e velhas amizades e esforçados companheiros, em quantidade bastante para não deixar fenecer a iniciativa, cujo primeiro coroaamento presenciamos. Nas pessoas do Vice-presidente, em exercicio, dos demais directores, auxiliares da administração e esperançosos jovens diplomados, congratula-se com a Sociedade por esse auspicioso facto, não podendo deixar sem uma referencia especial o nome do Sr. Arthur Torres Filho, "que é um moço de nome bastante conhecido nos nossos meios agronomicos, e que teve a honra de ter como seu efficaç collaborador ha cerca de 15 annos, quando no Ministerio da Agricultura e que tem destinado durante largo tempo os seus esforços em beneficio da agricultura e economia nacionaes, aprimorando os seus conhecimentos, sobretudo os de caracter pratico, e cada vez mais consolidando a sua orientação de espirito organizador da nossa agricultura para fazel-a prosperar atravez os conselhos desta casa que vão sendo concretizados em leis, inclusive no Governo actual". Refere-se aos nomes e Ennes de Souza, Wenceslau Bello e Miguel Calmon e tantos outros ex-directores da Sociedade, cuja influencia no espirito dos nossos estadistas se manifesta cada dia em novas leis e em novos já se nos annuncia como o maior delles — o Credito Agriola — problema pelo qual se bate esta casa ha cerca de trinta annos, em folhetos, na tribuna, por todas as formas, porque estava como está convencida a Sociedade, que elle representa o nervo, a medulla da actividade rural do nosso paiz. Termina o Sr. Simões Lopes reiterando a sua satisfação por haver presidido solemnidade de tão alta expressão para a vida agricola do paiz e dá a palavra ao Sr. Arthur Torres Filho, que começa lendo estar a rigor excusado de usar da palavra, depois do pronunciamento do Presidente effectivo da Sociedade Sr. Simões Lopes, acerca da iniciativa que nesse momento se coroa de pleno exito. Sabia perfeitamente que o Sr. Simões Lopes não deixaria de estar presente áquella commemoração porque elle constitue a primeira etapa vencida depois que foi lançada a idéa da fundação da Escola, pelo proprio Dr. Simões Lopes. Este

preclaro brasileiro — diz é mais do que um Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, é um verdadeiro symbolo da agricultura nacional nos dias que passam. Nós o conhecemos por tradição da sua familia, por seus serviços no Rio Grande do Sul, por sua obra immorredoura no Ministerio da Agricultura, por sua vida e, principalmente, por sua acção nesta Sociedade, a que nunca regateou apoio, mesmo sentindo-se cansado após tão grande labor em tão dilatados annos. O seu conselho opportuno, o seu estimulo, a todos nós, em momentos difficéis, evitam que fraquejassemos na jornada de cuja senda foi o primeiro. A esse estimulo não se oppuzeram nem a grande somma de annos já consumidos neste mesmo afan nem a fraqueza natural das grandes difficuldades encontradas. E assim vencemos, venceu a Sociedade Nacional de Agricultura, venceu a idéia do illustre riograndese. Agradece e a louva aquelles que accorreram a prestigiar a iniciativa da Sociedade matriculando-se nos cursos da Escola, representados em diversas camadas sociaes, vendo-se dentre elles trabalhadores do campo e até das profissões liberaes. A obra social que estamos realizando no Brasil e que é de grande importancia para os destinos da nacionalidade nunca poderá ser efficiente e corresponder ao nosso futuro se elle não se alicerçar em uma base economica. Bastaria considerar-se o facto de que para 800.000 operarios das nossas industrias teremos de dar cerca de nove milhões aos que se dedicam á lavoura e aos trabalhos do campo, isto é, dois terços da população do Brasil está nos campos e é essa população que alimenta a restante e ainda fornece sobras para o nosso intercambio com os demais paizes. Só este significativo argumento constituiria razão de ser para o maior interesse e devotamento dos homens publicos do Brasil em prò da organização e aperfeiçoamento da agricultura nacional. Foi justamente esse programma que a Sociedade lançou desde 1897 em um periodo de crise para o Brasil. Esse programma que temos cultuado atravez de um esforço talvez nem sempre bem apreciado pelos homens publicos do nosso paiz. A partir de Ennes de Souza, seguido de homens que deveriam figurar na galeria dos benemeritos da Patria vemos que esse programma tem caminhado com difficuldade mas sentimos que elle não deve fraquejar, mas proseguir. Para elle precisamos da comprehensão de todos aquelles homens que tem qualquer parcella de responsabilidade nos destinos do paiz, responsabilidades essas que são as maiores para os homens publicos da hora presente em face da crise economica, financeira e social do mundo, a qual nada mais representa do que uma grande crise da agricultura pois que soffrendo a agricultura soffrem o commercio, a industria e o seu reflexo se faz sentir no campo social provocando agitações que podem abalar o edificio da nacionalidade. Assim é que todas as nações agricolamente organizadas são as mais felizes, as mais ricas e as mais poderosas. Por isso, a Sociedade Nacional de Agricultura sente-se muito bem e certa de que cumpre um dever patriótico proseguindo, nem sempre atravez de dias claros, nessa rota que se traçou e que tem sido cultuada nesta casa. É o facto de termos encontrado no meio aggronomico sempre uma collaboração valiosa por parte dos profissionaes, alguns delles filhos da propria Sociedade — e se o proprio Ministerio da Agricultura existe teve aqui seu inicio e foi daqui que partiu todo o trabalho de dou-

trinação necessario ao preparo da opinião publica — é motivo de orgulho e de estimulo tal comprehensão cabendo-lhe neste momento conciliar essa collaboração dos profissionaes da agronomia sem a qual nada seria possivel realizar. Refere-se ao Sr. Arruda Camara, a quem considera abnegado, bem como o Cr. Geraldo Goulart da Silveira que, transpondo os humbraes da vida pratica, a iniciara, victoriosamente, como um dos dedicados professores da Escola de Horticultura. Voltando-se para os alumnos, diz, o Sr. Torres Filho, que elles vieram demonstrar que o ensino profissional agricola é uma necessidade official premente porque se no Districto Federal já existe essa comprehensão e essa necessidade é de imaginar o que não aconteceria por este Brasil afóra, onde o numero de rapazes e de homens deve ser muito maior, precisando e pedindo que nós os accudamos com os ensinamentos e instrucção profissional com que iriam construir a sua e a riqueza da nação. Felicita com toda a emoção a collaboração que prestaram ao programma da Sociedade e, mais ainda, o exemplo que deram, o qual não cahira em terreno safaro.

Em seguida, encerram-se os trabalhos com uma salva de palmas aos alumnos diplomados.

Sessão de 2 — 10 — 937.

Sob a presidencia do Sr. Arthur Torres Filho, realizou-se, como de costume a sessão semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Após a leitura do expediente, pelo Secretario, Sr. Arruda Camara, o Sr. Torres Filho chama a attenção da casa para os estudos que estão sendo realizados na Argentina sobre a "ferrugem amarella" do trigo, a cargo do professor Straib, da Escola Superior de Agricultura de Braunseweig, Alemanha, que recebeu o material necessario para esses estudos por via aérea. Por esses trabalhos, chegou o professor Straib á conclusão de que a "ferrugem amarella", da Argentina e do Uruguay (*Puccinia Glumarum*) constitue uma unica raça, enquanto que a "ferrugem" chilena é formada por tres raças distinctas. Por outro lado, todas essas raças são desconhecidas na Europa. A identificação das raças de "puccinia" estão merecendo, na Argentina, um grande interesse, pois que permite explicar a brusca appareição da "ferrugem amarella" em ambas as margens do Rio da Prata, orientando os trabalhos da repartição competente para a prevenção do mal mediante o emprego de variedades resistentes. No corrente anno, foi remettida outra collecção de trigo ao citado especialista para a continuação do seu trabalho de identificação. O Sr. Torres Filho declara que essa noticia merece a mais ampla divulgação no Brasil, pois que não seria pela simples presença dessa molestia que a cultura do trigo deixasse de ser convenientemente desenvolvida. Se ella occorre na Argentina — paiz grande productor — não deve constituir para o Brasil motivo de desanimo. Ha outras razões a dificultarem o desenvolvimento dessa cultura no Brasil, talvez muito mais fortes.

Refere-se, a seguir, o Sr. Torres Filho, á cultura do algodão, reportando-se a uma estimativa inserta num jornal economico de Buenos Aires a proposito do consumo mundial da referida fibra. Segundo esse organ, "a grande expansão da industria mundial do algodão apre-

senta-se ainda mais surpreendente e se se compararem as cifras mudias da produção e do consumo do ultimo anno, com as medias dos melhores annos do periodo anterior á ultima depressão. No quinquennio 1925-1939 a produção mundial do algodão alcançou uma media de 25.528.000 fardos, de forma que o volume aproximado de 30.700\$000 fardos produzidos no ultimo anno representa um augmento de mais de 5.000.000 de fardos, ou sejam, 20 %. Nos ultimos citados annos, anteriores áquella depressão, o consumo mundial foi, em media, de 24.797.000 de fardos por anno, concluindo-se dahi que o consumo de 30.900.000 a que se atingiu em 1936/37 significa um augmento de 6.103.000 de fardos, ou sejam, 25 %.

Continuando na leitura dessa apreiação, da autoria de Mr. Garside, economista da Bolsa de Algodão de Novo York, cita o Sr. Torres Filho: "Estabelecendo-se uma hypothese estatística, é interessante notar que o commercio internacional do algodão augmentar nos proximos 10 annos, conservando a mesma percentagem do ultimo decennio, dentro de 10 annos o mundo necessitará de 38 a 40 milhões de fardos, como consumo normal e os plantadores de algodão de todo o mundo deverão supprir essa quantidade de algodão. Isto significaria um augmento de 7 a 9 milhões de fardos no volume annual do commercio desta fibra. Onde serão produzidos e onde serão consumidos dentro de 10 annos esses 38 a 40 milhões de fardos de algodão? Tanto o desenvolvimento das áreas de produção como das de consumo, no proximo decennio, serão determinados, provavelmente, em parte pelas tarifas aduaneiras e outros obstaculos do commercio internacional, pela intensificação ou modificação das politicas nacionalistas de alguns paizes de bastar-se a si proprios no que se refere ás materias primas e productos manufacturados, e pela tendencia de expansão das industrias texteis nos paizes productores de materia prima. No que se refere ás áreas de produção de algodão, ha dois factores addicionaes que se apresentam como de primordial importancia: o relativo progresso observado em varias nações productoras de algodão, no que se refere ao seu custo de produção e á melhora da qualidade do producto, pela utilização de adiantados metodos de trabalho e modernas machinarias; a politica seguida pelo governo dos Estados Unidos quanto á produção e commercialização do algodão nesse paiz".

O Sr. Torres Filho diz que essa noticia, cujos conceitos esposa, vem até certo ponto contradizer um certo derrotismo que se vem notando relativamente á produção algodoeira do Brasil. A nossa situação deve ao contrario, ser encarada com optimismo, bastando que se observe que, sendo o algodão um producto de crescentes applicações industriaes e pois de consequente consumo, limitadas são as possibilidades de produção. A China, a India e o Egypto, para não fallar em menores productores, não podem consagrar áreas muito maiores de cultivo ao algodão, pela necessidade de produção de generos de consumo de alimentação dos respectivos povos. O proprio esforço da Russia, está sendo limitado por essa necessidade enquanto que os Estados Unidos, a seu ver, já atingiram o maximo de proctividade. Nestas condições, o Brasil terá de reforçar os seus trabalhos technicos porque, fatalmente, das suas vastas áreas de cultura de-

verá sair a materia prima para a industria textil do mundo, conforme, aliás, já o previra Arno Pearce.

O Sr. José Maria Fernandes diz que a questão do algodão é uma questão de preço. Por ser barata, essa fibra é, justamente, a mais procurada. Elevar o preço do algodão é estimular os succedaneos a estimular em grande escala a politica das expansões territoriaes. As taxas, sobre-taxas, impostos e outras difficuldades fiscaes, devem, portanto, ser o quanto possivel afastadas para evitar-se que oneram a produção encarecendo a fibra.

O Sr. José Maria Fernandes, a proposito, aproveita o ensejo de tratar-se do assumpto, para respigar um trabalho de sua autoria sob o titulo: "A Industria Mundial do Algodão" — "Produção, Consumo e sua Importancia para o Brasil", do qual transcrevemos os seguintes trechos:

"Em cada transacção da industria algodoeira ha sempre duas phases bem distinctas, quer seja para a compra e venda da materia prima como para os productos manufacturados. A primeira é a realização do negocio, resultando quasi sempre, na assignatura de um contracto, estipulando todos os detalhes sobre a quantidade, qualidade, epoca da entrega e demais obrigações das partes contractantes. A segunda, refere-se ao preparo e entrega efectiva da mercadoria negociada. Em alguns casos essas duas phases são simultaneas, isto é, a mercadoria é entregue na mesma occasião em que se faz o negocio, mas isso geralmente se acontece na parte final da distribuição, isto é, na venda do varejo para o grande publico consumidor. Na maior parte dos casos as transacções são effectuadas com uma antecedencia de, pelo menos, seis mezes. E' o que acontece com os grandes commerciantes por atacado, exportadores ou commissarios, que contractam com os industriaes a compra dos tecidos, a preços previamente fixados, para serem entregues parceladamente, dentro de um periodo estabelecido, e baseados, na maioria dos casos, em outros contractos assignados com a freguezia, espalhada as vezes, em mercados bem afastados do paiz e até o estrangeiro. Os industriaes, por sua, contractam com os commerciantes dos mercados centraes, o recebimento parcelado da materia prima, também a preços prefixados e correspondentes ás vezes suas vendas de tecidos. Immediatamente o distribuidor da materia prima contracta com os seus fornecedores do interior ou dos centros de produção, os lotes da qualidade estipulada pelo industrial. Como esses contractos podem ser firmados muito antes da epoca do plantio do algodão a ser entregue, o commerciante, para acobertar-se de possiveis prejuizos, provocados pelas possiveis oscillações dos mercados ou pela difficuldade ou escassez da qualidade estipulada em seus contractos de venda, na occasião das entregas, recorre aos contractos do "termo" na Bolsa do Algodão, que lhe assegura preços fixos para as epocas das entregas estabelecidas, ficando assim livre para adquirir a mercadoria, da qualidade estipulada, á medida que o industrail for precisando da materia prima. E' o que se chama "hedge" que nada mais é do que um seguro que garante a qualquer dos interessados, contra possiveis prejuizos entre o periodo da assignatura dos contractos e a entrega efectiva da mercadoria, mediante uma pequena taxa.

Aproveitando-se, também, das conveniências do "hedge" muitos agricultores nos Estados Unidos, recorrem hoje a esse processo para assegurar preços convenientes para as suas safras muito antes de iniciar as plantações.

Recebido de início como perigoso jogo, o emprego do "hedge" estende-se hoje, a quasi todas as transações das diversas fases da industria algodoeira, sendo mesmo consideradas como verdadeiras especulações, todo e qualquer negocio de compra e venda para entregas futuras (não confundir com "future") que estiver devidamente garantido, por uma operação inversa, no "termo".

Esse processo diminui bastante os riscos dos negocios e especialmente as despesas, seguros e taxas diversas, cobradas pelos bancos, companhias de seguros, armazens de depósitos, etc., em virtude de não haver receio de qualquer dificuldades, nas liquidações dos negocios de seus clientes.

"Não fosse a crise econômica que se tem verificado nos ultimos annos em todos os paizes e a nova politica de cada qual bastar-se a si proprio, o que restringiu o valor do commercio internacional de 68.600 milhões de dollars, em 1929 para 23.375 milhões em 1934, isto é, uma differença para menos de quasi 66 %, o consumo no minimo, de 35 milhões de fardos, e, a continuar a mesma progressão dos ultimos annos, em mais de 40 milhões em 1940. Acresce ainda que o consumo "per capita" não é o mesmo em todos os paizes, sendo estimado em 25 a 30 libras nos Estados Unidos, 16 a 15 na Europa e não mais de 5 libras na India. Em 1927 o Departamento da Agricultura de Washington estimou em 1 fardo de 478 libras para cada 74 habitantes do globo, o que somente devido ao augmento normal da população, de 18 a 20 milhões de habitantes, garantirá um acrescimo annual de cerca de 250.000 fardos.

Existem actualmente em funcionamento em todo o mundo industrial mais de 150 milhões de fuzos, dos quaes 90 milhões na Europa, ... 26.800.000 na Ásia, 32 milhões na America e 2 milhões em varias outras regiões.

Entre os paizes que dispõem de maior numero de fuzos encontra-se ainda hoje a Inglaterra, com 39.938.000, seguindo-se logo depois os Estados Unidos com 27.288.000, em 3º lugar o Japão com 11.853.000, 4º a Alemanha com 10.247.000, 5º a França, com 9.932.000, 6º a Russia, com 9.900.000, 7º a India com 9.877.000, 8º a Italia com 5.483.000, 9º a China com 5.051.000, 10º a Tchecoslovaquia com 3.248.000, o Brasil com 2.714.000, etc. E' de notar-se que apesar de serem os productos manufacturados com o algodão consumidos em todos os paizes do universo seis paizes, no entanto, produzem 80 a 90 % de toda a materia empregada. A Europa, onde se encontra a maior parte das industrias, não produz praticamente o algodão. O Japão tem que importar toda a sua materia prima de outros paizes".

"Produção — Apesar de ser cultivado em cerca de 60 paizes, em regiões diferentes, as grandes áreas de produção estão localizadas em pequeno numero de paizes concorrendo o mais importante, até ha bem pouco tempo com mais de 50 % do total.

Os Estados Unidos, depois de ter alcançado em varias occasiões quasi 70 % ainda concorre hoje com cerca de 42 % de toda a produção mundial. Reunida á India, China, Russia, Egypto

e Brasil essa proporção se eleva a 90 %, formando assim bloco dos 6 paizes maiores produtores. A produção dos 5, seguintes paizes maiores produtores não passa de 6 % da produção total, isto é, do Perú, Argentina, Sudão-Anglo-Egypto, Mexico, Ugante. Acrescendo-se, ainda, a produção da Turquia, Coréa, Congo Belga e Nigeria temos, assim, reunidos em 15 paizes, 98 % de toda a produção mundial do algodão.

No ultimo anno commercial, isto é, de primeiro de Agosto de 1936 a 31 de Julho de 1937, o consumo americano, accrescido de cerca de 35.000 fardos destruidos por incendios, e outras causas diversas, foi de 13.135.000 fardos, inferior, portanto, á produção desse anno, estimada pelo governo americano em 17.500.000 fardos.

O "carryover" americano já existente de 6.962.000 fardos ficou assim augmentado de mais 4.355.000 fardos. Por outro lado o consumo de algodão de outras procedencias, além de ser inferior á produção, estimada em 18.140.000 fardos, deixou ainda um "carryover", que somado com o já existente se elevou a 6.721.000 fardos provenientes de culturas que se desenvolveram sob o estímulo dos preços altos alcançados por essa materia prima, devido á valorização artificial dos americanas. O "carryover" total de todos os paizes augmentou assim de 13.073.000 fardos para 18.046.000 fardos.

Dominando completamente a produção mundial por muito annos, os Estados Unidos nestes ultimos tempos, devido a dificuldade da obtenção do dollar pelos paizes compradores, têm visto as suas exportações diminuir rapidamente em proveito de outros paizes produtores. Além disso, a degenerescencia da fibra do algodão americano, especialmente do Texas e Oklahoma, tem concorrido também para a diminuição gradual do consumo dessa materia prima, pois que, de 1.748.000 fardos 1926/1927, quando o consumo mundial era de 25.679.000 fardos, baixou para 12.539.000 em 1935/36, quando esse consumo não foi além de 27.729.000. De 1911 a 1936 a produção americana decresceu de 21 % enquanto que a de outros paizes teve um augmento de 146 %.

O Sr. Arruda Camara chama a atenção da Sociedade para os termos da Portaria do Ministerio da Agricultura, de 18 — 10 — 1937, restabelecendo, naquella Ministerio, o registro facultativo das associações agricolas, estabelecendo, ao mesmo tempo, as vantagens decorrentes desse registro.

Propõe, portanto, que a Sociedade e principalmente a Confederação Rural Brasileira officie ás varias associações do paiz mostrando-lhas a conveniencia de se registarem no Ministerio, não só para que fique bem patente a pujança da iniciativa particular no campo associativo, como também, para o gozo das regalias proporcionadas pelo cumprimento daquella portaria.

A proposta é approvada e, a seguir, o Sr. Arruda Camara se refere ao segundo curso da Escola de Horticultura Weuceslau Bello, que se vae realizando com o exito esperado. Com effeito, nelle se acham inscriptos nada menos de 99 alumnos, dos quaes compareceram á ultima aula 97. E' essa media de frequencia um indice de interesse, de entusiasmo, mesmo, que vem despertando o Curso de Defesa Sanitaria Vegetal, ministrado pelos engenheiros agronomos Raeder, Amrques e Fadigas. Os alumnos foram

divididos em tres turmas que se revezam pelos respectivos professores. As aulas praticas de combate á saúva não puderam ser dadas nos terrenos da Escola, onde, mercê da vigilancia, que ha annos, ali mantem a Sociedade, não existem formigueiros. Essa falha, porém, não sacrificou o curso, tendo os alumnos, sob a direcção do Professor Padigas, ido aprender a matar formigas em outros locais onde existem.

O Sr. Torres Filho dá o seu testemunho a respeito do grande entusiasmo notado na Escola de Horticultura, por parte dos alumnos e mestres pois, que, ainda no ultimo domingo, esteve em visita ao estabelecimento em companhia do Deputado Teixeira Leite. Diz que essa iniciativa já pôde ser considerada vencedora, dependendo, entretanto, o maior exito da mesma do auxilio que lhe devam prestar os poderes publicos.

O Sr. Luiz Vitira, incumbido pela Sociedade juntamente com o Sr. Otto Frensel de organizar a II Semana do Leite expoz os trabalhos já realizados, bem como o plano de palestras a serem proferidas como propaganda da alimentação pelo leite, suas applicações industriaes e caseiras.

Solicita da Directoria algumas providencias e offerece á casa um exemplar do trabalho que apresentou ao Congresso Mundial de Lactinios da Alemanha, que já recebeu devidamente impressão nas linguas officiaes do certame: allemão, inglez e francez. Observa, a proposito, que esse trabalho não conseguiu ser publicado em portuguez pela repartição competente do Ministerio da Agricultura, onde as verbas são sempre escasas para os trabalhos de propaganda e de divulgação, tão necessarios ao progresso da agricultura e pecuaria nacionaes.

Encerram-se os trabalhos.

Sessão de 7 — 10 37

Sob a presidencia do Sr. Arthur Torres Filho como de costume, reunião semanal da Sociedade Nacional de Agricultura, iniciando-se os trabalhos, com a leitura, pelo Sr. Arruda Camara, de volumoso e interessante expediente, do qual destacamos: Telegramma do Secretario da Agricultura do Pará communicando a realização da solemnidade do Dia da Arvore em todo o Estado com a collaboração das escolas — o Sr. Presidente agradece a communicação e louva a efficiente do Sr. Leopoldo Penna Teixeira; carta do Dr. Hildebrando de Araujo Góes, Director do Saneamento da Baixada Fluminense, na qual, em referencia á noticia publicada no Jornal do Commercio relativa aos trabalhos de uma sessão anterior da Sociedade, gentilmente offerece esclarecimentos no que se refere aos trabalhos daquela Directoria. Informa o competente profissional que a bacia do rio Magé encontra-se presentemente limpa e desobstruida e que os rios Macacú e Guapy foram já beneficiados, restando apenas alguns affluentes, que serão brevemente melhorados. A acção da Directoria estendeu-se até á bacia do Guaxindiba sendo limpo o rio Cambá, affluente do primeiro. Adianta o Sr. Hildebrando Góes que com uma grande queda do indice puludico em virtude do abaixamento do plano d'agua e de seccamento de pantanos e brejaes. Os serviços definitivos, continua S. S., que consistem em dragagem e endicamentos, só serão atacados após a elaboração de um projecto de saneamento para toda a bacia hydrogra-

phica, como se observa nos nos rios Merity, Sarapuhy, Iguassú e Inhomirim. Diz que a orientação da Directoria nas obras da baixada, nas zonas dos cursos d'agua referidos na noticia da Sociedade, consiste em executar os serviços definitivos naquelles que se acham mais proximos da Capital em direcção aos mais afastados, attendendo-se, assim, ao criterio da escolha pela população, riqueza e possibilidade de maior desenvolvimento de varios municipios.

O Sr. Torres Filho manifesta a satisfação da Sociedade pela solicitude com que o Sr. Hildebrando Góes accorreu em prestar os esclarecimentos referidos e declara que a intervenção da Sociedade no caso foi devido aos desejos manifestados pelos plantadores de bananas uma reunião especial em que pediram o apio da Sociedade. Sentiam elles a necessidade não só da limpeza, rectificação, drenagem e desobstrucção dos varios rios que desaguam na Guanabara, mas, tambem, que se desse a esse serviço um caracter eminentemente economico. Os trabalhos da baixada são desses que representam medida de grande significação economica para o nosso paiz. De longa data a Sociedade se bate por esse saneamento, acompanhado de um plano de organização economica, sobretudo de colonização e saneamento, o qual daria um grande impulso no barateamento da vida da Capital pois que a Baixada facilmente poderia transformar-se num grande celeiro de viveres. Seria, pois, de toda conveniencia que se não descurassem essa parte complementar dos serviços que o Sr. Hildebrando Góes com tão grande zelo e devotamento vem executando dentro das possibilidades administrativas e financeiras da sua repartição.

O Sr. Arruda Camara lê, em seguida, um officio da Interventoria do Districto Federal, no qual é attendida uma justa pretensão dos pequenos lavradores e feirantes da Capital, no que se refere ás normas do tabellamento dos generos de pequena lavoura. E' assim que o edital de 10 de Agosto, segundo informa a Prefeitura, visa tão somente cohibir os abusos que vinham sendo praticados nas feiras livres, "uma vez que os feirantes só expunham á venda os similares ou especies de artigos não tabellados afim de que não ficassem obrigados a respeitar os preços fixados nas respectivas tabellas". Sallienta que os productos não alludidos na tabella poderão ser ahí incluídos bastando um pedido verbal do interessado.

O Sr. Arruda Camara presta opportunos esclarecimentos a respeito, como intermediario que foi junto á Sociedade do pedido dos pequenos lavradores.

E' lido, tambem, um officio do Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura no qual se informa que o Ministerio far-se-ha representar no 11º Congresso de Economia Leiteira de Berlim pelo Engenheiro Agronomo Frederico Laun.

Em seguida, diz que a Sociedade tem a honra de ver presente á sua reunião o Dr. Ulysses Cavalcanti, Secretario do Syndicato de Agronomos e da Associação Brasileira de Agronomia, que irá tratar de assumpto de grande importancia para a classe, qual a da actuação que compete aos funcionarios da agronomia em assumptos de credito agricola, principalmente na parte da peritagem e cadastragem das propriedades ruraes. E' uma das regalias que foram concedidas em legislação recente e que reclama todo o zelo dos profissionais porque é um campo muito

vasto de actividade para o exercicio da profissao. Uma das aspirações mais antigas da lavoura e da pecuaria e, como se sabe, a da instituicao, no Brasil, do credito agricola. Felizmente, depois de uma campanha que vem succedendo ha longos annos foi instituida no Banco do Brasil a Carteira do Credito Agricola graças ao fiel cumprimento da promessa que fez á classe o Sr. Getulio Vargas. Ao lado dessa iniciativa, medidas complementares e dentre ellas o penhor rural por meio de celulas penhoraticias, como uma das formas mais aconselháveis ao completo estabelecimento dessa medida no paiz. Ora, todas as associações ruraes do paiz estão exigindo que o Credito Agricola na sua execução corresponda aos anseios da classe, e, sendo, assim, mister se faz que a execução se opere dentro de normas assecuratorias do exito, e, para isso, a collaboração dos profissionaes da agronomia, a exemplo do que se faz em todos os paizes, é de todo imprescindivel e opportuno que os poderes publicos attendam, na regulamentação a ser baixada a collaboração referida procurando mesmo basear-a dentro de moldes que attendam as variedades do meio rural brasileiro. E essa parte, a ninguem melhor que o profissional de agronomia deve estar affecta, e o seu trabalho seria o de accommodar ao meio rural onde estiver localizada a propriedade beneficiaria o isstituto do credito. E' indispensavel o conhecimento muito especial do valor das propriedades agricolas não só no que se refere ao valor da terra mas, sobretudo, á satureza las culturas, situação economica dos productos, meios de communicacão, transportes, etc.. Por isso mesmo, não só o Ministerio da Agricultura, como, tambem, os profissionaes, precisam collaborar nesse trabalho, que é, por assim dizer, vital para o exito do credito agricola.

O Sr. Ulysses Cavalcanti diz que é assumpto que de ha muito preoccupa não só como profissional da agronomia como pela sua qualidade de Secretario do Syndicato. Por occasião do Congresso Brasileiro de Agronomia, em Piracicaba, teve oportunidade de apresentar uma these a respeito da execução do decreto 23.196, 12 de Outubro de 1933, que regula o exercicio da profissao agronomica. Esse seu trabalho tinha razão de ser. Não só nos Estados, como na Capital da Republica, assistimos aos trabalhos de peritagem, por sua natureza ligados á economia agricola, feitos por profissionaes de outras profissões liberaes, em detrimento da classe agronomica brasileira. A Caixa Economica, por exemplo, possui uma Carteira de financiamento á propriedades ruraes e no emtanto não existe no seu corpo de peritos um só agronomo. Pernambuco obteve muitos milhares de contos de emprestimo na Caixa Economica todos elles baseados em pericias feitas por profissionaes não formados em agronomia embora na artigo 11º do referido decreto se encontre, textualmente, o seguinte:

v) determinação do valor locativo e venal das propriedades ruraes administrativos ou judicias na parte que se relacione com a sua profissao.

x) avaliação e peritagem das propriedades ruraes, suas installações, rebanhos, de colheitas pendentes, para fins administrativos, judicias ou de credito;

z) avaliação dos melhoramentos fundiarios para os mesmos fins da linha "x")".

Continuando, o Sr. Ulysses Cavalcanti informa que em tempo levantou-se uma certa duvida quanto á interpretação desse texto legal. Por isso, o Syndicato Nacional de Agronomos solicitou do juriconsulto Clovis Bevilacqua um parecer, cuja conclusao foi inteiramente favoravel á classe dos agronomos, ficando provado que taes serviços são attribuições primitivas da classe. O parecer foi publicado em toda a imprensa do Brasil. Como na Caixa Economica a peritagem se processava contrariamente a esse texto legal, na conclusao da sua these pedia que o Congresso appellasse para o Governo Federal no sentido de, quando fosse regulamentada a lei e a Crateira Agricola do Banco do Brasil se tornasse essa faculdade privativa dos agronomos. Como se póde ver, "x" do artigo 6º, citada, dá exclusivamente ao agronomo a peritagem na Carteira do Credito Agricola. Quem melhor que o profissional da agronomia póde dar parecer consciencioso, criterioso, orientador para essa mesma carteira. Exemplifica. Os numeros impressionam as pessoas. Entre um pomar com 6, 7, 8 mil laranjeiras e um outro de 3, 4 mil laranjeiras, é quasi certo que um leigo, se incline para o primeiro e póde acontecer, por defeito de technica, que só ao profissional occorre, que o segundo offereça melhores garantias, sendo assim prejudicado o intuito do credito e o proprio banco. O assumpto da peritagem nas propriedades ruraes não póde dispensar o concurso do profissional da agronomia, como muito he msabe a Sociedade Nacional de Agricultura pois que foi ella a pioneira do Credito Agricola no Brasil, batendo-se durante tantos annos para que se tornasse realidade essa grande aspiração da agricultura brasileira. Por isso, está certo de que a Sociedade secundando a accao já desenvolvida pelo Syndicato, intercederá junto ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Director da Carteira do Credito Agricola para que só sejam admittidos no corpo de peritos agronomos com os seus titulos devidamente legalizados.

O Sr. Bertino de Carvalho adduz opportunas considerações, mostrando que é tão necessaria essa medida quant oé certo que, dentro da propria classe dos agronomos haveria necessidade de especializações, dada a diversidade de condições de meio a influir decisivamente no valor das propriedades e das culturas.

O Sr. Torres Filho propõe que a Sociedade se dirija, tambem, ao Sr. Getulio Vargas porque devemos essa regulamentação á sua boa vontade e comprehensão. Além disso, sempre se mostrou acolhedor no que se refere ás suggestões da Sociedade, prestigiando-as numerosas vezes até aavez de actos governamentais.

Allude, em seguida, o Sr. Torres Filho, á questão do pão mixto assumpto velho na Sociedade e que agora conseguiu mobilizar um grupo de alumnos do Collegio Pedro II, que prefeam, pela propaganda e pelos conselhos a sua adopção no Brasil, como meio de evitarmos a dependencia ao estrangeiro, pelo trigo de que necessitamos. Entendem esses estudante, e muito justamente, que, enquanto não iniciarmos no Brasil, a cultura em larga escala do trigo no Brasil, não devamos cruzar os braços e appellemos para as feculas de produccão nacional utilizaveis de mistura com a farinha importada. Tece, o Sr. Torres Filho, commentarios acerca da importancia que o controle exerceria no caso de adopção de um tipo de pão naquellas condições e termina di-

zendo que a Sociedade Nacional de Agricultura, prestigiando a iniciativa dos estudantes, offereceu-lhes o seu salão de reuniões e prestigiará em tudo que for possível a sua patriótica iniciativa. E' uma demonstração de nacionalismo objectivo e que faz admirar justamente pelo meio em que se agita, constituído auspicioso indice de vitalidade. Os estudantes sahiram do terreno das agitações peculiares até aqui aos meios estudantis para entrar no terreno das cogitações serias. Os estudantes preoccupam-se com o pão que o Brasil consome e procuram evitar que o Brasil continue preso ao artigo estrangeiro. E' um nacionalismo sã, digno de applausos e de incentivo e a Sociedade está com elle.

O Sr. Luiz Vieira propõe que a Sociedade realize este anno, como em 1935, a "Semana do Leite". A proposta é approvada e o Sr. Torres Filho designa o seu autor para, justamente com o Sr. Otto Frensel, elaborar o plano necessario.

O Sr. Arruda Camara lee commentarios em torno do recente projecto deCodigo Rural apresentado pelo Sr. Borges de Medeiros á Camara dos Deputados. Considera completo o projecto e lhe parece, assim, que a Sociedade não pôde ficar indifferente a esse trabalho. A Sociedade, que tem feito constar de todos os seus Congressos com ponto de importancia capital, o estudo doCodigo Rural, deveria, não só manifestar o seu applauso ao Sr. Borges de Medeiros, como, tambem, estudar o projecto, por meio de uma commissão especial, encaminhando, em seguida, á Camara, a sua opinião. O Sr. Torres Filho submete a proposta, que é aprovada, tendo sido designados os Srs. Luiz de Oliveira Mendes, Ulysses Cavalcanti e Filogonio Peixoto para integrem a commissão. Por suggestão do Sr. Luiz de Oliveira Mendes, a commissão ao invéz de offerecer trabalho em caracter de parecer limitaria o seu trabalho a colligir e concatenar o copioso material de estudo existente nos archivos da Sociedade e, sobretudo, recolhendo o grande manancial que representam as resoluções dos varios congressos rurais realizados pela Sociedade.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Torres Filho encerra os trabalhos e levanta-se a sessão.

Sessão de 11-11-1937

Sob a presidencia do Sr. Arthur Torres Filho e com a presença dos Srs. Alberto de Paula Rodrigues, Inspector de Generos Alimenticios, Monteiro Guimarães, Director Technico do Moimho da Luz, J. de M. Jardim e Alfredo Augusto Ferreira, representantes, respectivamente, dos moinhos Inglez e Fluminense, Luiz Moreira, Presidente da Associação dos Proprietarios de Padarias e representante do Syndicato dos Padeiros, uma delegação de alumnos do Internato Pedro II, Directores da Sociedade e muitas outras pessoas interessadas, realizou-se na quinta-feira ultima uma sessão especial na Sociedade Nacional de Agricultura.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Torres Filho diz que a sessão é consagrada ao estudo que a Sociedade vem de longa data fazendo com o objectivo de resolver o problema do pão nacional, como imposição do proprio crescimento da nossa população.

As providencias que se tomaram com esse objectivo tornaram-se tanto mais imperiosas

quanto é certo que o crescimento da população determina uma maior concentração nos centros urbanos. E, sendo assim, o Brasil tem que acompanhar os demais paizes para não ficar privado de um alimento insubstituível como é o trigo. Já foi uma cultura nacional. Não que o assumpto tenha passado despercebido dos nossos administradores pois varios delles, quer do Governo Federal quer dos Estados, têm se occupado da materia, mas, infelizmente, varios factores têm impedido o desenvolvimento da sua cultura.

A phase que atravessa o mundo é grave, com desequilibrio da vida financeira e com reflexos na vida social.

As autarchias economicas que as nações vêm pondo em pratica fazem com que cada nação procure se bastar a si propria, criando barreiras de toda ordem e, até influido subrepticamente, nos assumptos que, nos outros paizes, interessam directamente á sua economia.

O Brasil não pôde em absoluto, ficar na dependencia de um producto da terra. Temos que empregar todos os esforços para o incluirmos na nossa produção normal dos cereaes necessarios á nossa ração alimentar, como producto nosso.

Vem a proposito o caso occorrido com o vinho, que era, quasi todo elle, de importação. Hoje, no entanto, já quasi nos abastecemos com a produção nacional.

Assim tambem, poderá acontecer com o trigo e, consequentemente, com o pão nacional de trigo se nos propuzermos a estudar e a remover os obstaculos que se antepõem á sua produção. A materia já tem sido muito ventilada, inclusive por esta Sociedade, desde 1916. Cumpre citar aqui, o Governo do Dr. Getulio Vargas, no Rio Grande do Sul, que muito se esforçou para que a cultura do trigo se desenvolvesse no Estado, não poupando, outrossim, esforço para que, no Governo da Republica, o problema se encaminhasse para a solução desejada.

E' de referir, tambem, que o Conselho Federal do Commercio Exterior, cujo trabalho, tem sido, por assim dizer, ininterrupto e, ultimamente, graças a esses esforços, já dispomos de uma lei visando a cultura do trigo no paiz. Essa lei não attende, infelizmente, á premencia do momento, que exige medidas energicas do ponto de vista economico e fiscal. Na Argentina que é a fonte onde vamos buscar o trigo, estamos vendo os stocks baixarem, com a ostensiva interferencia do respectivo governo, alteando os preços e, agora mesmo, suspendendo as exportações.

E' assim que, de 5,15 pesos, preço em 1933 e que se manteve até 1935, nos ultimos mezes do anno findo attingiu de 8 a 9 pesos e em Janeiro ultimo subiu a 10 pesos, quando o Governo Argentino retira-se do mercado continuando no entanto a se verificar essa marcha ascencional.

Demonstra que esa alta dos preços ainda não se fez sentir muito intensamente no preço do pão aqui, mas ainda se reflectirá, agravando, sem duvida, a questão social. E' uma situação grave e precisamos tomar medidas que attenuem os seus effeitos.

Quanto aos moinhos nacionaes tem sido de augmento constante a sua actividade, o que de-

monstra o crescimento do consumo, pois que attingiu a 900.000 toneladas, em 1936, a importação de trigo estrangeiro, representando cerca de 630.000 contos de réis.

Foi devido a esses factos que accudiu a esta Sociedade o tratar novamente de tão importante assumpto.

Louva o Sr. Torres Filho, a iniciativa dos estudantes do Internato Pedro II que, patrioticamente, vem secundar os esforços da Sociedade offerecendo-se para desenvolver uma campanha em favor do consumo do pão misto.

Declara que esse assumpto tem sido es-tuado, também, no estrangeiro. Entre nós, a Sociedade e o Governo, se tem preocupado com elle e, agora, até o meio estudantil, que, assim, demonstra uma grande percepção do momento que vivemos e um profundo e sadio nacionalismo.

Já teve o orador occasião de conversar com directores de moinhos, não só aqui na Capital como em S. Paulo, onde lembrou a mistura do trigo com a farinha de milho.

Observa que o Conselho Federal do Commercio Exterior a applaudiu ao Sr. Presidente da Republica, nas medidas por S. Exa. postas em vigor com o objectivo de incentivar a cultura do trigo e o consumo do pão misto, tem mostrado querer resolver o.

Diz, então, o Sr. Torres Filho, que convidou o Sr. Paula Rodrigues para estudar o assumpto pois, com os conhecimentos que tem esse tecnico a Sociedade melhor poderá attingir os seus objectivos. Apresenta-o á Casa e S.S., iniciando a sua explanação, diz que desde a mais alta antiguidade o trigo foi considerado como o alimento imprescindível. Até no "Pae Nosso", a oração dominical, já se fazia referencia ao pão, como o alimento de cada dia. Aqui, entre nós no Brasil, o trigo nunca teve um valor tão grande como na Europa. Nos paizes asiaticos elle é misturado com o arroz. No Brasil, predomina, na mistura, o milho e a mandioca.

O milho não pôde competir com o trigo mas, embora não seja tão alto o seu valor como alimento plastico tem, contudo, o milho os elementos de crescimento e manutenção do peso essenciaes para o individuo.

Quanto ao valor em calorías de uma alimen-to, é elle o principal a considerar. Assim, enquanto o pão de trigo apresenta 260 calorías e o milho 284, o pão misto de 30 % de milho denota o elevado teor de 324 calorías. Portanto, como alimento dynamico, o pão misto é mais rico e, pois, mais valioso, sobretudo para as classes trabalhadoras.

Esse pão, além disso, é mais saboroso e agradável que o de trigo devido a ser o milho mais gorduroso dando, por isso, a impressão de ser feito com manteiga.

Com a fabricação do pão misto, — mais barato — haverá maior consumo, porquanto, no interior do Brasil come-se mais a brôa de milho, nem se conhecendo, em muitos logares, o pão, propriamente dito.

Devemos fazer uma intensa propaganda nesse sentido.

Em outros paizes tem-se feito a mistura até com feijão.

O Paraguay fez com a farinha de soja, que é um legume riquissimo em gorduras, producto de largo e cada vez maior consumo, sobretudo

na Asia, de onde vem se irradiando o seu uso até pelos paizes da Scandinavia.

Outro aspecto interessante a abordar seria o do pão integral. Os sacs de calcio e de phosphoro existem mais no milho. A dentição entre nós é pessima e devida á deficiencia de calcio na nossa alimentação. Quem é melhor alimentado resiste mais á molestia. Infelizmente, o pão mais consumido no Brasil é aquelle feito da chamada "flor da farinha" cujo processo de fabrico importa na eliminação dos mais nobres valores alimentares do grão. Na Europa, o pão preto, é o pão do pobre ao passo que entre nós elle não é accito pelo pobre e é procurado pelo rico, por ser, paradoxalmente, mais caro.

Offerece á Sociedade Nacional de Agricultura os seus applausos ao estudo que ella vem fazendo e calcula em 210 mil contos a economia annual com o emprego de 30 % de farinha de milho no nosso pão.

Falou, a seguir, novamente o Sr. Torres Filho.

Agradecendo as palavras encorajadoras e patrioticas do Dr. Paula Rodrigues que vem prestigiar essa campanha, pois é S.S. de longa data um estudioso da materia, offerece a palavra a algum dos presentes, que a queira usar sobre o assumpto.

O representante do Moinho Inglez, diz que o seu estabelecimento, ha um anno, resolveu intensificar o consumo do pão integral. Para a sua introdução nos habitos alimentares chegou, até, a fazer formas que eram offerecidas aos panificadores, mas não logrou exito. Dis que precisamos fazer uma propaganda entre os brasileiros em favor do consumo do pão integral.

oltando a usar da palavra, o Senhor Arthur Torres procura saber, relativamente á mistura das farinhas, se ella deve ou pode ser feita nos moinhos ou nas padarias. Ouvira de diversos interessados opiniões divergentes. Uns se manifestavam a favor da mistura nos moinhos, ao passo que outros achavam que a mesma só deve ser feita nas padarias.

Para esclarecer esse ponto fala o representante do Moinho Inglez, que considera inconveniente a mistura nos moinhos, sobretudo pela facilidade de deterioração. A seu ver, a mistura só deveria ser feita nas padarias.

Em opposição, falou o Sr. Monteiro Guimarães, representante do Moinho da Luz, que demonstra scientíficamente as possibilidades e as vantagens de ser a mistura das farinhas feita nos moinhos.

O Sr. Torres Filho, a seguir, lembra a necessidade de serem estabelecidos os typos standards de pão mixto, por isso que o pão que se vende com esse título não é igual nas diversas padarias. Ha qualquer cousa a dificultar esse aspecto da questão. Talvez a technica seja deficiente.

E', então, que volta a usar da palavra o Sr. Paula Rodrigues para explicar que a fabricação do pão comprehende, entre nós, dois periodos distinctos: o primeiro é o de antes das amassadeiras mecanicas, quando a massa erra trabalhada mão. O segundo periodo é o comprehendido a partir das amassadeiras mecanicas.

Continuando o estudo da fabricação, trata S.S., a seguir, da questão dos fermentos. Declara que o pão que se come em Paris ou em Buenos Aires, o pão commun, é semelhante aos pães finos que entre nós são vendidos nas confei-

tarias de luxo. Isto é devido não só á qualidade dos fermentos usados, como, principalmente, devido ao esmero na fabricação. Em Petropolis, sempre se comeu um excellent pão devido a ter sido o seu fabrico, alli introduzido com perfeito conhecimento pelos allemães, que empregaram, na sua fabricação fermento de cerveja.

O Melhorador Chimico — O Dr. Paula Rodrigues fala,, então, sobre o "Melhorador Chimico", explicando as suas vantagens, inclusive abreviando o trabalho do padeiro. Diz, depois, que essa questão da perfeita fabricação do pão só pôde ser resolvida pela technica.

O Sr. Monteiro Guimarães, representante do Moinho da Luz, declara que aquelle moinho montou uma padaria modelo para a formação de mestres padeiros competentes collocando-a á disposição dos proprietarios de padarias que, entretanto, não a usam em grande escala.

Os Aprendizes de Padeiro — E' tratada, a seguir, a questão dos aprendizes de padeiros. O representante da Associação de Padarias diz que a sua sociedade de classe fez uma representação ao Ministro do Trabalho solicitando que fosse facultado ás padarias a admissão de aprendizes nas padarias, o que presentemente é prohibido e impedindo, assim, a aprendizagem, que tantos beneficios traria á technica da panificação.

Diz, tambem, que as nossas instalações são antiquadas, sendo raros os estabelecimentos que dispõem de formas modernas.

O Pão de Centeio — O pão de centeio puro não tem tido acceitação porque, em geral, a freguezia pensa ser elle proprio para doentes. Torna-se necessario a educação do povo no sentido de saber escolher a sua boa alimentação.

A Campanha pelo Pão Nacional — O Sr. Torres Filho, voltando a falar, diz que a Sociedade vae fazer uma campanha nos collegios e torna-se preciso que o pão nacional que se vae offerrecer ao publico seja melhor possivel.

O representante das padarias declara que o pão mixto não tem sido bem acceito, talvez devido á imperfeição que ainda se nota no seu fabrico.

Entretanto, esse mesmo pão mixto tem sido bem acceito pelo trabalhador.

A essa altura, intervem o Sr. Paula Rodrigues e demonstra as razões que tornam o pão mixto ou, mesmo, somente de milho, como o ideal para o homem de trabalho pesado, devido ás substancias alimentares daquelle cereal serem mais indicadas para esse consumidor do que as do trigo.

O Sr. Arruda Camara lembra ter sido de iniciativa dos alumnos do Internato Pedro II a campanha que ora se vae começar pelo consumo do pão mixto, de trigo e milho ou de trigo com outros cereaes ou feculas nacionaes, assim como pelo desenvolvimento da cultura do trigo.

Do ponto de vista da expansão do consumo mdo pão mixto, é altamente significativa dos alumnos, o que o leva a suggerir á Sociedade levar ao conhecimento de todos os collegios e em todos os logares onde se possa desenvolver a campanha do pão mixto, que ora se inicia e que visa melhorar as condições daquelles que vivem ainda em estado de sub-alimentação.

O Sr. Torres Filho declara receber essa indicação com agrado e a porá em votação em breve.

Em seguida, dá a palavra, de novo, ao Sr. Monteiro Guimarães, que diz sempre pôr o interesse geral acima do particular. Estamos em um periodo anormal e, pois, é favoravel ao pão mixto. Entretanto, para attingirmos o nosso objectivo da fabricação e consumo de um excellent pão mixto de trigo e milho, precisamos saber o que devemos fazer. Diz que é um homem de guerra e como homem de guerra pôde falar. Não podemos misturar 30 % de farinha de milho, por não dispormos, presentemente, desse cereal em quantidade que autorizasse a tal. Não podemos — diz — misturar, este anno, nem 10 % de farinha de milho. No Rio de Janeiro não ha stocks.

O Sr. Torres Filho diz que, do ponto de vista bromatologico e problema está resolvido, como bem o demonstrou o Dr. Alberto de Paula Rodrigues, technico competente que é, o representante official, da Inspectoria de Genero Alimenticios. E' preciso, agora, resolver o do ponto de vista economico e, tambem, do seu perfeito fabrico. Em breve, não teremos ouro para comprar trigo, caso continue o augmento da importação que se verifica pelo quadro estatístico, pois de 291.000 toneladas em 1920 attingimos a cerca de 900.000 em 1936.

O representante do Branco do Brasil declarou na ultima reunião do Conselho Federal de Commercio Exterior que aquelle estabelecimento está em difficuldade para attender o fornecimento de cambias relativas á importação sempre crescente de trigo argentino.

Continuando, declara que o assumpto já foi bem ventilado. Podemos contar com a solidariedade dos padeiros e dos moinhos. O assumpto tem a sua complexidade mas o Governo será obrigado a tomar medidas para resolver-o. E sabe que assim será, porque, além do seu aspecto social, ha o economico e financeiro.

O Sr. Torres Filho sumette á apreciação dos presentes a proposta do Sr. Arruda Camara, que é approvada, sobre a iniciativa dos alumnos do Internato Pedro II. A Sociedade levará ao conhecimento de todos os collegios e a todos os Estados da União aquella iniciativa e comunicará, tambem, que os alumnos do Internato Pedro II vão excursionar pelo interior do Brasil levando por toda parte aquella bandeira que constitue, depois do problema da siderurgia, o mais relevante para a economia nacional.

Suggestões Apresentadas — Voltando a usar da palavra, o Sr. Paula Rodrigues suggere que a Sociedade se dirija ao Governo pleiteando a adopção de medidas no sentido de que no fornecimento de generos ás clases armadas seja incluído o pão mixto.

O Sr. Monteiro Guimarães, apoiando a idéia do Sr. Paula Rodrigues, propõe que seja ella extensiva a todos os estabelecimentos de ensino e ás instituições dependentes do Governo.

O Sr. Virginio Campello diz que já fez amostras com farinha de mandioca para satisfazer pedidos vindos dos Estados Unidos.

O Sr. Marcello S. Braga entende que a propaganda deve ser feita tanto do pão mixto como, tambem, do pão integral, pois que com este conseguiríamos um producto mais alimenticio e diminuiriam as nosas compras de trigo.

O representante do Moinho da Luz lembra, então, que, no Brasil, muitas coisas não se vendem porque são caras e são caras porque não se vendem.

Usa, então, da palavra, um dos alumnos presente do Internato Pedro II, o jovem Arnaldo Salazar Pessoa, que fala em nome da delegação.

Diz que elles, alumnos do Internato Pedro II, sentindo-se impressionados com o que se vem passando relativamente ao pão, alimento primordial, e vendo a necessidade de, no mais breve prazo, termos a garantia do abastecimento do pão, independentemente dos recursos extranhos ao paiz, resolveram trazer á Sociedade Nacional de Agricultura a sua collaboração na campanha que esta Sociedade de ha muito vem sustentando em prol da materia prima nacional para o fabrico do nosso pão.

Até aqui havia duvidas quanto ao valor alimentar do pão fabricado com uma porcentagem de farinha de milho. Agora, porém, depois da palavra autorizada do Dr. Alberto de Paula Rodrigues, já nenhuma duvida subsiste. O chamado "pão mixto", feito com farinha de trigo e uma porcentagem de farinha de milho, tem um alto valor alimenticio, sendo, mesmo, superior em calorías ao pão sómente de trigo.

Allega-se que ha falta de farinha de milho, mas se houver um augmento constante de pedidos desse producto a sua safra augmentará.

Tambem, produzimos trigo e, assim crescendo essa produção, em breve teremos o trigo sufficiente para as necessidades nacionaes e, poderemos voltar a consumir o pão de trigo.

Seria interessante se a Sociedade de Agricultura fizesse impressos, folhetos e cartazes de propaganda para serem fartamente distribuidos, assim como palestras pelo radio e conferencias publicas, usasse, enfim, de todos os meios de propaganda, em collaboração com os Ministerios da Agricultura e da Educação, afim de melhor attender o objectivo.

Lembra, tambem, uma reunião collectiva em um theatro para troca e debate de idéias sobre a orientação da campanha.

Diz que existem no Internato Pedro II muitos alumnos dos Estados que veem do interior para estudar aqui. Esses alumnos, ao voltarem para as suas terras poderão constituir meios de levar aos seus rincões a idéia que se vae propagar.

Declara, por fim, que, se todos se dedicarem com ardor, o problema será resolvido.

O Sr. Torres Filho, dirigindo-se áquelles alumnos e aos presentes, em geral, declara que as palavras da juventude constituem um estímulo e um conforto moral.

Pensando bem esse gesto dos alumnos do Internato Pedro II, que de longa data se interessam pelos problemas nacionaes, a Sociedade irá proseguir nessa campanha desdobrando o programma em todos os seus aspectos.

Está certo de que S. Ex. o Sr. Presidente da Republica prestará todo o apoio que fôr necessario para o fim por todos desejado.

Por fim, S. S. diz que na proxima reunião de quinta-feira, em proseguimento da de hoje, deverão ficar fixados alguns pontos da campanha que vae ser iniciada.

II SEMANA DO LEITE — O Sr. Luiz Vieira, Director Technico da Sociedade, communica que a Comissão nomeada pela Sociedade para levar a effecto a II Semana do Leite na Feira Internacional de Amostras tem envidado todos os esforços no sentido do bom exito desse empreendimento. Diz que a Comissão já recebeu muitas adhesões de empresas de lactei-

nios, repartições publicas e pessoas interessadas. As Companhias Nestlé, Lactinios Leopoldinense e Industrias Fagundes Netto & Cia. vão participar daquelle certame.

Aproveita a oportunidade para agradecer ao representante do Moinho Inglez os biscoitos de leite que offereceu para serem distribuidos entre as crianças no "Dia do Copo de Leite", que se realizará durante a II Semana do Leite.

Em seguida, apresenta o programma das palestras que vão ser realizadas durante aquelle certame, já publicado.

Fala tambem, sobre a exposição de productos lacteos e sobre os paineis allusivos ao consumo de lactinios, que serão exhibidos no stand da II Semana do Leite.

Encerram-se os trabalhos ás 19 horas.

Sessão de 18-11-1937

Sob a presidencia do Sr. Arthur Torres Filho realizou-se com grande concurrencia, a sessão semanal da Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Á esta reunião, quasi toda ella dedicada ao estudo do "Pão Mixto", compareceram os representantes dos moinhos desta Capital, diversos industriaes de panificação, directores de associações de classes e diversos outros interessados ou estudiosos do problema do pão nacional.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Torres Filho, determina a leitura do expediente, que constou, dentro outros, dos seguintes papeis: officio do Directorio Academico da Escola Nacional de Agronomia hypothecando solidariedade na medida que acaba de tomar a Sociedade na questão do credito agricola a ser posto em execução pela Carteira Agricola do Banco do Brasil no sentido de serem os agrónomos os encarregados dos serviços de peritagem e cadastragem das propriedades ruraes, para os effectos da avaliação e credito; officio do Dr. José Maria Fernandes, rectificando a publicação feita sobre o "hedge", e que deve ser a seguinte: "Recebido de inicio como perigoso jogo, o emprego do "hedge" estende-se hoje, nos mercados organizados, a todas as transacções das diversas fases da industria algodoeira, sendo considerado, verdadeiramente, especulação todo e qualquer contracto de compra e venda para entregas futuras, (não confundir com "future"), que não estiver devidamente garantido por uma operação inversa, no "termo". Aproveita o Sr. J. M. Fernandes para communizar que as ultimas estimativas do Departamento de Agricultura de Washington sobre a produção do algodão vieram modificar a posição da America do Norte no mercado mundial. E' assim, que a produção americana, estimada em 17.500.000 fardos até 1º de Outubro, passou para 18.320.000, com a apuração de 1º de Novembro, batendo, assim, um record até aqui nunca alcançado, devido, unicamente, ás condições do tempo no final da safra, consideradas quasi 100 % do normal de todos os factores. Essa produção, acrescida do saldo do ultimo anno, estimado em 1º de agosto em 6.235.000 fardos, elevou a offerta do algodão americano para 24.478.000 fardos que irão forçosamente influenciar a baixar nos mercados internacionais. Com a produção de outros paizes, estimada em cerca de 20.000.000 de fardos e o "carry-over" mundial de quasi 14.000.000, o algodão que será offerecido ao consumo mundial

durante o anno de 1937/38 ultrapassará a casa dos 52 milhões para um consumo, que se for identico ao do ultimo anno, cerca de 31 milhões, poderá deixar ainda um saldo, contra o consumo de mais de 20 milhões, em agosto de 1938, principalmente se a industria soffrer qualquer interrupção na sua constante tendencia de augmento dos ultimos annos".

A proposito dessa communicação, o Sr. Torres diz que ella tem grande importancia no momento porquanto vem revelar uma superprodução muito grande. Sabemos que o surto algodoeiro no Brasil deu-se em consequencia da crise da safra. A pequena propriedade foi que determinou essa produção algodoeira. Já o Governo da Argentina vinha fazendo com o algodão o mesmo que o nosso fez com o café. Em vez da paridade do preço procuremos a do rendimento. Reduzir a produção e melhorar a qualidade deve ser o nosso intuito. A produção americana passou de 13 milhões para 18 milhões de fardos. Em todo caso, a situação estatística do mundo não deixa de causar um acerta apprehensão, principalmente no Brasil, sabendo-se que o algodão está collocado em segundo lugar na nossa exportação com mais de 1 milhão de contos de réis.

Carta do Sr. Nivardo Mattos, abordando o momentoso problema do desenvolvimento do consumo do pão mixto, applaudindo a campanha, já victoriosa, empreendida de longa data pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Finda a leitura e os commentarios sobre o expediente, o Sr. Torres Filho declara que se vae tratar do assumpto principal da reunião: o pão mixto.

Assignala a repercussão que está tendo a campanha, principalmente devido á colaboração dos industriaes, directores de moinhos, associações de classe e conhecedores dessa materia, tão debatida em nosso paiz.

Relembra, o Sr. Torres, que em 1918, por occasião da grande guerra, a Sociedade Nacional de Agricultura estudou detidamente esse assumpto. Infelizmente, as medidas aconselhadas naquella epoca não puderam ser applicadas.

Periodicamente a Sociedade tem cogitado desse problema, de tanto interesse para o Brasil, e brevemente reunirá em um pequeno folheto toda a materia de seu valioso archivo.

Agora, estamos insistindo movgmente por essa idéa e tudo indica que seremos vencedores, sobretudo porque temos fundadas razões para esperar do oGoverno medidas definitivas a respeito.

Sei que o Sr. Presidente da Republica está muito interessado, em evitar que o paiz continue se exaurindo indefinidamente comprando fóra um producto que podemos produzir. Emquanto não o produzirmos em escala sufficiente, procuraremos remediar com feculas, em que o paiz é rico, o problema do nosso pão, que é ao mesmo tempo de alcance social, economico, e até de soberania.

O assumpto está mais que estudado e, agora, resta-nos fazer com que essas medidas sejam postas em pratica tendo em vista os recursos de que podemos dispor neste momento para que não haja falta das feculas com que vão ser feitas as misturas.

Quanto á parte technica, é necessario que a mistura satisfaça os requisitos de homogeneidade, de paladar, de valor nutritivo e de aspecto

do producto. Neste esentido, é preciso que seja assegurado o apoio dos moinhos. Como elles já tem laboratorios installados poderiam tomar a si o encargo de orientar as padarias, fazendo, elles proprios, as misturas, de accordo com o que for estabelecido em lei.

Depois do problema da mistura, um outro em que deveremos deter a nossa atenção é o dos transportes.

O Dr. Monteiro Guimarães, do Moinho da Luz, fala sobre as experiencias que tem procedido de diversas misturas, como, tambem, se promtifica a trazer alguns pães como amostras dos que tem feito com feculas de milho e de mandioca.

Tambem, o Sr. Raymundo Silva que, além da casa desta Capital, tem uma filial no Ceará, já produz pães com excellentes misturas de materia prima nacional.

O Sr. José Clemente dos Santos, que, tambem muito se tem esforçando, apresenta e explica os productos da Panificadora Nacional S. A., fabricados com farinhas mixturadas, em porcentagens que variam entre 5 e 20 de farinha nacionaes de milho e mandioca. Esses pães são muito apreciados, assim como outros, de laranja e de leite, apresentados pela mesma casa.

O Sr. Torres Filho congratula-se com o Sr. Clemente dos Santos, para quem tem palavras elogiosas pelo esforço que vem despendendo e a contribuição que vem dando ao estudo ao pão nacional.

A Sociedade — declara o Sr. Torres Filho — registra, com muito prazer, todos esse trabalhos que se veem fazendo com o elevado intuito de se resolver o magno problema, que tem tido muita repercussão. Nos collegios, muito se vem falando sobre o pão mixto. Na Villa Militar desde ha muito que se fabrica pão mixto com 15 % de milho, com muito boa acceitação. E' com muito prazer que registra essa victoria porque de longa data a Sociedade se vem batendo por esse problema. Desde o dr. Mignel Calmon, como o Dr. Simões Lopes e outros directores desta Casa, que, todos, se bateram pela solução desse problema.

Na Europa, de ha muito se faz pão mixto, com diversos outros productos, milho, soja e outros cereaes.

O Sr. Monteiro Guimarães declara que como industrial de trigo sabe — e o diz com sinceridade — que nenhum padeiro quer fazer pão que não seja somente de trigo. Agora, deante de uma situação excepcional para a vida financeira do Brasil, é com muito prazer que traz a sua colaboração ao estudo que ora se faz, de dotar o paiz com um pão contendo uma mistura de farinha de trigo com outras materias primas nacionaes.

No momento não podemos fazer essa mistura com elevada porcentagem de milho, mandioca ou outro producto indigena porque não temos stocks delles. Quanto ao milho ou á mandioca, S. S. reputa como dois productos de grande valor.

Quanto á allegada má qualida de do nosso milho, declara S. S. que tambem a Argentina já exportou de qualidade inferior, como o nosso, mas hoje aquelle paiz só produz milho de qualidade superior devido aos cuidados que foram dedicados áquella cultura. Nós podemos fazer o mesmo e em breve teremos um bom producto para o nosso consumo.

Lembra, a proposito, que o Sr. Presidente da Republica, no seu ultimo discurso declarou que no Parlamento ficou sem andamento um projecto de grande importancia para a nação, que foi o de estabelecimento, em bases technicas e economicas, da cultura do trigo no Brasil.

Devemos fazer com criterio a mixtura das farinhas e não como se fez com a gazolina, que não poudé proseguir devido a falta do producto a adicionar. Em seguida S.S. apresenta, tres typos de pão feitos com differentes systemas de mixturas.

Diz que o pão pequeno, feito com massa contendo apenas 5 % de milho não pôde ser vendido por 100 réis, ao passo que feito com uma alta porcentagem de mixtura não dá aspecto agradável nem o seu paladar é apreciado. Assim o pão pequeno só pode ser feito com pequena porcentagem de mixtura. Para o pão grande, entretanto, a porcentagem até 30 % não só dá bom aspecto ao producto como o seu paladar é agradável e, assim, agrada ao comprador. Contudo, só se pôde fazê-lo com fermento de boa qualidade. Em qualquer caso só pedimos applicar 5 % de milho, na mixtura, pelo menos no inicio, devido a falta desse producto.

Assim, o pão pequeno só pôde ser feito com pequena porcentagem de mixtura. O volume está na razão directa da mixtura. Tanto menor ou maior for o pão, também, menor ou maior, respectivamente, deve ser a mixtura.

A mixtura de 5 % feita com milho amarello dá excellente aspecto para pão grande. Melhor seria, ainda, com milho branco, mas este não ha no mercado.

Mostra, a seguir, pães com fecula de mandioca, de 30 %, 10 % e 5 %. Todos esses pães são cortados, distribuidos pelo Sr. Presidente, entre as pessoas presentes, que os provam.

Estes ensaios foram feitos no laboratorio do Moinho da Luz. Explica o Dr. Monteiro Guimarães que a fecula de mandioca consedva mais as caracteristicas do trigo porque a mandioca contem amido.

No pão pequeno, os 30 % de mixtura tribuem para estragal-o. Também temos que ter em linha de conta que o pão pequeno é que predomina nas padarias.

O Sr. Torres observa que quando a mixtura é feita com 5 % de mandioca quasi não é notada.

Quanto ao paladar, o Sr. Monteiro Guimarães observa que o milho é mais gostoso e mais aromatico. O milho é, também, mais gorduroso.

Devemos, diz S.S., partir do principio do aproveitamento da menor porcentagem do milho e da mandioca.

O Sr. Torres Filho, lembra, então, qual é a producção nacional do milho para demonstrar que só se pôde applicar 5 % de milho na mixtura com o trigo para satisfazer o consumo nacional.

O Sr. Monteiro Guimarães diz que seria necessario que os moinhos se consorciassem afim de se obter um calculo perfeito e uma boa distribuição das farinhas e feculas nacionaes.

O agricultor — diz S.S. — não pôde continuar a ter o pequeno lucro que tem actualmente, que não lhe desperta o necessario interesse pelo augmento da producção, contribuindo isto para se aggravar a questão social. Depois S.S. refere-se á alta havida na mandioca, o que determinará o desenvolvimento da sua cultura.

Diz que este anno começou a pagar o milho branco por muito bom preço.

Apresenta, então, os interessantes diagrammas feitos com os aparelhos inventados pelo Sr. Brabender. Na Argentina já se fez a classificação de diversos typos de farinha, verificando-se, graças a esse indispensavel classificador, quaes as especies de trigo que não dão farinha aproveitaveis.

O territorio da Republica Argentina arha-se presentemente dividido em diversas zonas, de accordo com a natureza do solo, para o effeito da cultura do trigo e segundo os caracteristicos de cada variedade. Tudo isso graças ao aparelho Brabender.

Odiagrammas demonstram todas as propriedades do cereal ou, melhor, as porcentagens de cada propriedade de uma determinada farinha.

O Sr. Monteiro Guimarães estende-se em considerações sobre os diagrammas Brabender e diz que para uma mixtura intelligentemente feita elles não apresentam inconveniente algum, antes, são indispensaveis.

Finalmente, diz que chamados que foram a dar um remedio a essa industria, que se acha em difficuldade, trouxeram de boa vontade a suas suggestões.

Declara-se inteiramente ao dispor da Sociedade para as exeperiencias que se julgaram necessarias.

Retomando a palavra, o Sr. Torres Filho declara que a Sociedade ouviu a palavra autorizada do Doutor Monteiro Guimarães e que a colaboração que elle trouxe hoje é mais um testemunho do seu amor á causa do nosso paiz. Elle falou como technico sue é — e dos mais competentes sue possuimos. Além disso, S.S. falou como Director de moinho. Depois, S.S. se refere aos graphicos produzidos pelo aparelho Brabender. Diz que a demonstração feita é valiosissima porque nós vemos alli traçada a orientação que podemos seguir.

Diz que os nossos technicos tem no Moinho da Luz, em seu laboratorio, um campo de applicação dos seus conhecimentos. Contudo, para que haja boa panificação torna se preciso a acceitação pelo publico do pão mixto.

Renova, mais uma vez, os agradecimentos da Sociedade e dos nossos agricultores porque alem de se resolver um dos seus maiores problemas determinará, também, uma revolução nas culturas do nosso paiz.

Será um progresso na evolução dos campos e depois que tivermos dado esse passo inicial iremos ficar admirados de não termos feito isso ha mais tempo.

Temos, também, aqui presente o Sr. Raymundo Gonçalves, que é um batalhador pelo problema.

São apresentadas diversas amostras de feculas nacionaes.

O Sr. Monteiro Guimarães diz que sempre fez uso de feculas no preparo das massas, já em Portugal, onde o paladar é o mesmo que o nosso, como agora, no Brasil. A fecula — diz S.S. — dá, ainda, ao pão um aspecto muito agradável.

O Sr. Torres Filho congratula-se com o Sr. Clemente dos Santos, para quem tem palavras elogiosas pelo esforço que vem despendendo e a contribuição que vem dando ao estudo do pão nacional.

Finalizando, o Sr. Torres Filho diz que a sessão se transcorreu com uma feição eminentemente pratica e mais uma vez reitera os seus agradecimentos aos Srs. representantes dos mo-inhos, das associações interesseadas, dos technicos, estudiosos e interessados que, todos elle, contribuiiram para o estudo do magno problema do mixto e outros assumptos com elle relacionados.

E, deante de tudo quanto acabamos de apreciar, eu faço votos — diz, finalizando, o Sr. Torres Filho — como ainda foi a conclusão de um inquerito feito em 1917 e com o apoio que o Governo vae dar á creação do pão mixto — marco de uma nova era na nossa economia — que tenhamos, agora, o pão “3 B”, Bom Barato e Brasileiro.

Em seguida são suspenso os trabalhos.

Sessão de 9-12-1937

Sob a presidência do Sr. Arthur Torres Filho e com o comparecimento de grande numero de directores e socios, realizou-se a sessão semanal da Directoria Nacional de Agricultura.

O expediente constou de numerisos papeis, dentre os quaes destacamos: convite do Director do Ensino Agricola para a solemnidade da collação de grão dos agronomos de 1937. O Sr. Arthur Torres Filho declara que representará pessoalmente a Sociedade; officio do Director do Expediente e do Pessoal do Ministerio da Fazenda, no qual, transmitta a comunicação do Presidente do Banco do Brasil a proposito do memorial que lhe foi enviado pela Sociedade sobre a pretensão dos agronomos de lhes ser, privativamente, de accordo com a lei, conferido o direito de peritagens agricolas para effeito das operações da Carteira de Credito Agricola do referido Banco. De accordo com a comunicação do Presidente do Banco, a pretensão dos agronomos “será examinada com todo o interesse e merecerá a melhor attenção do citado estabelecimento”. Sobre o mesmo assumpto, foi lida, tambem, uma carta da Direcção Geral do Banco do Brasil, na qual communica que ficou resolvido, “sem prejuizo do aproveitamento de pessoas que ha longos annos nos vem prestando bons serviços, como fiscaes ou administradores de propriedades, dar preferencia, nas avaliações rurais, aos agronomos brasileiros de competencia comprovada pelo exercicio effectivo e capaz da profissão, e que, além disso, tenham a indispensavel idoneidade moral”. — A proposito desse trecho da carta, o Sr. Torres Filho declara que talvez não tenha sido bem interpretada a interferencia da Sociedade, no caso. Não se trata, apenas, de pleitear direitos, aliás assegurados em lei, para uma classe numerosa a quem o Brasil deve os maiores serviços. Ha, tambem, o objectivo superior da responsabilidade que a Sociedade e a classe dos agronomos têm na execução do credito agricola, pelas mesmas advogado ha tantos annos. Trata-se, diz o Sr. Torres, de materia que interessa á economia da paiz, e cuja divulgação se impõe, como, tambem, o mais amplo debate. E’ o que a Sociedade irá fazer, de accordo, aliás com a Associação Brasileira de Agronomia e com o Syndicato dos Agronomos Brasileiros que a procuraram, em tempo, para tratar do assumpto, respeitante a uma classe que tem contribuido com grande efficiencia para a economia nacional. Entende que as suas prerogativas — e esta da peritagem é uma dellas

— devem merecer todo o acatamento, até porque é objecto de uma lei em pleno vigor.

E’ tambem lido um officio do Sr. William W. Coelho de Souza, Director eGral do Departamento de Agricultura do Estado do Rio, no qual transmitta os resultados das experiencias da cultura do trigo levadas a effeito naquelle Estado no Horto Florestal e Fruticola de Magdalena. Assignala esse alto funcionario que a produção foi de 150 kilos de trigo para 5 kilos de sementes, o que dá a alta percentagem de 30 kilos para cada kilo. Ainda como documentação da adaptabilidade da cultura do trigo no Estado do Rio, são enviadas amostras de producto colhido em quintaes da vizinha Capital, cultivado sem maiores cuidados.

Declara o Sr. Torres Filho que é bastante auspicioso o resultado dessa experiencia, feita com sementes obtidas pela Sociedade nas Estações de Alfredo Chaves e Bagé, por intermedio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, e distribuidas por todo o Brasil. Nessa distribuição, foi contemplada a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio que, como se viu, deu o seu maior cuidado á offerta, sendo, pois, com grande prazer que recebia a comunicação do Sr. William W. Coelho de Souza. Esses resultados são muito favoraveis, o que prova que no Estado do Rio ha regiões onde a cultura do trigo pôde ser iniciada com grandes resultados economicos.

Apresenta, em seguida, o Sr. Presidente, um trabalho do Sr. Kurt Repsold a respeito das “Considerações Economicas sobre o Trigo”. Por esse trabalho, se evidencia mais uma vez a gravidade questão do trigo para a economia brasileira. Allí é encarado o aspecto economico com toda a segurança, conhecedor, como é o seu autor, de todas as multiplas facetas da materia, contendo ensinamentos e orientação para os nossos estudiosos. Não é esse o primeiro trabalho do autor sobre o mesmo assumpto e, como Presidente da Sociedade, faz votos para que prosiga nesses louvaveis estudos, focalizando sempre a momentosa questão, que é uma das mais impressionantes da vida economica do Brasil. Felizmente, agora, está o Governo dispensado os maiores cuidados á solução do problema e é de esperar que todos os embaraços até agora encontrados sejam afastados e se implante, definitivamente, a cultura do precioso grão no paiz. — Annuncia ainda o Sr. Torres Filho um outro trabalho sobre a mesma questão, “Aspecto ecologico do Trigo no Brasil”, da lavra do Prof. Girolamo Azzi. E’, diz, um resumo das suas observações a respeito das zonas tritcolas do nosso paiz, recentemente percorridas por esse especialista, a convite do nosso Governo. Ahi a materia está focalizada sob o aspecto da adaptação do trigo ao meio. Resta-nos, portanto, esperar a divulgação das preleções do Prof. Azzi, para podermos ter um exacto conhecimento dos estudos que emprehendem, e que estão resumidos naquelle folheto.

Chama o Sr. Torres Filho, a seguir a attenção dos presentes para o decreto que institui, no paiz, a obrigatoriedade do pão mixto. E’ essa uma victoria para a qual muito contribui a Sociedade Nacional de Agricultura, numa campanha que vem sendo realizada ha mais de vinte annos. Só agora, por um conjunto de circumstancias, vemos a velha aspiração transformada em lei. Se adoptada antes, estaríamos em outra situação.

Entretanto, a obrigatoriedade do pão mixto é apenas um lado da questão do pão nacional. Elle apresenta outros aspectos, ligados directamente, como o da cultura do trigo, que precisa ser encarada com muita energia e, possivelmente, em conjuncto com as demais.

Antes de dar a palavra ao primeiro orador inscripto, o Sr. Torres Filho diz que não pôde deixar sem um registo especial a visita, ultimamente realizada á Escola de Horticultura Wenceslau Bello, pelo Sr. Ministro da Agricultura, e pelo Sr. General Newton Cavalcanti, então Comandante da Villa Militar. Foi uma rennião muito agradável, pois, além dos technicos, directores e socios presentes, notavam-se numerosos agricultores que, assim, se immanaram com as classes dirigentes num verdadeiro comicio agricola, no campo. A visita foi longa e as autoridades tiveram occasião de percorrer, demoradamente, o estabelecimento, acompanhando, tambem, as aulas praticas que estão sendo ministradas, no Curso de Defesa Sanitario Vegetal. Tem o prazer de informar á Casa que sahiram dalli SS. Exas. muito bem impressionados com tudo o que a Sociedade conseguiu realizar na Escola, e louvando, mesmo, os esforços empreendidos tantas vezes com grandes sacrificios. Tudo o que até aqui temos levado a effeito na Escola — declara o Sr. Torres Filho — tem tido como objectivo o melhoramento das condições economicas da Horticultura no Districto Federal, pelo preparo de profissionaes competentes. Agora, que está á testa da pasta da producção um agronomo, dos mais illustres, essa se apresenta com especial significação, pois não desconhece S. Exa. as grandes vantagens de um tal estabelecimento num grande centro de consumo, como o da Capital da Republica, quasi sempre mal abastecida no preço e na qualidade.

Sr. José Sampaio Fernandes exhibe, então, aos presentes, um filme apanhado por occasião da visita.

A seguir, o Sr. Virginio Campeollo, compulsando dados e estatísticas, mostra a situação do commercio e da industria da cellulose no mundo, accentuando as tendencias de crescimento do consumo. Prvê S.S. o esgotamento da principal fonte de materia prima — as florestas — para 1967, se não forem empregados, ainda em maior, escala, outras materias primas, como a palha do arroz, do trigo e de outros vegetaes applicaveis á industria.

Analysa a situação do Brasil, onde apenas uma fabrica de papel não importa a cellulose, que é de producção proprio. As demais, vão buscar ao estrangeiro a cellulose de que necessitam, a despeito da grande quantidade de materias primas aproveitaveis immediatamente na producção de pasta. Apresenta amostras de cellulose obtida de varias plantas, como banana, pita, cana, etc., tendo o Sr. Teixeira Leite trocado idéas a respeito do aproveitamento do bagaço da canna, e informando que, enquanto não se descobrir um combustível mais barato, não será interessante ás usinas empregar o bagaço no fabrico de cellulose. Argumenta o Sr. Virginio Campeollo com o aproveitamento de um residuo, que vae a cerca de 70 %, empregavel no combustível. Além do mais, não é possível fazer uma substituição immediata, é indispensavel o aproveitamento da energia electrica, o que torna, isto sim, difficil o aproveitamento da cellulose da canna. Fazem-se calculos e examinam-se diversos interessantes

aspectos, que a Sociedade divulgará opportunamente, em communicado especial.

A seguir, usa da palavra o Sr. Otto Frensel, que informa haver o Sr. Luiz Vieira apresentado, ao XI Congresso Mundial de Lacticinios, como unico trabalho enviado pelo Brasil, e mesmo pela America do Sul, uma these sob o titulo "Aspecto actual da industria de lacticinios no Brasil", a quad mereceu do representante da Belgica um valioso parecer, o que, a seu ver, é motivo de congratulações da Sociedade, pelo esforço e patriotismo do seu autor. Nestas condições, pede um registo especial do facto e a divulgção, opportunamente, do importante parecer com que foi distinguido o trabalho do technico brasileiro, o qual, além de outros meritos, teve o de levar áquelle importante certame uma excellente propaganda do Brasil no que se refere ás actividades da industria brasileira de lacticinios.

O Sr. Torres Filho acha plenamente justificada a proposta e declara que a Sociedade já tivera tido occasião de manifestar-se a respeito do trabalho do seu operoso 3.º Secretario, a quem, portanto, mais uma vez felicita e louva.

O Sr. Otto Frensel utiliza-se novamente da palavra, para, como representante da Associação dos Exportadores de Leite para o Districto Federal, expor aos presentes a momentosa questão do preço do leite, e das demarches que têm sido levadas a effeito no sentido de ustificar o augmento, pedido, de 100 réis por litro de leite, o que ainda não alcançaria o preço actualmente cobrado em São Paulo.

Estabelece-se ligeira discussão e o Sr. Torres Filho observa que, no caso, ha varios interesses a harmonizar. Não foi possível, até aqui, afastar o intermediario entre a producção e o consumo e, assim, sugere ao Sr. Otto Frensel a realização de uma sessão especial onde a questão o fósse amplamente debatida e esclarecida, afim de que fósse possível á Sociedade manifestar-se a respeito.

O Sr. Kurt Repsold diz que outro caso, a merecer estudo, é o da carne. A comissão de Tabellamento empreendeu um estudo e verificou ser impossivel baixar o preço, em virtude das grandes despesas que oneram o gado. Como exemplo, basta citar que só o Estado de Minas Geraes cobra 18\$000 de imposto de exportação, por cabeça, havendo Estados que cobram 15 impostos diferentes. Observa S.S. que a actual constituição prohibe o imposto de exportação que, entretanto, continua a ser cobrado.

O Sr. Teixeira Leite louva o obectivo da Constituição, supprimindo as barreiras estaduais, mas considera impossivel a sua pratica. De que viveriam os Estados?

O Sr. Luiz Vieira diz não comprehender que se debata, actualmente, tanta questão economica, como a da carne e do leite, e de outros productos, conforme se vê pelos ornaes, sem que os orgãos naturalmente indicados a fazel-o sejam chamados a opinar. Propõe que a Sociedade se manifeste ao Prefeito no sentido de, por intermedio dos technicos, contribuir para a solução definitiva desses problemas. O caso dos estabulos por exemplo, objecto de uma communicação que levará a seguir está num impasse inexplicavelmente, pois que os proprios leiteiros estão dispostos a se localizarem nos suburbios uma vez que a Prefeitura os indenize razoavelmente do prejuizo que virão a soffrer.

Lê a seguir a sua comunicação, que será divulgada em separado e termina dizendo que, na próxima sessão apresentará o plano do Curso de Leiteria que será dado na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, a pedido da Directoria da Sociedade.

Em seguida é encerrada a sessão.

Sessão de 23-12-1937

Sob a presidência do Snr. Arthur Torres Filho, e com o comparecimento de numerosos directores e socios, realizou-se a sessão semanal da Sociedade Nacional de Agricultura.

Desde logo, após a leitura do expediente, o Snr. Torres Filho chama a atenção da casa para o memorial dirigido pelo Syndicato Nacional de Agronomos ao Presidente do Banco do Brasil, a respeito da criação da carteira de credito agricola e da collaboração que a esse departamento deverão prestar os technicos, ou sejam os agronomos do Brasil, o qual foi instituido com o objectivo de fomentar o incremento da riqueza nacional, com assistencia financeira directa, á agricultura, á pecuaria e ás industrias.

Foi por isso que pleitearam os agronomos — e a sociedade se fez interpretar esse direito junto ás autoridades — o direito, que já lhe é assegurado em lei, da exclusividade da peritagem nas propriedades agricolas, para o effeito da concessão de creditos aos agricultores e criadores, ou seja quando da execução da Carteira Agricola.

Alguns dos fins da assistencia financeira, pretendia com a criação daquelle necessario organo de defesa, está assim definida no regulamento approved pelo Snr. Ministro da Fazenda:

a) — aquisição de adubos, sementes, gado destinado á criação e melhora do rebanho e animaes de serviço para os trabalhos ruraes;

b) — custeio de entre-safras;

c) — aquisição de reproductores e machinas agricolas;

d) — reforma ou aperfeiçoamento de machinaria das industrias de transformação.

Além disso, os artigos 3º e 4º especificam que só os agricultores, criadores ou as cooperativas legalmente constituídas poderão transigir com a Carteira, e bem assim que essas operações serão sempre realizadas por meio de conforto e de garantias especiaes, como o penhor rural.

Quem, pergunta o Snr. Presidente, com mais justiça e mais consciencamente poderá avaliar todos esses factores, para o effeito das garantias, do que os technicos em agricultura? Seria, se não fôsse um legítimo direito da classe a execução dessa tarefa, mormente em se tratando de um estabelecimento de fundo, official como o Banco do Brasil, um dever que se impõe a campanha, em que sempre esteve á frente, pela implantação do credito agricola no paiz, pois que da sua perfeita execução depende o exito e os beneficios á economia nacional e aos lavradores. Os agronomos reivindicam esse direito até como penhor da boa pratica do credito no Brasil.

Pelo regulamento da carteira, podem ser recebidos em penhor agricola, para os effeitos do credito proporcionado pelo estabelecimento.

a) em penhor agricola

1 — machinas e instrumentos agricolas;

2) — colheitas pendentes ou em vias de formação no anno do contracto, quer resultem de prévia cultura, quer de produção expontanea do sólo.

b) — em penhor pecuario: os animaes que se criam pasando para a industria pastoril, agricola ou de lacticínios, em qualquer das suas modalidades ou que sejam elles simples accessorios ou pertences de sua exploração.

Ora, todos esses dispositivos se relacionam fundamente com a profissão agronomica, regulada pelo decreto 23.196, de 12 de Outubro de 1933, o qual estatue que o exercicio da profissão de agronomo ou de engenheiro agronomo, em qualquer dos seus ramos, SÓ É PERMITTIDA AOS PROFISSIONAES DPLOMADOS.

E, dentre as multiplas attribuições conferidas aos diplomados em agronomia, destacam-se as seguintes, perfeitamente enquadadas no genero das que acima dofarm citadas:

" s) — avaliações e pericias relativas ás alíneas anteriores (letras a e r), todas pertinentes a serviços que exigem conhecimentos de agricultura, de industria animal ou das que lhes são correlactas);

" u) — peritagem e identificação, para desembaraço em repartições fiscaes ou para fins judiciais, de instrumentos, utensilios e machinas agricolas, sementes, plantas ou partes vivas de plantas, adubos insecticidas fungicidas, machinismos e accessorios e, bem assim, outros artigos utilizaveis na agricultura ou na instalação de industrias ruraes e derivadas;

" v) — determinação do valor locativo e venal das propriedades ruraes, para administrativos ou judiciais, na prte que se relacione com sua profissão;

" x) — AVALIAÇÃO E PERITAGEM DAS PROPRIEDADES RURAES, SUAS INSTALAÇÕES, REBANHOS E COLHEITAS PENDENTES, PARA FINS administrativos, judiciais ou de CREDITO;

" z) — AVALIAÇÃO DOS MELHORAMENTOS FUNDIARIOS PARA OS MESMOS FINS DA ALÍNEA x)".

Por seu turno, com o fim de excluir qualquer duvida, que porventura pudesse pairar sobre as attribuições con feridas aos diplomados em agronomia, o artigo 9 determina expressamente:

" CONSTITUE TAMBEM ATTRIBUIÇÕES DOS AGRONOMOS OU ENGENHEIROS AGRONOMOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, não especificados no presente decreto QUE, POR SUA NATUREZA, EXIJAM CONHECIMENTO DE AGRICULTURA, DE INDUSTRIA ANIMAL DE INDUSTRIA AS QUE LHE SEJAM CORRELACTAS".

Finalmente, estabelecendo sanções para os contraventores do regulamento da profissão agronomica em nosso Paiz, o artigo 11 determina.

"Os individuos que exercerem a profissão de agronomos sem serem diplomados ou sem haverem registrado, dentro do prazo de 6 mezes, no Ministerio da Agricultura o seu titulo ou diploma, incorrerão na multa de 200\$000 (duzentos mil reis a 5:000\$000 (cinco contos de reis), que será elevada ao dobro em caso de reincidencia".

O memorial termina por solicitar, em conclusão, a adopção das seguintes medidas:

a) — que a instituição e regulamentação da Carteira de Crédito Agrícola, bem como o disposto na Lei n.º 492, de 30 de Agosto de 1937, que regulamentou o penhor rural, crearam para o Banco do Brasil a obrigação legal e imprescindível de organizar e executar serviços que, pela sua natureza, exigem conhecimentos de Agricultura, de Indústria Animal, ou das que lhe são correlatas;

b) — que a organização e execução dos serviços dessa natureza, em virtude de lei anterior são revogadas por razão axiomática, são da competência inclusiva o referencial dos profissionais em agronomias;

c) — que, em tal emergência e nessa mesma ordem de idéias, conviria que a Directoria do Banco do Brasil no sentido de:

1.º) — GARANTIR, DESDE LOGO, AOS DIPLOMADOS EM AGRONOMIA, NA ESPERA DE SUAS ACTIVIDADES E NA PARTE RELATIVA AOS FUTUROS TRABALHOS DA CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA, O PLENO DIREITO E LIVRE EXERCICIO DAS ATTRIBUIÇÕES EXCLUSIVAS OU PREFERENCIAES QUE LHE FORAM CONFERIDAS POR LEI;

2.º) — ORGANISAR, OPPORTUNAMENTE, UM DEPARTAMENTO AGRICOLA DEPENDENCIA QUE OUTRO NOME MELHOR MEREÇA, ONSE PUDESSE FICAR ACALTELADO O INGRESSO DE DIPLOMADOS EM AGRONOMIA E QUE SE INCUMBIRIA DOS NOVOS ENCARGOS ATTRIBUIDOS AO BANCO, COM A INSTITUIÇÃO DA CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA.

O sr. Torres Filho, estende-se em considerações que reforçam o ponto de vista da classe, claramente expendidos no memorial lido, e termina dizendo que a colaboração dos agrônomos é tanto mais necessária quanto é certo que o próprio regulamento da carteira prevê a organização de um perfeito serviço de estatística agrícola e de cadastragem-serviços que, também, pela sua natureza, estão affectos aos profissionais da agronomia e diz que a Sociedade, que já tinha dirigido um appello nesse mesmo sentido ao Presidente do Banco do Brasil, ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Presidente da Republica, dá todo o seu apoio á justa reivindicação de classe, tudo fazendo para divulgar o conteúdo do preferido memorial.

O Sr. Kurt Repsold refere um facto que mostra como já se vem fazendo necessaria a colaboração do agrônomo nos casos de peritagem e é de perito para um caso de assumptos agrícolas, negou-se a fazenda, por julgar a materia fora de sua alçada, pedindo ao juiz a nomeação de um perito agrônomo.

O Sr. Otto Frensel faz uma referencia á ultima "Semana do Leite", indicando as pessoas e firmas que mais de perto collaboraram na sua realização, pede attenção da casa para o seguinte facto:

Tendo um jornal carioca, n.º uma campanha que está movendo contra as empresas de leite desta capital, por diversas vezes chamado o nosso prezado amigo e consocio, Sr. Dr. Marcos Miglievich, muito digno Chefe do Serviço de Fiscalização de Leite e Lactícinios do Rio de Ja-

neiro, de "speaker" destas empresas e afim de evitar qualquer interpretação erronea acho conveniente que a Sociedade Nacional de Agricultura declara que convidou este competente tecnico patricio para realizar uma palestra sobre assumpto de especialidade no decorrer da Segunda Semana do Leite a qual se realizou com tanto brilho no recinto da X. Feira Internacional de Amostras, por iniciativa da benemerita Sociedade Nacional de Agricultura e sob os auspícios do Ministerio da Agricultura e da Prefeitura do Districto Federal. E' necessario frisar que o assumpto da referida palestra foi designado pela propria comissão organizadora da referida Segunda Semana do Leite. A Sociedade Nacional de Agricultura não pode deixar de lamentar sinceramente.

A campanha em que muito injustamente foi envolvido o seu referido consocio, cuja irreprehensivel conducta proclama, apresentando-lhe a sua inteira solidariedade.

O Sr. Torres Filho diz que, conforme achava de expôr o Sr. Otto Frensel a Comissão Executiva da Semana do Leite, ficou incumbida pela Sociedade de promover uma serie de palestras pelo radio, convidando pessoas competentes nos assumptos de lactícinios que, em collaboração graciososa a essa iniciativa, lhe prestassem mais esse serviço na "Semana do Leite" que aliás, é uma repetição do que já foi feito em annos anteriores. Dentre essas pessoas, destaca-se o Sr. Dr. Marcos Miglievich, pessoa muito nosso conhecida, pois, que, de outras feitas já tem trabalhado com a Sociedade, gosando de uma alta reputação como profissional e scienista, além de possuir uma grande somma de serviços prestados á industria de lactícinios do paiz e principalmente á população carioca. Trata-se de um medico distinctissimo, bacteriologista experimentado, a quem a Sociedade deve uma prestimosa e valiosa collaboração. E', portanto, de lamentar que esse distincto patricio nosso tenha sido victima de uma calumnia, como a de que nos dá noticia o Sr. Otto Frensel. A Sociedade, nesta emergência, dá ao seu illustre consocio toda a sua solidariedade e, de publico, manifesta mais uma vez a sua admiração e agradecimentos, com os louvores para que prosiga na sua obra patriótica.

O Sr. Frensel faz ainda algumas considerações a respeito do proximo curso de lactícinios na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mostrando a necessidade de uma aparelhagem especial. Pede a nomeação de uma comissão, que é constituída por S.S. e mais pelos Srs. Luiz Vieira e Geraldo Silveira, incumbida de organizar esse serviço. De início, o Sr. Frensel faz offerta á Escola de uma laboratorio de controle e pesquisar leiteiras.

Informa ainda o Sr. Otto Frensel haver representado a Sociedade á recepção offerecida pelo Sr. Embaixador da Allemanha á sociedade carioca e corpo diplomatico.

O Sr. Torres Filho diz que deve ser motivo de jubilo para a Sociedade a nomeação do Sr. Bento de Abreu Vidal para Secretario da Agricultura de S. Paulo. Trata-se do Presidente da Sociedade Rural Brasileira. Trata-se de um antigo lavrador e um dos mais perfectos conhecedores dos nossos assumptos agrícolas, além de se ter revelado, durante muitos annos, um dos mais intransigentes defensores da classe. Fica resolvido que se telegrapha ao Sr. Sampaio Vidal e,

tambem, ao Snr. Interventor em São Paulo, enviando as congratulações da Sociedade.

O Snr. Luiz Vieira observa que, no momento, o Ministerio da Agricultura está interessado em obter informações precisas a respeito das produções de portas remoidos, e outros sub-productos da moagem do trigo, além de outros sub-productos como a torta de algodão, etc., afim de solucionar a controversia que, de algum tempo a esta parte, tem surgido na conveniencia, ou não, da exportação desse producto.

Lembra, que na Sociedade, teve occasião de tratar do assumpto, a pedido do Snr. José Sampaio Fernandes, visto como, segundo havia sido referido, então, o mercado nacional se resentia daquelles productos com grave prejuizo principalmente para a avicultura. A Sociedade teve occasião de dirigir-se ao Conselho Federal de Commercio Exterior, que tomou providencia a respeito.

O Snr. Torres Filho declara que o assumpto se reveste de certa complexidade, porque a restricção da exportação acarretaria, por outro lado, prejuizos ao productor, visto como o mercado interno não tem capacidade para consumir toda a produção. eria, talvez, o caso de uma grande propagand no sentido da applicação daquelles productos como alimento do gado.

O Snr. Joaquim Bertino, manifesta-se contrario a qualquer restricção na exportação, baseado-se num principio industrial que não pôde falhar: os Sub-productos só exportados porque os preços la fóra são melhores. Além disso, sujeitar os sub-productos ao preço baixo do mercado interno, seria um erro, pois que, muitas vezes, em certas occasiões, é o sub-producto que estabelece uma certa compensação com o producto principal.

São encerrados os trabalhos.

Sessão de 30-12-1937

Sob a presidencia do Sr. Arthur Torres Filho, realizou-se a sessão semanal de Directoria da Sociedade Nacional de Agricultura.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Torres Filho determina que se proceda a leitura do expediente, o que é feito pelo Secretario Arruda Camara que lê, dentre outros, os seguintes papeis: Telegramma dos professores Manoel Fadigas de Souza, Junior, João Henrique Raeder e Maria de Araujo Marques que constituiram o corpo docente do Curso Pratico de Defesa Sanitario Vegetal, da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, agradecendo e retribuindo as felicitações da Sociedade pelo exito do Curso que vem de terminar. A proposito, o Sr. Torres Filho comunica aos presentes que esse Curso se desenvolveu normalmente por estes tres mezes ultimos com o comparecimento de cerca de cem alumnos. Accentua as vantagens que decorrerão de um curso de tal natureza, pelos beneficios que trarão á lavoura nacional, mais particularmente aos nosos pomares, tão prejudicados pelas pragas abundantes. No domingo ultimo, S.S. esteve presente ao encerramento das aulas, afilando, agora, tão somente a realização das provas afim de serem entregues aos candidatos os certificados de habilitação. Pôde assim, — declara o Sr. Torres Filho — verificar a excellencia do Curso, que lhe deixou impressão de entusiasmo, pelo que, no proximo anno, novos cursos serão inaugurados. Continuando a leitura do expediente, o Sr.

Arruda Camara lê uma carta da firma Chas. Page & Co. Ltda., de Londres, solicitando nomes e endereços das principaes firmas importadoras de adubos ou productores de arroz, assucar, café e tabaco; communicação da Secretaria da Agricultura do Estado do Espirito Santo sobre uma usina de raspade mandioca que acaba de ser installada pelo Governo do Estado em Cariacica, a qual tem a capacidade de produção diaria de 30 saccos, o sufficiente para coisumir a produção local de materia prima. O Governo do Estado tem um plano, para o estabelecimento de 10 uzinas de rasas em varias localidades, além de duas centrais, uma em Victoria e outra em Cachoeiro de Itapemirim, para a fabricação de fecula, com que attenderá o augmento de consumo decorrente do recente decreto-Lei do Governo Federal sobre o fabrico do pão mixto. Cogita, ainda, o Governo do Espirito Santo da construção, em Victoria, de um moinho de trigo, onde se possa fazer a mixtura com a fecula, com o que irá assegurar á população do interior do Estado um pão mais barato, com economia dos fretes de retorno que a medida realiza. A capacidade do moinho, portanto, e seus silos, deve andar em cerca de 70 milhões de kilos, annuaes, prevendo-se um edificio que permitta um futuro augmento das machinas para o dobro, pois que um barateamento no preço do pão augmentará grandemente seu consumo".

Informa, a seguir, o Sr. Torres Filho que a Sociedade Nacional de Agricultura, sabedora dos elevados propositos do Ministro Fernando Costa de incrementar a produção de cereaes do paiz, como base do melhoramento das condições de nossa economia rural, designou uma comissão para entender-se com S. Exa. no sentido de offerecer a collaboração da Sociedade na execução do programma estabelecido por S. Exa., fazendo-lhe sentir, então, tudo quanto a Sociedade tem realizado até aqui, dentro dos mesmos objectivos traçados pelo actual Ministro. E' assim que a Comissão teve occasião de declarar a S. Exa. ter cabido á Sociedade a iniciativa da organização da 4.^a Exposição Nacional de Milho, que alcançou um grande exito, realizando-se nesta Capital, a 14 de Agosto de 1918, cabendo a presidencia da Comissão Executiva ao Prof. Benjamin H. Hunnicutt. Era, então, Ministro da Agricultura o Dr. J. G. Pereira Lima, que prestigiou, com grande entusiasmo, a iniciativa do certame. Attendendo a que a cultura do milho é a mais importante do paiz, e que pôde vir a ser, tambem, um producto de larga exportação, como acontece na Republica Argentina e, ainda ao facto de ser intenção do governo desenvolver, por todos os meios a produção de farinhas panificaveis, para o fabrico do pão mixto, o Sr. Ministro mostrou á Comissão a grande oportunidade, que haveria, em que não só a cultura do milho fosse estimulada, como tambem as de outros cereaes, suggerindo então, que se fizesse uma exposição e conjuntamente, uma conferencia de cereas nesta Capital sob os auspicios do Ministerio. De tal modo, deveria a Sociedade organizar e fazer realizar a II Conferencia Nacional de Cereaes, porquanto a primeira foi por ella promovida em 1917, em Curityba, de accordo com o Governo do Estado do Paraná. Assim, ficou assentado que a Sociedade promoveria a concretização dessa idéa, realizando-se, conferencia e exposição, em Agosto deste anno nesta Capital.

A Sociedade, na conformidade do que ficou assentado, vae organizar as bases e submetel-as á approvação do Sr. Ministro.

O Presidente declara que se acha presente o Sr. Affonso Ignacio Soares, 1.^o Thezoureiro da Federação das Associações Ruraes do Rio Grande do Sul, cuja organização demonstra o espidito associativo das classes ruraes do Rio Grande do Sul e pôde servir de modelo ou base de estudo para organizações identicas em outros Estados. Para quem conhece o Rio Grande, não é surpresa nenhuma esse empreendimento. A Federação Rio Grandense, que é filiada á Confederação Rural Brasileira, acaba de passar por uma reforma e nós, hoje, vamos ter uma idéa de sua organização actual pela palavra do Sr. Affonso Soares, seu digno Thezoureiro. Pela organização do Rio Grande do Sul poderemos bem julgar os beneficios que resultarão para a lavoura nacional quando for organizado o Conselho de Economia Nacional. Dá, então, a palavra ao Sr. Affonso Soares para que S.S. diga de viva vóz do empreendimento que vem de ser executado no seu Estado.

Tem, então, a palavra o Sr. Affonso Soares que começa lembrando as agitações por que tem passado o Rio Grande nestes dez ultimos annos, o que despertou o interesse de uma reorganização completa da lavoura de modo a tornal-a immune dessas perturbações. A actual reforma vi-Nacional de Milho que alcançou um grande exito determina que se proceda a leitura do experient-sou dar essa melhor organização. Desde 1927 que o Estado vinha soffrendo o effeito das revoluções. Agora, porém, o Governo vem dando o seu apoio aos esforços particulares que visam um novo systema e aparelhamento para a produção agricola. E a nova Constituição de 10 de Novembro veio satisfazer os anseios geraes dos agricultores e consolidar as nossas idéias. Pela leitura que vou proceder dos nossos Estatutos, VV. SS. poderão ver como elles procuram attender a todas as necessidades do Brasil agricola".

"Opportunamente — diz S.S. — serão distribuidos entre os interessados, exemplares destes estatutos para a sua ampla divulgação em todo o Brasil". Passa, então, S.S. a ler os novos Estatutos da Federação das Associações Ruraes do Rio Grande do Sul cujos principaes capitulos despertam muito interesse entre os ouvintes.

O Sr. Ismael Cordovil indaga do orador se em cada municipio do Rio Grande do Sul existe uma Associação Rural filiada áquella Federação. O Sr. Affonso Soares esclarece que já existem mais de 80 municipios com Associações Ruraes filiadas e que a Federação está tomando a iniciativa de fondar Associações nos municipios onde ainda não existam. Diz, tambem, que para a finalidade em vista foram consideradas todas as organizações modernas de associação. A primeira especie de sociedade é a Associação Rural. Esta tem por objectivo amparar o productor directamente em todas as suas necessidades. É a Associação que obtem da Federação os recursos solicitados pelos seus associados.

São as seguintes as finalidades da Federação das Associações Ruraes do Rio Grande do Sul, constantes dos seus novos Estatutos: a) congregar as associações ruraes do Estado, promovendo entre ellas a mais perfeita cohesão, co-operação e solidariedade; b) representar as associações federadas perante os poderes publicos

federaes e estadoaes, respeitada a autonomia das mesmas dentro da circumscripção municipal onde funcionam; c) articular os elementos da classe rural, afim de organizar uma força capaz de realisar as suas justas aspirações e de promover a defesa integral dos seus direitos e interesses; d) entreter relações e cooperar em objectivos de interesse commum com outras entidades congeneres nacionaes ou estrangeiras; e) fomentar nos municipios a fundação de associações ruraes; f) amparar perante os poderes publicos os interesses dos agricultores e criadores suggerindo medidas necessarias á protecção, defesa e melhoramento das industrias ruraes e representar contra as que lhes forem prejudiciaes; g) manter em sua séde uma secção de estatística, de informações e de propaganda, instituindo, para esse fim, um órgão de publicidade logo que as finanças permittirem; h- organizar exposições e feiras centraes ou regionaes; i) — prestigiar o registro genealogico das diferentes raças; j) — propugnar a padronização dos productos agro-pecuarios e estudar as possibilidades de mercados para sua collocação; k) — promover congressos e conferencias centraes ou regionaes, bem como reuniões, entendimentos acordos com outras organizações da classe ou etidades economicas, sempre que se trate de interesses communs; l) — estimular a criação de novas industrias ruraes; m) — fomentar a fundação de cooperativas entre agricultores e criadores; n) — bater-se pelo melhoramento das vias dos systemas de transporte e de comunicação e pelo barateamento dos fretes; o) promover a fundação de campos de cooperação e de escolas ruraes afim de diffundir a instrucção elementar e profissional; p) — estudar as questões e problemas que interessam á classe rural, indicando soluções adequadas; q) — pestigiar a instituição de bancos de credito agricola e de armazens geraes; r) — bater-se pela instalação de estabelecimentos frigorificos nacionaes, fabricas e aparelhamentos destinados ao aproveitamento integral da produção agro-pecuaria; s) — fomentar o melhoramento dos campos, dos rebanhos e racionalização dos processos technicos de produzir; t) — facilitar aos criadores e agricultores associa-doh ás entidades federadas a aquisição de materiaes destinados ás suas industrias, podendo, para esse fim, crear uma secção especial; u) — organizar consuante a legislação em vigor a secção de seguros ruraes em geral, que poderá funcionar juntamente com a secção especial, si convier e emquanto convier; v) — systematizar as exposições projectadas pelas suas federaes effectivas, para o que estas lhe communicarão, com antecedencia de sessenta dias, pelo menos, as datas em que pretendem effectual-as afim de ser levantado o mappa geral, conciliadas as datas e, em seguida, tomadas as providencias relativas a transporte". O Sr. Affonso Soares lê, ainda outros capitulos dos Estatutos, demorando-se nos pontos que mais posam interessar os ouvintes.

O Sr. Ismael Cordovil decla achar-se animado de promover no Estado do Rio de Janeiro uma organização rural identica á do Rio Grande do Sul. Mas naquelle Estado existe ainda falta de espirito associativo que se nota no Rio Grande. Comtudo, torna-se preciso primeiro, organizar um estatuto que possa ser commum a qualquer associação rural de um municipio de mesmo Estado. O Sr. Affonso Soares esclarece que foi

organizado esse estatuto fundamental para o Rio Grande do Sul com inteiro exílio. Diz, também, que um município pela sua pobreza de recursos, quando não possa sozinho organizar uma associação rural, reune-se, então, a um outro ou mais municípios igualmente pobres ou não e, assim, consegue-se fundar a associação, o que não impede de mais tarde, se effectuar o seu desmembramento. E assim termina o Sr. Affonso Soares a sua exposição.

O Sr. Torres Filho agradece ao Sr. Affonso Soares o trabalho apresentado e se congratula com S.S. pelo grande passo que vem de dar com seguindo essa instituição modelar. E' excusado dizer que a Federação Rio Grandese é uma organização prestigiosa. Só este anno findo os fornecimentos ás entidades filiadas atingiram a cerca de 5.000 contos de réis". Sabe bem, — diz, S. S., — que no Rio Grande do Sul nada se faz sem a colaboração da Federação Rural, como poudé verificar quando esteve naquelle Estado. Por isso alimenta a esperança de que todos os Estados do Brasil venham a seguir o exemplo do Rio Grande do Sul para que possamos realizar, depois, a organização central de toda a actividade agricola do Brasil pelo seu órgão proprio que é a Confederação Rural Brasileira, já creada. O Rio Grande do Sul acaba de dar um passo avançado no sentido daquella organização. Por isso, propõe S.S. que a Sociedade telegráphe á Federação Rural dando-lhe o seu apoio. O Sr. Affonso Soares agradece em nome da Federação e diz que levará ao conhecimento do Rio Grande agricola a manifestação de sympathia da Sociedade Nacional de Agricultura. Refere-se, ainda, o Sr. Affonso Soares ao caso da carne no Rio Grande do Sul para demonstrar as vantagens do serviço cooperativo em que são melhor attendidos tanto o productor como o consumidor.

O Sr. Torres Filho dá a palavra ao Dr. Hilario Leitão depois de se referir a S.S. com as melhores palavras pelo muito que S.S. tem feito como antigo batalhador pelos problemas agricolas nacionaes.

O Dr. Hilario Leitão lê, então, o seguinte discurso: "Meus senhores. A honra insigne de occupar esta tribuna proporciona emoções bem avaliadas pelos que sabem da responsabilidade que assumem os debates trazidos ao conhecimento da Sociedade Nacional de Agricultura.

Os altos interesses do Paiz são aqui estudados com civismo e, sobretudo, com a indiscutível competencia dos mestres, que orientam superiormente as directrizes desta casa. Recordando ao patriótico acervo das medidas que aqui têm sido examinadas chega-se á conclusão de que jamais, arrefeceu no animo dos que propulsionam a marcha dos seus trabalhos, o entusiasmo e a confiança sempre grande nos destinos do nosso caro Brasil.

Os problemas mais complexos, o exame dos factos economicos, o estudo perfeito das nossas possibilidades foram sempre o bojectivo elevado patriótico e inalteravel de um grupo de abnegados que nesta casa, tem pugnado numa admirável continuidade, pelo progresso do nosso Paiz.

Como espectador desse magnifico scenario que eu observo ha uma vinte de annos, não poderia deixar de ser atrahido e procurar mais de perto, sentir o calor das discussões e aprender a melhor servir á causa commum.

Animado, portanto por um principio que a todos anima e que é o de collaborar pelo engrandecimento do Paiz, eu, embora modesto, obreiro, mas disposto a seguir os exemplos de tão nobre escola, aqui estou, senão para ajudar, mas, ao menos, para applaudir.

Collaborador de uma secção agricola de um dos principaes matutinos desta Capital, venho mantendo ha mais de dez annos o noticiario de referencia aos assumptos que directamente se prendem ao desenvolvimento economico-financeiro, buscando na lição dos mestres os ensinamentos que mais possam interessar áquelles que, como unico recurso, á mingua de outras divulgações, encontram na imprensa os informes os informes precisos para se conduzirem no afanoso mister de lavrar a terra e desenvolver a pecuaria.

Meus senhores:

O Brasil com a sua enorme extensão de oito e meio milhões de kilometros quadrados, não muito inferior á da Europa inteira, offerece campo para que medrem todas as culturas. As observações de quatro seculos autorizam e corroboram as palavras de Vaz Caminha na carta que dirigiu ao Rei D. Manoel, communicando o faustoso achado dos portuguezes: "e em tal maneira é graciosia que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nella tudo".

Não devemos, pois, nós que a fatalidade historica nos investiu na posse deste magnifico legado, desmerecer da inestimavel dadiva com que a sorte nos beneficiou. Deverá ser o Brasil, alguem já disse. Para os seus filhos e ainda para quantos o adoptassem, a mansão ideal, onde o sentimento se apurasse, a intelligencia se expandisse e o trabalho, melhorando a natureza e dignificando o homem, cada vez mais o prendesse á terra liberal e dadivosa.

Tal desiteratum só poderá, entretanto, ser conseguido através da instrução como ponto principal a ser encarado e resolvido. Não se contesta que a produção e a riqueza são um resultado do trabalho guiado pela intelligencia esclarecida que desvenda as leis da natureza e adapta as as forças naturaes ás necessidades humanas. A instrução é o mais poderoso instrumento de que o homem pode lançar mão para conseguir o seu bem e portanto, a sua felicidade.

O anseio desesperado de todos os povos é a produção da riqueza, e para isso será indispensavel recorrer ás luzes da sciencia porque o operario moderno tem que trabalhar não só com os mãos, mas, sobretudo, com o cerebro, porque só assim elle corresponderá ás exigencias complexas da vida contemporanea. E' a lição aconselhada por Leibnitz que dizia que mudaria a face do mundo se lhe entregassem a educação das geraes novas.

Foi assim que a Sociedade Nacional de Agricultura, compenetrada da verdade de taes contos do que se relaciona com o que a terra nos poderá fornecer, num gesto altruistico e sem esmorecimentos instituiu o ensino agricola no Horta Fructicola da Penha desde 1899. Dahi para cá os que acompanhavam de perto a acção de um punhado de benemeritos e dedicados servidores, num ininterrupto e fatigante trabalho, no afan de conseguir a realização de um ideal, visando a transformação do estabelecimento em um centro de agricultura moderno, só têm motivos para confiar, cada vez mais, na acção e na eficiencia

que esta Sociedade vem exercendo e exercerá no scenario agrícola do Paiz.

A fundação da Escola de horticultura Wenceslau Bello, representa um marco glorioso na vida da Sociedade. O antigo Horto foi transformado, num estabelecimento modelo de ensino da horticultura na sua alta acepção, comprehendendo a horticultura, a fructicultura em cursos de varias natureza e especialidades.

A diffusão do ensino agrícola occupará, sem duvida, o lugar que lhe assigna o saudoso e eminente estadista João Pinheiro, quando affirmou que a arealização do lemma que se inscreve no pavilhão nacional, pela perfeita conciliação da "Ordem e Progresso", dependia da abertur ade escolas que illuminam a intelligencia das creanças, ensinam o trabalho aos adultos, guiam e aconselham, nas duvidas aos productores e cuidam das questões materiaes.

Meus senhores:

Devemos caminhar sem temores para a harmonia funcional que pode estabelecer, na vida do Paiz, o desejo ponderado e perseverante, tenaz e firme da grandeza e progresso para a conquista do lugar que nos compete no concerto geral das nações. A consciencia de um povo precisa ser estimulada para erer na sua superioridade; e só esta crença é um poderoso factor do triumpho. O destino nos deixa antever que a situação privilegiada do Brasil lhe assegura um porvir radioso.

Agora, meus senhores, uma pequena disgressão pelo que em consequencia da observação dos factos que a vida de imprensa me tem despertado, eu devo submeter ao conhecimento desta illustre assistencia. Animado pelos generosos applausos de bons amigos iniciei a publicação de um Dicionario Agrícola na secção de que sou encarregado, no "Correio da Manhã". E' claro que não commetteria tal tarefa se não contasse com o valiosissimo auxilio do competente e abalizado tecnico Dr. Carlos de Souza Duarte, digno director geral do Departamento da Produccão Vegetal, do Ministerio da Agricultura, o qual, graciosamente se promptificou a fazer a revisão do trabalho e a nelle introduzir as modificações que julgasse necessarias. A acceitação de semelhante publicação foi tão lisongeira que resolvi divulgá-la em fasciculos, tornando assim a sua leitura ao alcance dos que nme sempre podem obter o jornal.

Pois bem, na impossibilidade de contribuir com a minha collaboração technica na grande obra empreendida pela Sociedade Nacional de Agricultura com a installação da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, entendi reservar mensalmente a quota de dez por cento da renda liquida que possa provir da venda do trabalho a que me refiro e que será entregue á Sociedade

para ser applicada no custeio daquella Escola.

Terei, deste modo, a satisfação de ligar o meu trabalho ao daquelles que directamente cooperam para o engrandecimento da instituição, cuja existencia deve ser para nós objecto dos mais desvelados cuidados.

Não posso, meus senhores, terminar esta ligeira exposição sem deixar de agradecer o attencioso telegramma que recebi da Directoria da Sociedade por occasião do meu afastamento da vida publica. As palavras consoladoras e altamente lisongeiros para que, tão modestamente tem procurado servir a uma causa tão nobre e tão patriótica servirão para que eu, cada vez mais, me concença de que um ideal elevado, animado por uma crença arrastará todas as forças vivas do Paiz, impregnando cada ser com a sua potencia, qualquer que seja a esphera de sua actividade publica ou particular".

O r. Torres Filho, dirigindo-se aos presentes, declara, então, que, quando não fôra bastante confortador para a Sociedade a só presença do Sr. Hilario Leitão, o seu gesto altamente patriótico com a dadiva que fez traduz perfeitamente o seu grande e entranhado amor pelas cousas agrícolas do nosso Paiz.

"Hilario Leitão — diz S.S. — não é um nome desconhecido no meio rural brasileiro, porquanto collaborou no Ministerio da Agricultura onde a sua acção foi sempre efficaç e o seu esforço dos mais notaveis pela causa do levantamento das nossas forças agrícolas. E não julgando sufficiente o seu trabalho como alto funcionario elle voltou-se para a imprensa e, ha dez annos, vem divulgando pela Secção Agrícola do Correio da Manhã os melhores conhecimentos do interesses da vida rural. Isto numa epoca de tanto egoismo é altamente consolador, principalmente para nós aqui da Sociedade Nacional de Agricultura.

Agradeço, pois, o seu offerecimento e faço um appelo para que elle venha aqui commungar connosco nos trabalhos de propulsão da agricultura nacional. Será isto uma recompensa aos nossos esforços.

II Semana do Leite — O Sr. Otto Frensel, membro da Comissão nomeada pela Sociedade para organizar a II Semana do Leite na X Feira Internacional de Amostras, lê o relatorio daquella Comissão. O Sr. Arthur Torres Filho agradece e felicita a Comissão pelo brilhantismo daquelle certame e declara que a Comissão poderá fazer a impressão dos annaes da II Semana do Leite da Cida do Rio de Janeiro.

Em seguida, o Sr. Presidente dá por encerrados os trabalhos e levanta a sessão depois de agradecer a todos pela presença e contribuição nos estudos realizados.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade publica por lei



Presidente perpetuo

Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

DIRECTORIA GERAL

Presidente — Ildefonso Simões Lopes:
1.º Vice-Presidente — Arthur Torres Filho
2.º » — Edgard Teixeira Leite
3.º » — Fabio de Az. Sodré
1.º Secretario — Antonio de Arruda Camara
2.º » — Luiz Simões Lopes
3.º » — Altino de Azevedo Sodré
4.º » — Americo de Pinho L. Pereira
1.º Thesoureiro — Kurt Repsold
2.º » — Domingos de Faria

DIRECTORIA TECHNICA

Frederico Murtinho Fraga
Humberto Rod, de Andrade
Joaquim B, de Moraes Carvalho
José Maria Fernandes
José Sampaio Fernandes
Luiz de Oliveira Mendes
Manoel Paulino Cavalcanti
Otto Frensel
Ottoni Soares de Freitas
Virginio Werneck Campello

CONSELHO SUPERIOR

Alcides de Oliveira Franco
Alvaro Simões Lopes
Antonio F. Margarino Torres
Archimedes de Lima Camara
Arsène Puttemans
Bemvindo Novaes
Carlos de Souza Duarte
Celso Machado
Conde de São Mamede
Eduardo Claudio da Silva
Eurico Santos
Euvaldo Lodi
Euzebio de Queiroz C. Mattoso Camara
Fidelis Reis
Filogonio Peixoto
Franklin de Almeida
Francisco Leite Alves Costa
F. J. Teixeira Leite
Hilario Leitão

Humberto Bruno
J. C. Bello Lisboa
João Baptista de Castro
João Gonçalves Pereira Lima
João Mauricio de Medeiros
João Simplicio Alves de Carvalho
Julio Cesar Lutterbach
Julio Eduardo da Silva Araujo
José Eduardo Macedo Soares
José Monteiro Ribeiro Junqueira
José Mattoso Sampaio Corrêa
Landulpho Alves de Almeida
Lauro Passos
M. Paulo Filho
Odilon Braga
Ormeu Junqueira Botelho
Ricardo Machado
Waldomiro Barros Magalhães
Wenceslau Braz Pereira Gomes

Horto Fructicola da Penha

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO
PENHA - RIO - E. F. LEOPOLDINA

- ◆ Mudas e Enxertos de todas as fructas brasileiras.
- ◆ Optimos exemplares de plantas ornamentaes.
- ◆ Laranjeiras — Typo exportação.
- ◆ Mangueiras das melhores variedades.
- ◆ Abatimentos aos socios da S. N. de Agricultura.

Solicitaes informações á

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

== Largo de S. Francisco, 3.2º - Salas 202/6 ==

